



18-A

A TEORIA ORGANIZACIONAL E A DIMENSÃO

SÓCIO - COMPORTAMENTAL

(o indivíduo como capital humano nas
organizações capitalistas : suas
formas de gestão e participa
ção)



Fundação Getúlio Vargas
Escola de Administração
de Empresas de São Paulo
Biblioteca



1062/87



1198701062

Banca Examinadora

prof. Orientador _____

prof. _____

prof. _____

EA. SP. 1198701062
SECRETARIA ESCOLAR DOS CPG

Por

1104/86

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

Kil Hyang Park

A TEORIA ORGANIZACIONAL E A DIMENSÃO
SÓCIO - COMPORTAMENTAL

(o indivíduo como capital humano nas
organizações capitalistas : suas
formas de gestão e participa
ção)

Dissertação apresentada ao curso
de Pós-Graduação da FGV/EAESP
Área de Concentração : Teoria e
Comportamento Organizacionais ,
como requisito para obtenção de
título de mestre em Administra
ção.

Orientador: Prof. Carlos Osmar
Bertero.

SÃO PAULO

1986

PARK, Kil Hyang. A teoria organizacional e a dimensão sócio-comportamental : o indivíduo como capital humano nas organizações capitalistas, suas formas de gestão e participação. São Paulo, FGV/EAESP, 1986. 435p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da FGV/EAESP, Área de Concentração: Teoria e Comportamento Organizacionais).

Resumo: Trata do problema da concepção da natureza humana nas teorias administrativas e organizacionais, sob aspectos sociais e comportamentais, caracterizando o sistema capitalista de produção. Enfoca a teoria do valor como medida do trabalho humano. Aborda o conceito da estrutura social e formalização da estrutura organizacional.

Palavras-Chave: Trabalho - Organização de Trabalho - Estrutura Social - Estratificação Social - Formalização Estrutural - Administração - Teoria do Valor - Modo de Produção Capitalista .

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Carlos Osmar Bertero pela orientação.

Aos Profs. Fernando C. Prestes Motta e Sérgio Miceli pelas críticas e sugestões.

À Fapesp pela bolsa.

E, a todos os autores que, de uma forma ou de outra, tornaram públicos seus trabalhos, suas idéias e pesquisas.

ÍNDICE

ÍNDICE

pág.

PARTE I : TRABALHO

Introdução	01
------------------	----

Capítulo 1 : Trabalho como valor básico

A) Hegel e Conceito de Trabalho	08
B) Trabalho em Hegel e Marx	14
C) Marx e Teoria do Valor	23
. Valor de Uso e Valor de Troca	27
. Formas de Valor ou a Questão de intercambiabilidade	33
. Valor e Preço	39
. Salário	47

Capítulo 2 : A Questão do Indivíduo na Sociedade Industrial e a Questão da Liberdade e do Controle Sociais

A) Durkheim - Indivíduo e a Ordem Social ..	62
B) Weber - Racionalidade e Burocracia	83
C) Marx - Aleinação e Dissolução do Indivíduo	92

PARTE II : ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO

Capítulo 3 : O Desenvolvimento

Organizacional	105
A) A Revolução Industrial e a Organização de Trabalho	107
. Algumas características da Sociedade Industrial e do Estado	110
. Sistemas Políticos	115
. A Organização Profissional de Trabalho	119
B) Teoria das Organizações	121
. Administração como ciência	122
. Delimitação dos critérios da Organização de Trabalho	125
. Aspectos da Organização de Trabalho	127
. Tendências gerais da Teoria da Organização	136

Capítulo 4 : Diferentes abordagens da concepção humana nas Teorias das Organizações

. Homem Econômico	149
. Homem Social	166
. Homem Social	178
. Homem auto-realizador	184

. Homem Administrativo	199
. Homem Organizacional	210
. Homem Funcional	232

PARTE III : ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO E ESTRUTURA SOCIAL

Capítulo 5 : Teoria da Estratificação Social	240
A) Teoria Funcionalista e Weberiana	242
B) Teoria Marxista	256

Capítulo 6 : A Formalização Estrutural da Organização de Trabalho	283
--	-----

PARTE IV : PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS

Capítulo 7 : Considerações Finais	313
---	-----

POSFÁCIO	362
----------------	-----

Referências Bibliográficas dos capítulos

capítulo 1	385
capítulo 2	388
capítulo 3	391

capítulo 4	394
capítulo 5	400
capítulo 6	403
capítulo 7	405

*

PARTE 1 : T R A B A L H O

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O Trabalho, nas sociedades industriais, é uma atividade institucionalizada pois é ele o medidor de valor; é ele a fonte geradora de qualquer valor.

Desse modo, o seu significado é outro, diferente do que tinha nas sociedades não-industriais. Se nestas últimas vigorava o critério subjetivo e individual como critério de valor acentuando a idéia de reciprocidade, já nas sociedades industriais modernas esse critério é objetivo e abstrato, centrado na idéia de lucro.

Nas sociedades industriais, o Trabalho não atua apenas como valor básico. Também é o Trabalho o elemento que integra decisivamente o homem na sociedade.

Esta função integrativa do Trabalho na sociedade industrial pode ser encarada como um traço cultural referente ao Trabalho do ponto de vista qualitativo. Em outras palavras, a ética social evolui com o passar do tempo e face às circunstâncias em mutação. Não importa, por exemplo, que tipo de formação social configure uma sociedade. Ela carregará uma constituição social no seu interior cunhada pela moral própria às vezes, uma moral que rege um rígido ordenamento ou critério social que sempre encontrará justificativa numa idéia central como a chave da "visão do mundo" onde, em harmonia com essa visão, o homem deve trabalhar para manter-se dentro do seu "status" ou hierarquia social.

Samuel H. Miller (1) traça algumas características desse complexo sistema ético:

1. A cultura hebraica, baseada nos Dez Mandamentos, dando ênfase ao grupo em "aliança" total;
2. O sistema cristão, baseado na Bem-Aventurança, dando ênfase à redenção da pessoa nascida para o reino;
3. O sistema medieval de vida, baseado na Penitência, dando ênfase à vida futura;
4. A cultura renascentista, baseada no Indivíduo e em sua liberdade;
5. A revolução industrial, baseada na Aplicação Técnica da ciência à produção e à distribuição;
6. O enfoque científico, baseado no Método Experimental e reinado da lei.

A historiografia nos mostra que na antigüidade não existia sociedade distinta do Estado. O que existia era a distinção entre dois "mundos": mundo dos cidadãos e mundo dos não-cidadãos (escravos, mulheres, estrangeiros). A dualidade básica desse sistema era ser cidadão e não-cidadão e, portanto, as relações sociais eram imediatamente relações políticas. Ou seja, as dicotomias sociais se traduziam em dicotomias políticas (ver principalmente Aristóteles e Platão). Desse modo, caso perguntemos a ordem da determinação - isto é, "o que determina o que: a sociedade determina o Estado ou, o Estado determina a sociedade?" - esta pergunta fica sendo eminentemente ética (moral) da sociedade (ou do sistema). Consequentemente, questionar "qual a melhor forma de Estado?" é algo que independe da deliberação do conhecimento. Pois é sabido que o limite entre Estado e sociedade é um limite imposto pelo conhecimento. Nesse período, a preocupação dos

(1) Miller, Samuel H. - "The Tangle of Ethics" in Harvard Business Review, 1960.

filósofos era a de como fazer com que o Estado fosse eticamente perfeito. Assim, constatamos que é um tipo de pensamento eminentemente ético.

Na Idade Média, por sua vez, vigorava a crença de que existia lei universal que independia da vontade, fosse a do Imperador, fosse a do Papa. Nesse sistema, a lei universal era algo dada. A dualidade básica era verificar se o poder do Imperador vinha de Deus ou do Papa, ou vice-versa, isto é, dispunha-se a verificar quem detinha maior poder na terra, já que a lei universal independia da vontade humana. Por exemplo, para amenizar essa disputa terrestre, Sto Agostinho fazia distinção entre cidade de homens e cidade de Deus. Nesse sistema feudal, não cabia o pensamento político. A ordem feudal era entendida como sendo um fruto da ordem divina. Nesse período não existia nada que mostrasse uma "instituição política". Daí, podermos concluir que no sistema medieval todo pensamento é pensamento eminentemente religioso.

Na Idade Moderna, faz-se presente a instituição política, que visa, basicamente, a retirar a violência da sociedade objetivando centralizá-la em suas mãos. A necessidade da construção da ordem parte da idéia central de a sociedade ser uma sociedade "naturalmente dividida - aqueles que querem dominar e aqueles que não desejam ser dominados (2)". A ordem é sobretudo o fruto do poder público: a ordem é Estado, isto é, a ordem pode ser resolvida através da formação

(2) Maquiavel, Nicolau - O Príncipe. Lisboa, Pub. Europa - América, 1976, capítulo 9: "Do principado civil", pp. 54-59.

do Estado. Assim, o poder é a condição necessária para manter a ordem social. Deste modo, nota-se que a ciência política só se configura enquanto ciência com o aparecimento do Estado Moderno e, a política só existe porque se tem a incerteza quanto ao futuro (visto ser o campo da política um campo relativo à decisão; porque tem o domínio do contingente; porque tem um rol de alternativas) (3).

Gradativamente, a concepção do Trabalho vai-se modificando: assim é que as sociedades antigas consideravam o Trabalho como algo infame, como um desvalor que degradava a quem o praticasse, a diferença entre homens livres e escravos era de natureza, e o uso da mão era considerado indigno do homem livre e só era realmente livre aquele que nunca tivesse feito nada - mas a sociedade industrial dá vigor ao "valor" do Trabalho.

E a própria atitude do indivíduo frente ao Trabalho vai-se pactuando com a própria categoria do racionalismo, uma noção criada pelos gregos, como fim, como valor absoluto.

(3) Conseqüentemente, a distinção entre o principado hereditário e do principado novo é meramente uma questão de tempo (de apoio ou de violência). Assim, a questão central de Maquiavel em seu livro é de como se conquista e como se mantém um principado. A conquista estava ligada com o principado novo (através da força) e a manutenção com o principado hereditário (através do reconhecimento da força). Pode-se tratar, de forma análoga, a legitimidade ou a ilegitimidade dos gerentes nas organizações atuais.

Com a assimilação do pensamento "racional funcional" (Mannheim), a categoria de tempo e espaço se transforma radicalmente, afetando todos os aspectos da vida humana: o pensamento racional mecaniza os hábitos humanos e dita as regras da conduta humana.

Pode-se dizer que assim se acentua o desenvolvimento da técnica do Trabalho.

Esse desenvolvimento está num estágio onde, como diz Guerreiro Ramos "as modernas técnicas de trabalho supõem uma incessante renovação do processo de trabalho tendo em vista a maior economia das energias humanas e das matérias-primas e o maior aperfeiçoamento dos produtos" (4). Assim, hoje, as razões de economicidade superam as razões de caráter, por exemplo, estético-religioso.

Dentro do campo administrativo, o racionalismo, ou o uso racional do Trabalho, cuja evolução efetiva foi traçada pela Escola Clássica ou Escola Científica, não se constituiu pelo simples singularidade dos seus pensadores Taylor e Fayol.

O uso racional do Trabalho correlaciona-se com mudanças tecnológicas, econômicas e sociais e a chamada Revolução Industrial identifica precisamente essa transformação. Primeiro, do ponto de vista tecnológico, a Revolução Industrial consistiu no emprego intensivo e extensivo de máquinas e

(4) Guerreiro Ramos, A. - A Sociologia Industrial. RJ, FGV, 1963, capítulo 5: "A origem do moderno racionalismo" pp 34-44.

processos mecânicos na produção de mercadorias ou de bens , cuja procura tinha se incrementado extraordinariamente pela ampliação do mercado. Segundo, sob aspecto econômico, a Revolução Industrial se caracterizou pela concentração de capitais e pela constituição de grandes empresas, cujo funcionamento tendeu a tornar-se a forma normal da indústria. Segundo Marglin (5), nesse sistema econômico transitório, o artesanato quase desaparece, vencido pela produção em massa dos "putting-out system". Para sobreviver, a produção domiciliar ou produção artesanal a domicílio acomoda-se à nova situação, tornando-se praticamente fornecedora dos "factory systems" num verdadeiro apêndice destes últimos. E a produção parcelada que ocorre nos "factory systems" vai sendo gradativamente absorvida pelas indústrias, já com uma configuração moderna, num processo irremissível. Paralelamente a este processo de aniquilamento da produção artesanal, ou melhor, da sua absorção, ocorre a alienação do operário quanto ao produto do seu Trabalho. E, por último, sob o aspecto social, a Revolução Industrial suscita um novo "status" social.

Porém, o maior problema que a Revolução Industrial suscitou foi o da organização da sociedade. Um problema, em última análise, de relações sociais. Pois, com a Revolução Industrial, o mercado tendeu a transformar-se na força mode

(5) Marglin, S. - "Origens e funções do parcelamento de tarefas" in André Gorz (org) - Divisão social do trabalho e modo de produção capitalista. Lisboa, Pub. Escorpião, 1973.

ladora da sociedade como um todo e o tipo peculiar de organi-
zação que corresponde às suas novas exigências assumiu o ca-
ráter de um paradigma.

oOo

TRABALHO COMO VALOR BÁSICO

CAPÍTULO 1 : TRABALHO COMO VALOR BÁSICO

A) HEGEL E CONCEITO DE TRABALHO

Com Hegel nasce a expressão mais avançada da burguesia europeia. Hegel é considerado como o pensador da sociedade burguesa cujo método foi revolucionário, num momento histórico em que a classe burguesa tentava acabar com o feudalismo.

Na sua formulação dialética percebe-se um conteúdo revolucionário (com a filosofia da época) e seu pensamento político está diretamente vinculado a um momento de transição da Alemanha.

A concepção idealista se fundamenta no princípio de que é a idéia, a consciência dos homens que fundamenta a realidade (1). Conseqüentemente, é a idéia que dá dinamismo à História.

A concepção idealista é uma concepção filosófica de mundo segundo a qual a realidade é uma decorrência de nossa idéia (consciência humana); concepção onde a idéia antecede ao real; a idéia determina a realidade. A realidade, por sua vez, é a unidade da essência e do fenômeno, da idéia e da

(1) Há entretanto a diferenciação entre o idealismo objetivo e o idealismo subjetivo.

existência: a sua unidade formal é do nível do entendimento e só a dialética exprime o nível racional.

Entretanto, o pensamento não reflete sobre o real, mas reflete o real, isto é, não é reflexivo mas especulativo. O pensamento não é o refletir passivo do real - que é racional-dialético: a identidade da identidade e da não-identidade. Sua expressão é o conceito onde o real é ideal e o ideal é real. Assim, deve-se eliminar a impulsividade da atividade do espírito - que é "negação", que se recria na "negação da negação", que não é, porém, a negação formal de que trata a lógica tradicional. Essa "negação" do espírito é a contradição ontológica do ser, na identidade do ser e do pensamento.

Assim, o conceito não é uma cópia ou uma tradução mental' do pensamento: ele está nas determinações das coisas e nelas é captado.

Como os mecanismos explicativos de Hegel se fundamentam no movimento do conceito, de caráter especulativo, Giannotti (2) propõe "um processo capaz de explicar todo movimento que não se reduz ao entrechoque mecânico de partículas elementares, um fundamento anterior à lógica cujo desenvolvimento elucidará tanto as determinações abstratas do pensamento formal como os movimentos da natureza e da história, inseparáveis da categoria de totalidade que é o conceito de

(2) Giannotti, J.A. - Origens da dialética do trabalho. SP, Difusão europeia do livro, 1966, pg 18.

Trabalho". É pelo Trabalho que podemos chegar a compreender o sentido de uma ação social, o alcance de suas conseqüências e sua transitoriedade intrínseca, sem precisar recorrer à finalidade divina.

Assim, o Trabalho é interpretado como atividade material orientada por um projeto.

O sujeito praticante do Trabalho não é um sujeito comum. E, mais, por sujeito não se entenderá o absolutamente individual, fechado sobre si mesmo, pois desse modo nunca formará a universalidade concreta da organização onde cada parte age e se coloca em relação ao outro. No máximo, formaria um agregado cujas partes estariam reunidas por uma força exterior. De sorte que o sujeito desde o início será organizado, possuirá uma universalidade básica potencial para ultrapassar o isolamento da individualidade imediata.

Enquanto Feuerbach e Marx interpretam esse sujeito como o homem na qualidade de ser genérico, espécie natural a fundar desde logo uma comunidade originária, para Hegel o sujeito praticante realiza em primeiro lugar o esforço individual para superar a particularidade de sua situação carente e alcançar a totalidade da satisfação, de modo que realiza sem qualquer recurso ao pensamento, ao movimento do conceito, a união do particular e do universal (3).

(3) Giannotti, J.A. - Origens da dialética do trabalho. pp. 21-22.

Isto porque para Hegel os interesses individuais só são plenamente atingidos quando são atingidos os interesses universais. E concebe três momentos distintos de agrupamentos de interesses: família, sociedade civil e estado.

O Estado é a superação da sociedade civil; é a instância racionalizadora da sociedade civil mas só pode ser entendida a partir da própria sociedade civil.

A sociedade civil se constitui de todos os indivíduos de uma comunidade, integra-os e eles procuram se realizar dentro dessa comunidade. A sociedade civil se apresenta como um momento que sobrepõe à família (forma mais rudimentar); é a diferença que existe entre a família e o Estado; o momento em que o indivíduo extrapola o âmbito familiar mas ainda não integra o Estado.

A sociedade civil é necessária porque, sem a relação com outros indivíduos, o indivíduo particular não atinge o seu fim. E o fim particular só se satisfaz quando é satisfeito o bem estar de todos. É o momento onde o particular e o universal se convergem reciprocamente.

Quem vai representar o momento em que os indivíduos ultrapassam a particularidade e atingem o universal é a classe universal composta pelos indivíduos que detêm o saber, isto é, a classe universal é composta pelos indivíduos que encarnam os interesses de toda a sociedade. É o momento do idealismo objetivo onde a razão decorre da síntese entre o real e a idéia; onde o idealismo hegeliano sobrepõe-se à realidade.

A sociedade civil largada em si, sem organização, sem um Estado, não reflete a unidade do particular com o universal. E existem três momentos da sociedade civil: primeiro, sistema de necessidades. Como as necessidades individuais são difusas, a sociedade civil organiza de forma sistemática as necessidades da comunidade. Também é na esfera da sociedade civil que os homens trabalham e produzem para a satisfação de suas necessidades (4). O segundo momento é o de administração e justiça, ou seja, é a proteção da propriedade pela administração e justiça. O terceiro, política e corporação onde interesses particulares são cuidados pela política e corporação.

A corporação vai ser o momento de transição entre a sociedade civil e o Estado. Na medida em que ela aglutina os interesses de uma categoria, ela acaba por organizar a sociedade civil (pelo menos uma das categorias) (5). A corporação, portanto, vai ser o momento em que os conflitos existentes na sociedade civil são minimizados: é o "momento de superar o espetáculo da miséria, corrupção". A corporação é o momento de transição da sociedade civil para o Estado,, ou seja, o "espírito" saindo do em si para o para si. Em consequência, o Estado será a verdade e isto só quando re -

(4) Giannotti, J.A. - Origens da dialética do trabalho. pg. 14.

(5) A defesa de interesse de uma categoria (ou classe) pertence à corporação e portanto à sociedade civil, pois, para Hegel, o homem político é o representante da sociedade e não de uma classe.

presentar os interesses da sociedade civil.

O Estado, por sua vez, é a superação da sociedade civil ; é a instância racionalizadora da sociedade civil, mas só po de ser entendida a partir da própria sociedade civil.

Assim, para Hegel, o Estado é uma substância ética auto - consciente realizando a união dialética da família e da sociedade civil organizada corporativamente; é a substância e a matriz da vida em sociedade. Enfim, é o Estado quem concretiza a vontade de todos, vontade universalizada pelo conhecimento e pela razão.

oOo

B) TRABALHO EM HEGEL E EM MARX

Na abstração hegeliana, o Trabalho só tem validade enquanto momento de confirmação do ser vivo. Marx, porém, inverte o procedimento hegeliano, elegendo o Trabalho como processo vital pré-lógico em ponto de partida, em matriz das outras formas de estruturação mais abstrata.

Para Hegel o Trabalho é concebido como "ato voluntário sem qualquer compromisso físico com o objeto negado". Para Marx, o Trabalho implica "na atividade de enformar, de amoldar um conteúdo incriado pelo agente" (6); é o trabalho vivo realizado pelo homem que, por sua vez, realiza a "humanização da natureza pelo trabalho", visto achar-se dotado de forças naturais e vivas.

Se o homem hegeliano realiza a atividade produtiva é porque seu mundo é um "mundo carecido". Trabalha unilateralmente (homem-natureza) e sob a pressão da necessidade física. Já o homem produtor de Marx tem como primeiro objeto o próprio homem pois "sendo o indivíduo eminentemente um ser social, sua atividade vital, vindo a ser consciente somente quando estiver vinculado à espécie o desejo em ação, isto é, o trabalho, objetivação da vida coletiva, procura necessariamente o desejo alheio. Em outras palavras, o carecimen-

(6) Giannotti, J.A. - Origens da dialética do trabalho. pp. 122-135.

to humano pressupõe, em última instância, o carecimento do carecimento". (7).

Assim, a explicação do Hegel é uma explicação mecanicista do Trabalho, como simples troca com a natureza. Marx, porém, define uma nova maneira de determinar o carecimento e, em consequência deste, surge a necessidade da atividade produtiva: é na referência a outrem que define o carecimento individual fornecendo a passagem da universalidade humana para o particular na medida em que o carecimento em geral é de todos, uma vez definido carecimento individual na referência ao carecimento do outro (8). Se para Hegel é com o elegimento do Espírito que se dá a passagem do carecimento animal para carecimento humano e, conseqüentemente, é o estado de violência que instaura ainda a sociedade civil, para Marx, "do mesmo modo que na dialética do senhor e do escravo, o carecimento do carecimento demarca a relação social, a passagem do estado de natureza para o de sociedade" (9).

Visto o Trabalho se fixar no objeto, o seu produto "alcança sua materialidade e sua objetividade num ex-tase do produtor", e este fato gera a alienação do Trabalho que, por

(7) Giannotti, J.A. - Origens da dialética do trabalho. pg 135.

(8) Essa referência a outro é importante porque "unicamente na apreensão da pessoa o outro é inteiramente captado, pois, se assim não fosse, o visado ficaria além do subjulgado. Daí a presença alheia servir de índice do grau de humanização do comportamento", pg 132.

(9) Giannotti, J.A. - Origens da dialética do trabalho. pg 137.

sua vez, corrompe às demais relações sociais, pois "o modo de como o trabalho se defronta com seu produto converte-se na matriz de todas as relações sociais" (10).

Basicamente, a alienação do Trabalho possui três momentos distintos e subsequentes: 1) alienação do produto com o produtor - é a exteriorização da existência objetiva das coisas, isto é, em virtude do trabalho alienado ou da alienação do trabalho, "em vez de o sujeito realizar-se na produção, o produto lhe aparece como uma coisa estranha e hostil a fugir de seu controle"; 2) auto-alienação do sujeito em quanto produtor - ou seja, "já que o caráter alienado do produto refere-se à ação de produzir, esta também é alienada; paralelamente à alienação do produto, corre a alienação do ato de produzir, na qualidade de auto-alienação do sujeito"; 3) desvinculação das relações vigentes entre indivíduo e a espécie - isto é, o trabalhador perde o sentido social da sua ação (11).

Assim, concretamente, o Trabalho é a condição necessária do homem. Se o homem trabalha para sua subsistência, do ponto de vista essencial do homem, o homem não faz parte

(10) Giannotti, J.A. - Origens da dialética do trabalho. pg 137.

(11) Uma saída ou possibilidade é dada por Marx com a configuração do trabalho no futuro onde o particular será, ao mesmo tempo, universal e onde objetiva e subjetivamente ocorrerá uma des-alienação do trabalho. Mas, no presente, o momento de "resistência" desses três momentos de alienação é o impulso eminentemente social do ser, a sua obstinação da "sociabilidade primitiva" (ver Feuerbach) que possibilitará des-alienar o trabalho.

dessa essência. Daí a importância da propriedade privada em que, em sua decorrência, o homem é alienado, de início, do produto do trabalho: dá-se a separação entre o produto do trabalho e o trabalho do homem; o produto de seu trabalho não lhe pertence.

Cabe perguntar, então, a quem pertence o produto do trabalho alienado? Ele pertence a outro homem. Isto porque, "originalmente, o trabalho alienado provoca o aparecimento da propriedade privada, ou melhor, a realização completa do trabalho alienado através da alienação do produto equivalente a instaurar o regime da propriedade privada que é, de fato, a única a revelar o completo alheamento do produto em face do produtor, na medida em que faz do produto propriedade de outrem e, desse modo, desvenda a relação do homem a homem que a categoria de trabalho alienado à primeira vista parece não comportar" (12).

Desse modo, a propriedade privada é vista como a expressão material do trabalho alheado. Além do produto de o trabalho alienado pertencer a outro que não o produtor, a relação alienada entre o trabalho e o seu produto implica também que o não produtor, ao apossar-se do fruto do trabalho alheio, se apossa também do próprio trabalhador objetivado em seu produto.

Se a alienação é um fenômeno que se dá no processo de trabalho, o fenômeno de fetiche, por sua vez, aparece num plano

(12) Giannotti, J.A. - Origens da dialética do trabalho. pg 147.

diferente: advém especialmente no mercado, no processo de troca. É um fenômeno que se instaura a partir do mercado ou do processo de troca e seu efeito é mais profundo do que o da alienação porque é um "efeito social".

À primeira vista, a intenção de troca parece objetivar a diversificação dos objetos produzidos; a correspondência, porém, é aparente. No fundo, a troca serve aos interesses privados, para seu melhor desenvolvimento e, mais, a troca se converte num elo de dominação.

Portanto, é "a partir do carecimento que se constituem as relações de troca e, na sua base, uma sociedade alienada, já que a propriedade privada vicia o primitivo sentido social da produção do homem para homem. Tendo como fundamento a produção egoísta, a sociedade que dela emerge só pode ser egoísta. Mas a própria particularidade dessas relações sociais revela suas limitações e objetiva, no interior da alienação, a essência genérica do homem. Embora não lhe seja possível apropriar-se do produto alheio se não oferecer em troca um equivalente, o homem não deixa de manter uma relação humana com esse objeto: deseja-o e precisa dele, em que pese a impossibilidade de obtê-lo. Desse modo, além da troca, o carecimento firma entre os homens um vínculo propriamente humano" (13).

(13) Giannotti, J.A. - Origens da dialética do trabalho. pg 158.

Além disso, a troca mantém uma relação com a essência genérica do homem e outra relação com a propriedade privada: de um lado, "na medida em que complementa os carecimentos recíprocos, a troca configura a comunidade como a essência de cada indivíduo, como o meio pelo qual cada pessoa satisfaz e educa suas necessidades" e, por outro, "a troca por si só não é alienante. Se leva adiante a alienação é porque opera com produtos do trabalho alienado, isto é, com propriedades privadas" (14).

Essa relação bipolar é possível em virtude de três questões básicas referentes à troca (15): primeiro, como a partir da troca chega-se ao valor; segundo, que tipo de abstração do valor é necessário para efetuar troca generalizada; terceiro, como o dinheiro, na qualidade de propriedade privada transmutada pela troca (e transformada como equivalente geral) termina por alienar e negar essa mesma propriedade.

A relação alienada do trabalhador com o trabalho cria a relação entre capitalista e o trabalhador. Em outras palavras, a relação entre eles é possível pois tem como ponto

(14) Giannotti, J.A. - Origens da dialética do trabalho. pg 169.

(15) O desenvolvimento dessas questões está a seguir, no item "C" deste capítulo.

de partida o carecimento (16) e a satisfação do carecimento se dá através da troca de equivalentes.

Essa equivalência dá-se de privatividade à privatividade: o trabalhador possui a sua força de trabalho e o capitalista o capital, cada qual com a sua "propriedade privada".

Mas essa equivalência da troca é, na verdade, aparente pois não tem como base a troca de "magnitudes" iguais: é uma troca desigual. É uma "aparência, aliás, que desempenha enorme função na sociedade alienada. Isto posto, o reino do contrato, do reconhecimento pessoal e da liberdade, postulado pela troca de equivalentes, é relegado também para o nível da aparência, do fenômeno em cuja base está a luta acirrada de cada um pela satisfação de suas necessidades" (17). E, nesse "jogo de intenções", o objeto possuído pelos indivíduos (capitalista-trabalhador) desempenha a função de mediador.

(16) Ou seja, como equivalente primitivo: "o carecimento específico enquanto carecimento em geral pode ser, do ponto de vista de sua particularidade, comparado com outros carecimentos particulares, sendo por isso possível a comparação de uma coisa a outras que satisfazem a outros carecimentos" - Giannotti, J.A. - Origens da dialética do trabalho. pg 173.

(17) Tanto a dialética do carecimento de Hegel quanto de Marx - onde o paradigma hegeliano desemboca em Marx na oposição do senhor e do escravo - ambas as doutrinas têm no reconhecimento a relação básica. Porém, a distinção de Marx do Hegel é que o primeiro "confere à relação inter-subjetiva a materialidade da posse efetiva do produto" - Giannotti, J.A. - Origens da dialética do trabalho. pg 160.

Nesse processo de objetivação do equivalente (18) identificamos duas conseqüências: primeira, ocorre uma inversão nas relações de poder entre o agente e seu produto; segunda, a objetivação do instrumento de troca como objeto da propriedade privada esvazia as relações humanas de conteúdo autenticamente humano. Assim, ao capitalista, "seu trabalho é a maneira de apropriar-se do trabalho alheio, o esforço da produção excita-se pelo antegozo da posse do objeto longínquo" (19).

Assim, se em se tratando de núcleos, o momento de alienação é no processo de produção e o momento de fetiche é no processo de circulação, isto é, a alienação é um fenômeno que se dá no processo de trabalho e o fetiche é um fenômeno que se instaura a partir do mercado ou do processo de troca.

Tomando-se, como exemplo, o salário como objeto que medeia satisfação de carências, no processo de circulação o que ocorre é troca de equivalentes entre salário e força de trabalho (em virtude de jurisprudência, legislação, etc.) ; portanto, não há exploração do capitalista contra o trabalha

(18) A teoria da objetivação do equivalente diz o seguinte: "no processo de configuração e objetivação do equivalente desapareceria por completo a eficácia que poderia ter o carecimento do produto do trabalho alheio se nos mantivéssemos no âmbito da comunidade" - Giannotti, J.A. - Origens da dialética do trabalho. pg 160. Daí a necessidade do mercado.

(19) Giannotti, J.A. - Origens da dialética do trabalho. pp 160-161.

dor. Mas, no processo de produção prevalece o valor de uso da força de trabalho, portanto, há exploração. Aqui, no processo de produção, o salário não paga o trabalho porque a força de trabalho é capaz de criar um valor acima do seu próprio valor.

Portanto, o processo de circulação acaba encobrendo o que se passa no processo de produção, ou seja, o fetichismo encobre o processo de trabalho. Esse processo está ligado a um fenômeno ideológico (20) no sentido de encobrir um processo fundamental do modo de produção capitalista. Ou seja, no fenômeno fetiche se aliena pela vontade consciente dos agentes. Porém, esses dois processos, de produção e de circulação, têm em comum o fator separação, isto é, o processo de autonomização que se dá em diversos níveis de socialização. Este processo de separação é simultaneamente um processo de deslocamento (de análise) e um processo permanente no capitalismo.

(20) O fenômeno ideológico não é uma inversão mas, sim, uma abstração, uma abstração das determinações essenciais.

oOo

C) MARX E TEORIA DE VALOR

Hegel faz o uso da lógica abstrata para traçar seu movimento ternário (universal-particular-singular) do conceito; Marx, porém, exprime o movimento interno do objeto.

Entre 1841 e 1844, Marx formula uma crítica à filosofia idealista alemã, em particular a de Hegel, e escreve Crítica à Filosofia de Direito de Hegel. O texto pretende apreender a particularidade de um dado país, no caso a Alemanha atrasada com uma filosofia adiantada, desnudando-a por meio da crítica à religião e propondo uma forma de desenvolvimento pela atuação da classe trabalhadora.

Na apresentação sobre Smith em Manuscritos econômico-filosóficos Marx se preocupa com a apresentação preponderante do primeiro a respeito da propriedade privada. Para Marx, o Trabalho é constituinte da riqueza da propriedade privada (ou seja, a sua noção) e, conseqüentemente, é separado do produto final e essa separação significa alienação, enquanto que, para Smith, a propriedade privada e a riqueza estão ligadas ao Trabalho por um lado e, por outro, a riqueza depende do Trabalho. Conseqüentemente, a propriedade privada é constituída pela riqueza e pelo Trabalho.

Marx, em Miséria da Filosofia diz que não são as palavras do Smith que importam (21). O que importa é o estatuto da

(21) No tocante à crítica de Prodhon ao Smith.

realidade, nua e crua, que gera essas palavras. Assim, a teoria do valor do Smith estará a retratar a realidade científica da época (22).

Numa mercadoria, a determinação do valor é dada pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção.

Por outro lado, se o valor das mercadorias é igual ao seu custo de produção, isto é, o que o capitalista efetivamente desprendeu, como pensavam Ricardo e Smith (23), a questão de mais valia não aparece no âmbito da economia política.

No texto "Valor e Preço" as categorias valor real e valor nominal, valor de troca e valor de mercado, valor e preço (como valor monetário) aparecem como sinônimos. O ponto central desse texto é a discussão do valor médio. Nesse texto, o preço médio (24) é a média da oscilação onde estão em jogo a oferta e a procura no mercado. E, ao longo do tempo, o preço médio tende a ser igual ao seu valor; não exatamen-

(22) E o caráter científico do Smith é fortemente assumido por Marx em Miséria da Filosofia.

(23) Segundo Giannotti, "Smith e Ricardo determinam o preço natural pelo custo de produção, incluindo um lucro equitativo, antes de o produto alcançar o mercado" - Giannotti, J.A. - Origens da dialética do trabalho. pg 103.

(24) Após a leitura da Contribuição à Crítica, entende-se que é preço médio e não valor médio como Marx determina no "Valor e Preço", pois, dada a hipótese do uso da mesma técnica de produção de uma determinada mercadoria, o valor é constante.

te igual mas, seguramente, tende a ser, pois a média não é tomar os pontos isolados ao longo da oscilação, visto que o preço não é uma invenção. Ele é a expressão necessária para exprimir o valor; é a forma necessária que a mercadoria assume no processo de troca, isto é, na circulação. Assim, a soma dos seus preços é igual à soma dos seus valores ($\Sigma P = \Sigma V$, no conjunto). Portanto, no limite haverá uma identidade entre preço e valor.

Valor e preço são dois momentos distintos porém partem do mesmo processo: de um lado, o valor é determinado no âmbito da produção e, de outro, o preço é determinado no âmbito da circulação (25). Destes dois momentos, o momento determinante é o momento de produção porque o determinante do preço é o valor. Marx, para ilustrar este fato, toma como exemplo uma mercadoria específica, a força de trabalho (sob caráter moral e histórico) e demonstra como determinar e identificar o seu valor (26) e preço. Num dado período histórico, a redução do valor da força de trabalho se dá com a diminuição do custo de manutenção do trabalhador. Essa diminuição gera (inter)luta de classe capitalista (industriais e agricultores), ou seja, é uma

(25) $C+V+m$ = valor onde, C =custo fixo, V =custo variável, m =mais-valia e, $C+V$ =custo de produção; e $C+V$ +lucro médio = preço de produção.

(26) O valor da força de trabalho são os meios necessários para a subsistência da classe trabalhadora. E, na sua determinação, entra em questão a luta de classes. Como diz Althusser, "a luta de classes está presente no coração do capitalismo".

luta intersetorial da classe capitalista, resultado da luta de classes entre capitalista e trabalhador, isto é, o que se passa na produção determina o que se passa na circulação.

Até aqui vimos que a variedade de nomes atribuídos na distinção de valor e preço gera indício de confusão no tocante à questão do valor.

Já em Contribuição à Crítica da Economia Política, Marx traça categoria definida e, pela primeira vez, destaca a diferença entre valor de uso e valor de troca (27) e, nessa distinção analítica, a confusão se esclarece.

(27) Nos textos de Grundrisse não aparece o valor de uso.

* VALOR DE USO E VALOR DE TROCA

O raciocínio abstrato é fundamental nessa distinção analítica: valor de uso é indicativo do caráter da necessidade. O preenchimento da necessidade só pode cumprir-se no substrato material da mercadoria, ou seja, da utilidade ou da necessidade social da mercadoria (28). Para se dar conta desse substrato material, o Trabalho utilizado só pode ser pensado como sendo TRABALHO CONCRETO (29). Nesses termos, tem-se universalmente o valor de uso independentemente da sociedade. Por outro lado, se o valor de uso não "assume" o valor de troca, ele não será uma categoria econômica. Mas, por outro, o que determina valor de troca é a quantidade de trabalho necessário para a produção. Consequentemente, a mercadoria se diferencia em si no que diz respeito quantitativamente ao valor de troca independente do seu caráter de necessidade e concreticidade.

(28) É o que Hegel chama de "carecimento". Ver pg 14 e 15.

(29) Por outro lado, o TRABALHO ABSTRATO é "alienação" ou abstração de qualquer trabalho específico. Porém, não é a mesma coisa que diferenciação do trabalho; o trabalho complexo é efetivamente reduzido a trabalho simples. A diferença é retida nessa redução. A redução é feita socialmente, quase que histórica e natural. Empiricamente qualquer trabalho é trocado, ou seja, qualquer mercadoria é cambiável. E, essa abstração é absolutamente real pois empiricamente é comprovável. Resumidamente, podemos dizer que o componente do trabalho no valor de uso é o TRABALHO CONCRETO e o do valor de troca é o TRABALHO ABSTRATO.

No primeiro capítulo de O Capital, Marx expõe idéia mais completa a respeito da teoria do valor. O desenvolvimento desse capítulo, "A Mercadoria", não deixa mais margens de dúvidas a respeito do "valor", como nos textos anteriores, onde ocorre uma contraposição das categorias-chave tais como valor de uso e valor de troca, trabalho abstrato e trabalho concreto.

A grande diferença neste capítulo está entre valor e valor de troca (em Contribuição à Crítica está entre valor de troca e preço). Marx começa retomando o texto da Contribuição à Crítica no tocante à questão de valor de uso e valor de troca. Aqui, caracteriza valor de uso como utilidade do objeto condicionado ao caráter material pois valores de uso formam o conteúdo da riqueza material independente da forma social, isto é, valores de uso são produzidos em todos os momentos da sociedade, independentes da forma social e, portanto, valores de uso formam o suporte material para valores de troca.

Mas valores de uso só se realizam com a utilização ou o consumo da mercadoria. Em consequência, o valor de troca é a expressão do conteúdo diferenciado por ele mesmo; é a forma de manifestação desse conteúdo. Por exemplo: a equação x de trigo = y de tecido é expressão de igual magnitude, isto é, é o que tem de comum entre trigo e tecido. Caso a igualdade de x de trigo se estenda às outras mercadorias como x de trigo = y de tecido, w de sapato, z de ferro, a igualdade w de sapato = z de ferro é dedutível de imediato. O elemento que permite essa equação w sapato = z ferro não está presente em nenhuma delas; porém, está presente em todas

ao mesmo tempo. Só que nesta relação desaparecem o caráter útil da mercadoria e também o caráter de trabalho concreto. Pois o que conta nessa relação de troca é o dispêndio de trabalho abstraído do seu concreto; é um dispêndio de uma determinada magnitude de tempo. Conseqüentemente, não é simplesmente um trabalho abstrato, porém, um trabalho abstrato de um determinado tempo. Portanto, o valor é exatamente a cristalização do trabalho abstrato em cada uma das mercadorias. Assim, o valor (ou a quantidade de trabalho necessário para a produção) vai tomar corpo na relação manifestada de troca.

A relação de troca é a forma necessária para o valor se manifestar (e, necessariamente, se manifesta em magnitude, isto é, em quantidade). Isto significa que o valor também se manifesta em uma determinada magnitude. Aqui, a magnitude significa exatamente a quantidade de trabalho abstrato que se gastou para produzir. Porém, este tempo de trabalho não é qualquer tempo; é o tempo de trabalho socialmente necessário, isto é, tempo médio de trabalho pois o que a sociedade leva em conta é a média, não na substância mas na sua magnitude (30). Desse modo, o que conta numa relação de troca é a quantidade média de trabalho pois alguma coisa que permite a troca é a quantidade média de trabalho cristalizado nas mercadorias.

(30) Pois, no cômputo da magnitude não se levam em conta as "pontas" de produção, mas, sim, a média.

Em decorrência dessa relação de troca, o valor de troca é a forma necessária para o valor se manifestar. Ou seja, o valor de troca é, no fundo, uma relação social entre suas mercadorias; é a forma necessária dos valores.

Se, "toda mercadoria tem um duplo aspecto, o do valor de uso e o do valor de troca" (31), tudo o que a humanidade consumiu, em qualquer época e em qualquer forma da sociedade, possui igualmente um valor de uso. Consequentemente, "a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso" (32).

A expressão valor de uso denota certa relação entre o consumidor e o objeto consumido. Caracteriza valor de uso como utilidade do objeto condicionando ao caráter material e forma o conteúdo da riqueza material independente da forma social: "o valor de uso só se realiza com a utilização ou o consumo" (33). E, por esse motivo, o valor de uso forma o suporte material para o valor de troca.

A mercadoria é tudo o que se produz para a troca e não para o uso do produtor. Assim, o estudo das mercadorias é o estudo das relações econômicas de troca e, portanto, "qualquer mercadoria se troca por outras, nas mais diversas proporções" (34).

(31) Marx, Karl - O Capital. RJ, Civilização Brasileira, s/d. pg 42.

(32) Marx, K. - O Capital. pg 42.

(33) Marx, K. - O Capital. pg 42.

(34) Marx, K. - O Capital. pg 43.

Possuindo valor de troca relativo entre si, as mercadorias evidenciam sua característica ímpar pois o valor de troca é a expressão de conteúdo diferenciado por ele mesmo; é a sua forma de manifestação.

É somente como mercadoria - numa sociedade onde a troca é um método regular de realizar a finalidade da produção social - que os produtos têm valor de troca. À primeira vista, o valor de troca parece ser uma relação quantitativa entre as próprias mercadorias, porém, a relação quantitativa entre as mercadorias a que damos o nome de valor de troca é, na realidade, apenas uma forma externa de relação social entre os produtores. A relação de troca, como tal, é uma expressão do fato de que os produtores individuais, cada qual trabalhando isoladamente, estão na realidade trabalhando um para outro. É por isso que, segundo Rubin (35), "o mistério do valor só pode ser compreendido a partir das características da economia mercantil".

Na economia mercantil, o trabalho abstrato aparece como sendo "substância do valor", isto é, a mercadoria parece, à primeira vista, ser apenas um artigo útil produzido por um trabalhador particular e formalmente isolado, independente. Mas percebemos adiante que essa mercadoria tem algo em comum com as outras mercadorias: possui valor. Ou seja, são

(35) Rubin, Isaak Illich - A Teoria Marxista do Valor. SP, Brasiliense, 1980. pg 58.

todas elas trabalho abstrato materializado. É esta característica do valor de uso que se manifesta no valor de troca, que é uma relação predominante da economia mercantil.

Na realidade, a troca de mercadorias é uma troca dos produtos do Trabalho de agentes individuais. Em outras palavras, o que se encontra na expressão da forma de valor de troca é o fato de que as mercadorias em questão são produtos do Trabalho Humano numa sociedade baseada na divisão de trabalho e na qual os produtores agem particular e isoladamente. Por isso, o valor de qualquer mercadoria é determinada pela quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção.

O Trabalho Humano - como mercadoria - tem também dois aspectos: um, correspondente ao valor de uso, e outro, ao valor de mercadoria que ele, TRABALHO, produz. Assim, à mercadoria como um valor de uso corresponde o trabalho como trabalho útil. E se abstrairmos o valor de uso da mercadoria, ele existe apenas como valor. Portanto, o que o valor de uso é para o valor - no caso da mercadoria - o trabalho útil é para o trabalho abstrato - no caso da atividade produtiva.

* FORMAS DE VALOR OU A QUESTÃO DA INTERCAMBIABILIDADE

Entretanto, como se dá, eventualmente, a intercambiabilidade das mercadorias? Segundo Marx, para que a equação de valor de troca de uma mercadoria seja possível, os equivalentes entram com o valor de uso determinado em quantidade.

Porém, essa equação não resolve o problema de intercambiabilidade pois é a equação de uma mercadoria expressa como equivalente em valores de uso das outras mercadorias. Esse problema só se resolverá quando se inverter essa equação, isto é, achar um equivalente geral expresso em uma mercadoria.

Essa equivalente geral deveria historicamente assumir uma única mercadoria que fosse expressão do "tempo gasto para produção".. Então, só nestes termos, ou melhor, nessa condição, o dinheiro é equivalente geral. Só assim o dinheiro representa uma relação social significando uma igualização das outras equivalentes.

Marx analisa "a forma do valor ou valor de troca", ou seja, a produção de mercadorias simples numa sociedade em que cada produtor é dono de seus próprios meios de produção e satisfaz suas múltiplas necessidades pela troca com outros produtores em situações semelhantes. É a troca em sua mais clara e elementar forma. Dentro dessa "forma de valor ou valor de troca" manifestam-se quatro formas:

1) FORMA SIMPLES, CONCRETA OU FORTUITA DO VALOR

A equação que expressa essa forma é $xA = yB$, isto é,

trabalho específico para produzir a mercadoria A é igual ao trabalho específico investido para produzir a mercadoria B. O que importa nessa relação é que as mercadorias A e B possuem algo em comum que permite a troca.

Convém notar que nessa relação faz-se necessária uma abstração do caráter TRABALHO pois omite a qualidade específica do Trabalho levando-se em conta apenas o dispêndio do Trabalho Humano. Isto porque a abstração do Trabalho concreto na intercambiabilidade é um problema social pois indica o caráter social da troca. Em outras palavras, no intercâmbio a mercadoria ganha o caráter social e é só na troca que aparece a sociabilidade das mercadorias.

Marx considera analiticamente dois polos da relação de mercadorias: de um lado, o valor relativo, ou seja, a mercadoria A expressa em B o seu valor relativo enquanto a mercadoria B está a servir como expressão do valor de A, portanto, como equivalente, isto é, como suporte material; de outro lado, as qualidades materiais específicas da mercadoria B (seu valor de uso) que servem para a mercadoria A se expressar.

Nessa relação de mercadorias A e B o que está sendo valorizado é a quantidade de trabalho socialmente necessário para produzir A; é B que indica que A é uma mercadoria, ou seja, fornece a referência social para A, fornece o suporte material. Nessa relação simples, a mercadoria B, qualquer que seja ela, representa a sociabilidade de qualquer mercadoria que seja A. Esquemáticamente, a relação de mercado,

rias A e B pode ser apresentada como segue abaixo:

$$\begin{array}{ccc} x A & = & y B \\ \downarrow & & \downarrow \\ \text{valor relativo} & \Rightarrow & \text{equivalente} \\ \text{valor de troca} & \Rightarrow & \text{valor de uso} \end{array}$$

Onde x é a magnitude de A, de quanto vale A, não se referindo ao conteúdo de A, mas, sim, ao objeto de A. Essa expressão apresenta dois polos de valor e, como se refere ao objeto A, portanto o valor de uso de A, não se leva em conta para o "polo" esquerdo". Em outros termos, essa relação é transitiva e não reflexiva, ou seja, só tem sentido numa direção (de A para B). E, yB como equivalente de A deve ser diferente de A e tem que ser concreto. Desse modo, a partir desta "separação" em polos é que se pode dizer do duplo caráter do Trabalho: trabalho abstrato e trabalho concreto.

2) FORMA TOTAL OU DESENVOLVIDA (36) DO VALOR.

Esta forma é expresso pelas equações $xA = yB, zC \dots$. Nessa expressão o trabalho concreto de A (37) é equivalente à qualquer mercadoria, saindo do caráter abstrato pois as

(36) Porque amplia o universo das relações.

(37) Na verdade não é qualquer trabalho, mas, sim, o trabalho simples pois o que se leva em conta na computação é sempre o trabalho simples. Em geral, ocorre decomposição do trabalho composto para trabalho simples.

igualdades dessa expressão não são meras formas analíticas de expressar a troca, mas são expressões que carregam uma historicidade por trás: trazem em si uma historicidade e sociabilidade. Por isso as mercadorias do polo direito têm duplo caráter: ser suporte material e equivalente da mercadoria A.

Porém, a relação anterior não se dá conta da generalização da troca. Assim, é necessário desenvolver uma outra forma: a forma geral do valor.

3) FORMA GERAL DO VALOR

Como a expressão da "forma total ou desenvolvida do valor" continua a ser soma das formas simples do valor (forma simples de expressar o valor da mercadoria A) faz-se necessária a inversão dessa forma para se expressar a equivalente geral. Assim, a mercadoria A passa a ser uma mercadoria "separada e especial" em relação às demais. Torna-se uma equivalente: "a forma geral do valor relativo do mundo das mercadorias imprime à mercadoria eleita equivalente o caráter de equivalente geral" (38).

O que determina essa posição de equivalente é o seu uso mais difundido; destacar-se das demais mercadorias por ser

(38) Marx, K. - O Capital. pg 75.

mais difundida por causa da sua utilidade. É essa utilidade que lhe dá o caráter de equivalente geral. Portanto, a equação é de forma $yB, zC, \dots = xA$.

Na equação acima, o polo direito apresenta um trabalho particular como expressão do trabalho social. Em outras palavras, a forma do valor assume a generalidade: "a forma equivalente geral é, em suma, forma de valor. Pode, portanto, ocorrer a qualquer mercadoria" (39). Assim, xA torna-se equivalente geral. É um trabalho particular como expressão do trabalho social (como fato social); é forma do valor que assume a generalidade.

4) FORMA DINHEIRO DO VALOR

A forma dinheiro (como valor) é mais abstrata que as demais.

O que se leva em conta nessa relação não é o valor de dinheiro, mas, sim, o valor de uso do dinheiro; é seu valor de uso que permite o acesso às outras mercadorias. E o dinheiro só pode dar a intercambiabilidade geral, oferecendo o seu valor de uso, meramente como meio de troca (40). Assim, o dinheiro só é mercadoria nessa função, ganhando des

(39) Marx, K. - O Capital. pg 77.

(40) Porém, a forma total do valor e, em consequência, o equivalente geral aparece, do ponto de vista histórico, sempre como o desdobramento da forma simples de valor.

se modo a sociabilidade das formas anteriores. "O difícil, para se conceituar a forma dinheiro, é compreender a forma de equivalente geral e, em consequência, a forma geral do valor" (41). A forma equivalente geral é a forma socialmente aceita que possui o monopólio de valor. Hoje, o dinheiro tem outras funções fora a função de troca; porém, a sua origem é a última.

Em suma, a magnitude do valor necessariamente se expressa numa outra por dois motivos: primeiro, não se deve igualar a magnitude de uma mercadoria com ela mesma (por exemplo : $x_A = x_A$) e, segundo, a questão do trabalho socialmente necessário (42) em que, na relação simples de troca, a questão da oferta e da procura determinava o que seria socialmente necessário. Mas, com a "forma dinheiro", a determinação do trabalho socialmente necessário não passa mais pela oferta e procura, ou seja, no mercado.

(41) Marx, K. - O Capital. pg 79.

(42) Em última instância, é necessário um comprador de uma determinada mercadoria e esse comprador vai dar o caráter social a essa mercadoria.

(43) Ver mais adiante, a discussão sobre a alienação e fetichismo.

* VALOR E PREÇO

Discutido o "valor", cabe examinarmos agora como se definem e se determinam o preço e a oposição entre valor e preço.

A primeira definição que encontramos de "preço" no capítulo III, "O dinheiro ou a circulação das mercadorias", em O Capital, é a que diz ser o preço "a expressão do valor de uma mercadoria em ouro" (44). Ora, se é a expressão do valor ou ainda "a expressão da magnitude do valor" (45) e sendo o valor de uma mercadoria determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, o preço pode também ser definido como a "designação monetária do trabalho corpotificado na mercadoria" (46), ou, ainda, como a "determinação em dinheiro da quantidade de trabalho social nela incorporado" (47).

Fica claro, assim, que é o valor que determina o preço e não o inverso (o preço como determinante do valor). Entretanto, cabe, então, esclarecer por que razão na sociedade mercantil ocorre essa expressão do valor da mercadoria sob a forma de preço, ou seja, na "forma dinheiro de mercadoria" (48).

(44) Marx, K. - O Capital. pg 106.

(45) Marx, K. - O Capital. pg 115.

(46) Marx, K. - O Capital. pg 114.

(47) Marx, K. - O Capital. pg 120.

(48) Marx, K. - O Capital. pg 106.

Para tanto deve-se entender qual é a "gênese da forma dinheiro", a qual é elucidada por Marx ao fazer a análise das formas de valor.

Nessa análise, afirma-se que a forma dinheiro surge quando uma "mercadoria determinada, com cuja forma natural se identifica socialmente a forma equivalente, torna-se mercadoria dinheiro, funciona como dinheiro" (49); tal mercadoria passa a ter como sua função social específica desempenhar o papel de equivalente universal (50).

Portanto, "a expressão simples e relativa do valor de uma mercadoria, por exemplo, o linho, através de uma mercadoria que já esteja exercendo a função de mercadoria-dinheiro, por exemplo, o ouro, é a forma preço" (51). Assim, pela forma preço, a forma geral do valor relativo das mercadorias passa a ter "o mesmo aspecto da forma primitiva, singular, do valor relativo" (52), bastando uma equação para representar o valor da mercadoria de maneira a ser socialmente válida.

(49) Marx, K. - O Capital. pg 78.

(50) Por força do hábito social, é a mercadoria ouro que passa a ser identificada com "a forma de direta permutabilidade geral ou forma de equivalente geral" (Marx, K. - O Capital. pg 78). Mas, para que viesse a exercer essa função de dinheiro em relação às outras mercadorias, o ouro precisou primeiramente ser "a elas anteposto na condição de mercadoria" (Marx, K. - O Capital. pg 78).

(51) Marx, K. - O Capital. pg 79.

(52) Marx, K. - O Capital. pg 106

E, "como forma do valor, o preço ou a forma dinheiro das mercadorias se distingue da sua forma corpórea, real e tangível. O preço é uma forma puramente ideal ou mental" (53) pois o valor de diferentes mercadorias existe nelas próprias, porém, de modo invisível e tem de ser assim visto que o seu valor não está determinado pelas qualidades particulares a cada uma das diferentes mercadorias mas, por aquilo que todas elas têm em comum: serem fruto do Trabalho Humano que é a única fonte de valor.

Mas, ainda que invisível - e talvez, justamente por ser invisível - há a necessidade de que esse valor se apresente de alguma forma ao mundo exterior, de um modo socialmente aceito e que permita que o fruto dos diversos trabalhos individuais e concretos apareçam no mercado sob uma forma comum, pela qual se possa dar a troca generalizada das mercadorias, isto é, se dar, através da forma, preço, que consiste na equiparação das diferentes mercadorias ao ouro, o que leva a que se estabeleça uma relação puramente imaginária entre elas e o ouro já que "todo dono de mercadoria sabe que não transformou sua mercadoria em ouro, quando dá a seu valor a forma de preço ou a forma idealizada de ouro, e que não precisa de nenhuma quantidade de ouro ideal para estimar em ouro milhões de valores de mercadorias" (54).

(53) Marx, K. - O Capital. pg 107.

(54) Marx, K. - O Capital. pg 107.

Os preços são, portanto, "as quantidades de ouro em que se transformam idealmente os valores das mercadorias" (55). Entretanto, como já foi dito, se o ouro exerce a função de dinheiro em relação às outras mercadorias é porque foi primeiramente anteposto a elas na condição de mercadoria e como tal tem seu próprio valor em função do qual serão estabelecidos os preços - ou serão expressados os valores - das demais mercadorias. Então, isto implica em dizer que ainda que "apenas o dinheiro idealizado sirva para medir valor, depende o preço inteiramente da substância real do dinheiro" (56), seja ela o ouro ou outra qualquer.

O que importa é, então, que o valor ou a quantidade de trabalho humano contido em si da mercadoria A seja expresso numa quantidade imaginária da mercadoria ouro (ou prata ou cobre) que contenha igual quantidade de trabalho: "por isso, se duas mercadorias diferentes, ouro e prata, servem simultaneamente de medida do valor, passam todas as mercadorias a possuir duas espécies de preços; o preço em ouro e o preço em prata, que correm tranquilos, paralelamente, enquanto não houver alterações na relação de valor entre ouro e prata" (57). Mas, mudando essa relação, pela alteração no valor de qualquer uma das mercadorias que servem como medida de valor, alteram-se também os preços em ouro e os preços em prata das mercadorias, bem como a relação que mantêm em si. Daí poder

(55) Marx, K. - O Capital. pg 112.

(56) Marx, K. - O Capital. pg 107.

(57) Marx, K. - O Capital. pg 108.

-se concluir que "duplicar a medida do valor contraria a função dessa medida" (58), que é justamente quando uma mercadoria conquista monopolisticamente o papel de "expressar o valor do mundo das mercadorias" (59).

Cabe ressaltar o fato de que ainda que para dar um preço a uma mercadoria baste igualá-la a ouro idealizado, para essa mesma mercadoria realizar o valor de troca nela contido e, para o ouro prestar ao proprietário da mercadoria o serviço de equivalente geral, a mercadoria tem que ser substituída por o ouro. Isto significa que o preço "implica a alienabilidade das mercadorias contra dinheiro e a necessidade dessa alienação por dinheiro" (60). É, portanto, uma mercadoria que, ao ser utilizada pelas demais para que nela se expressem seus valores, assume a forma de dinheiro.

É no processo de troca, ao serem contrapostas as mercadorias (como valor de uso), a mercadoria dinheiro (como valor de troca), que se patenteia a oposição imanente à mercadoria entre valor de uso e valor, sendo que ao se processar a troca, na verdade, "ambos os lados que se confrontam são mercadorias, isto é, unidades de valor de uso e valor" (61) objetivando, no fundo, todo processo de troca possibilitar ao produtor a troca do produto do seu trabalho por produto do trabalho alheio.

(58) Marx, K. - O Capital. pg 108.

(59) Marx, K. - O Capital. pg 79.

(60) Marx, K. - O Capital. pg 116.

(61) Marx, K. - O Capital. pg 117.

Mas, ao produtor, em função da divisão social de trabalho - que ao especializar o trabalho do produto pluraliza suas necessidades - o produto do seu trabalho serve-lhe apenas como valor de troca o qual, por sua vez, só se realiza na medida em que tiver valor de uso para outrem disposto a alienar o dinheiro (de que dispõe) para obter o valor produzido pelo primeiro.

Uma vez detentor de dinheiro (que obteve em troca da alienação do produto do seu trabalho) o produtor inicial passa a ter condições de apropriar-se do produto do trabalho alheio (62). Ou seja, "a realização do preço, ou da forma ideal do valor da mercadoria, isto é, a realização simultânea e oposta do valor de uso ideal do dinheiro; a transformação de mercadoria em dinheiro é, ao mesmo tempo, transformação de dinheiro em mercadoria" (63). Percebe-se assim que a forma dinheiro desempenha simultaneamente duas funções: medida de valor e estalão de preços.

De um lado, como medida de valores, é a encarnação social do trabalho humano e, como tal, serve para converter os valores das diferentes mercadorias em preços ou quantidades imaginárias de ouro. De outro lado, sua função como estalão de preços consiste em medir essas quantidades de metal, sendo um determinado peso dele eleito como unidade de medida.

(62) Já que agora detém a mercadoria - dinheiro - que tem valor de uso servir como equivalente geral às demais.

(63) Marx, K. - O Capital. pg 121.

Se inicialmente havia coincidência entre essas duas funções, historicamente elas acabam por se diferenciar, passando o dinheiro a servir de "dinheiro-conta", quando é mister fixar o valor de uma coisa, em sua forma dinheiro e as mercadorias a expressar, com nomes monetários, o que elas valem.

Marx considera que eventualmente pode haver divergência quantitativa entre preço e magnitude de valor, sendo tal divergência inerente à própria forma preço por expressar esta forma uma relação de troca de uma mercadoria com a mercadoria dinheiro, que tem existência extrínseca àquela com que se permuta.

A forma preço admite ainda uma contradição absoluta pela qual se atribui preço e, portanto a forma mercadoria a uma coisa que não tem valor. Inversamente, a mercadoria dinheiro tem valor sem que tenha preço (64) pois atribuir-lhe um preço seria igualá-la a si mesma - o que é tautológico (65).

(64) O que é consequência do próprio papel de equivalente geral desempenhado por essa mercadoria.

(65) Ver Marx, K. - Miséria da Filosofia. SP, Grijalbo, 1976. Capítulo II - "A metafísica da economia política", pp 99 - 165.

E, por fim, o preço é o valor de troca das mercadorias ; expressa o valor relativo da mercadoria. Assim, de um lado, o valor - que só se expressa por qualquer magnitude' - é determinado na produção e, de outro, o preço é determinado na circulação, no mercado. Pois a "divisão do trabalho transforma o produto em mercadoria, tornando, assim, necessária a transformação desta em dinheiro" (66).

Se, como diz Giannotti (67) no primeiro volume d'O Capital, "o preço aparece como a expressão do valor", no terceiro volume (68) "o preço deixa de traduzir de imediato o trabalho abstrato socialmente necessário incorporado à mercadoria, em virtude de uma série de fatores que passam progressivamente a perturbar a real ação do valor" - que será examinada mais adiante.

(66) Marx, K. - O Capital. pg 121

(67) Giannotti, J.A. - Origens da dialética do trabalho. pp 111-112.

(68) Principalmente capítulos 8 e 9, livro III, volume IV.

* SALÁRIO

Para se chegar à questão de salário, Marx discute longa - mente sobre preço e valor. Se nas suas obras anteriores constatamos o uso impreciso das categorias preço e valor, já no texto "Trabalho assalariado e Capital" vemos algumas delimitações e firmamento conceituais.

Neste texto, seja do ponto de vista lógico, seja do ponto de vista histórico, o valor "de preço" precede o preço de produção: as mercadorias não dão mais vendidas pelos seus valores (69); seu preço afasta-se muito do seu valor. E constata que só com a expansão do mercantilismo (70) é que se permitiu a categoria valor se estabelecer em dois níveis: lógico e histórico.

Se nos Manuscritos econômico-filosóficos o "salário é determinado através da luta inimiga entre o capitalista e o trabalhador" e "o trabalhador converte-se num mero objeto, numa mercadoria como outra qualquer, cuja produção passa a ser regulada pela lei da oferta e da procura" (71) no "Trabalho assalariado e Capital" Marx faz distinção entre salá-

(69) Como já consta na Sagrada Família: "no início o valor é determinado racionalmente, ao menos na aparência, pelos custos de produção da coisa e por sua utilidade social. Mais tarde fica patente ser o valor uma manifestação puramente accidental que não precisa manter relação alguma nem com o custo de produção nem com a utilidade social" (Giannotti, J.A. - Origens da dialética do trabalho. pg 103). Já no texto "Trabalho assalariado e Capital" tenta mostrar que o valor não é oriundo de uma "determinação puramente accidental".

rio relativo (como relação que toca a parte do trabalho e a parte do capitalista) e salário nominal.

Isto porque "o valor de toda mercadoria M da produção capitalista se expressa na fórmula: $M = C+V+m$ " (72), isto é, o valor de qualquer mercadoria produzida em condições capitalistas pode ser decomposto em três partes constituintes.

Rigorosamente, porém, são dois os elementos que compõem o valor da mercadoria: trabalho passado (ou trabalho morto) ' que, de modo geral, é aquele incorporado aos meios de produção e trabalho vivo, ou seja, a força de trabalho.

Mas a especificidade da mercadoria força de trabalho é de criar um valor acima do seu valor. Assim, do ponto de vista da composição do valor das mercadorias, expressa-se pela fórmula acima: o primeiro componente que representa apenas ' o valor do material e equipamentos usados, ou seja, todo material necessário para a produção, não sofrendo no processo de produção qualquer alteração quantitativa de valor e sendo por isso denominado de Capital Constante e representado ' pela letra C ; a segunda parte substitui o valor da capacidade de trabalho, sofrendo de certa forma uma alteração no valor pelo fato de produzir um valor acima do seu valor, isto é, produz o equivalente ao seu valor como também produz

(70) Convém notar primeiro que "o mercantilismo é a primeira escola estudada pelo Engels e Marx" (Giannotti, J.A. - Origens da dialética do trabalho. pg 88) e, segundo, como os fisiocratas sucedem aos mercantilistas e preparam o terreno para Smith.

(71) Giannotti, J.A. - Origens da dialética do trabalho. pp 102-103.

(72) Marx, K. - O Capital. pg 30 do volume IV, Livro III.

um excesso, uma mais-valia. Esta parte é denominada Capital Variável e é representada pela letra V ; a terceira parte é a mais-valia em si, indicada pela letra m.

Aqui se fazem necessárias duas observações: primeira, devemos notar que dentro da fábrica não são utilizados todos os meios de produção. As matérias-primas são transformadas em mercadorias (trabalho cristalizado=valores) e o trabalho que vai produzir, alterando a configuração da matéria (visão física) utilizando os equipamentos e instalações. Assim, o Capital investido na produção não varia e se mantém quase que na sua totalidade. Dependendo da produção, os valores de máquinas e instalações são parcialmente transferidos na medida do seu desgaste. Para poder dar-se conta dessa questão, o Capital Constante é subdividido em: capital fixo e capital circulante. Fazem parte desse último aqueles meios de produção cujo valor entra no processo de produção por inteiro. E convém notar que no Capital Constante só há transformação do valor para o produto final, isto é, Capital considerado como fluxo (custos pagos sobre o processo produtivo num determinado período) e não como estoque.

Segunda, o trabalhador, na fábrica, é ator de um processo que ele não comanda; por trás há o capitalista. Desse modo, a Capital Variável que engloba uma parcela do Capital Circulante é a transformação da capacidade da força de trabalho para o produto mais o consumo dessa mercadoria ao longo da jornada de trabalho. E o valor de uso da força de trabalho é capaz de gerar valor que pode ser maior do que o valor da própria mercadoria, força de trabalho.

Assim o valor produzido pelo trabalho pode ser maior que o valor necessário à reprodução da força de trabalho. Consequentemente, a origem da mais-valia não pode provir da circulação nem da produção se considerarmos cada uma dessas esferas isoladamente.

A mais-valia não pode surgir apenas no processo de circulação de mercadorias através de um aumento de preços pois, se todos os capitalistas envolvidos na transação aumentassem o preço, resultando numa luta generalizada, o montante equivalente ao ganho da venda perderia na compra, visto que a forma capitalista de se transformar o dinheiro em capital é D-M-D' (D no começo e no fim; começa-se pela compra e termina-se pela venda; e M é única). Assim, a contabilidade final seria equivalente ao do começo.

Por outro lado, também não podemos obter a mais-valia só na produção, pois o valor do Capital Constante se transfere para o produto acabado sem que isso gere valor e a transferência é a nível de materiais, no ciclo produtivo. Assim, restaria analisar os componentes do Capital Variável.

O trabalhador realiza dois tipos de consumo: consumo na produção ou consumo produtivo que pertence ao capitalista e, consumo individual que ocorre fora do processo de produção e que pertence a ele (trabalhador) mesmo. O consumo individual assegura a conservação e reprodução dos trabalhadores e o contínuo reaparecimento dos trabalhadores no mercado de trabalho em virtude da destruição dos meios de subsistência (73).

(73) Ver Marx, K. - O Capital. Capítulo 21: "A reprodução simples"

O capitalista, ao comprar no mercado a força de trabalho, paga ao trabalhador um salário correspondente ao montante da sua reprodução e da sua subsistência. Porém, quando o emprega efetivamente, na sua fábrica, há a exploração específica do modo de produção capitalista, a produção de mais-valia.

O capitalista possui duas formas de extrair a mais-valia: a relativa e a absoluta. Mas, dessa ou daquela forma de mais-valia extraída no ciclo de produção, é necessário que ocorra a sua efetivação na venda. Assim, da circulação e da produção de mercadorias, agindo concomitantemente, o capitalista extrai a mais-valia.

O Capital Variável enquanto salário expressa certa quantidade de força de trabalho posta em movimento e, por conseguinte, determinada quantidade de trabalho que se materializa ou um mero índice de quantidade de trabalho vivo que mobiliza (74). No Capital Variável o trabalho vivo é sempre maior do que o trabalho contido (trabalho passado). E, para Marx, é a acumulação do Capital que vai determinar os salários e a existência de excedente ou não de trabalhadores no mercado.

Uma das razões de a fórmula $C+V+m$ constituir a espinha dorsal analítica da teoria econômica de Marx é a chamada taxa de mais-valia, que é definida como a razão entre a mais-valia e o Capital Variável, sendo indicada por m' .

(74) Ver Marx, K. - O Capital. Capítulo 8 do Livro III, pg 164.

A taxa de mais-valia é a forma capitalista que Marx chama de índice de exploração, ou seja, a razão entre o trabalho excedente e o trabalho necessário (75).

A grandeza da taxa de mais-valia é determinada diretamente por três fatores: a extensão da hora de trabalho, a quantidade de mercadorias que participam do salário real e a produtividade do trabalho. O primeiro estabelece o tempo total a ser dividido entre o trabalho necessário e o trabalho excedente; o segundo e o terceiro, em conjunto, determinam qual a parte desse tempo deve ser considerada como trabalho necessário (76).

A única fonte de m é o trabalho vivo; portanto, depende da magnitude da parte variável do Capital (77). E ainda, valor e mais-valia são trabalho materializado.

A taxa de mais-valia pode ser elevada por quatro vias: por uma extensão da jornada de trabalho; pela redução do salário real; por um aumento na produtividade do trabalho levando à redução do trabalho necessário; e, ainda, por uma combinação dos três movimentos acima.

(75) O trabalho excedente pode ser calculado subtraindo-se o trabalho necessário do trabalho total.

(76) Esquemáticamente, seria: $V' = C + V + m$, onde V' = custo de reprodução do trabalhador e $C + V$ é capital total medido em tempo e, $V + m$ é total do trabalho realizado.

(77) Marx, K. - O Capital. capítulo 8 do Livro III, pg 169.

No primeiro caso, é a produção de uma mais-valia absoluta, ao passo que, no segundo ou terceiro caso, resulta na produção de mais-valia relativa.

Assim, se a jornada de trabalho não puder crescer, a saída é reduzir o tempo de trabalho necessário do trabalhador. Isto é feito através de uma diminuição de custo de reprodução do trabalhador (agricultura, vestuário, habitação, etc.). Essa é a idéia fundamental de mais-valia relativa.

A segunda razão a ser obtida da fórmula é a relação da composição do Capital. Há duas relações da composição: composição técnica do capital onde "determinado número de trabalhadores corresponde a quantidade certa de meios de produção e por isso determinada quantidade de trabalho vivo a quantidade certa de trabalho já materializado nos meios de produção" (78) que é, em suma, a composição da jornada de trabalho; e composição orgânica do capital, isto é, medida da relação entre o capital constante e o capital variável no capital total usado na produção.

A composição orgânica do capital é uma medida da proporção na qual o trabalho é equipado com materiais, instrumentos e maquinarias no processo produtivo, ou seja, é a composição de valor, transformada em valor. "A composição orgânica do capital, em qualquer momento, depende de suas circunstâncias: da relação técnica entre a força de trabalho

(78) Marx, K. - O Capital. Capítulo 8 do Livro III, pg 164.

empregada e a quantidade dos meios de produção utilizados, e do preço desses meios de produção"(79). E "chamamos de composição orgânica de capital à composição do valor do capital segundo o valor, na medida em que é determinada pela composição técnica e a reflete" (80).

Convém notar que o valor não é determinado pelos setores produtivos individualmente, mas, sim, pela média social. E, a mudança no valor da composição orgânica do capital pode, socialmente, não ser tão drástica quanto às mudanças ocasionadas pela composição técnica do capital.

A terceira razão é a taxa de lucro. A taxa de lucro é a razão entre a mais-valia e o investimento total do Capital. Os fatores determinantes da taxa de lucro são idênticos aos fatores determinantes da taxa de mais-valia e da composição orgânica do capital pois a taxa de lucro é uma função da taxa de mais-valia e da composição orgânica do capital (81).

(79) Marx, K. - O Capital. Capítulo 8 do Livro III, pg 175.

(80) Marx, K. - O Capital. Capítulo 8 do livro III, pg 165.

(81) Demonstrando-se matematicamente:

Dados: $m' = m:v$

$cok = c:(c+v)$

$txL = m:(c+v)$

1) multiplica-se pela constante v . Assim, $txL = mv:v(c+v)$

2) soma-se e subtrai-se uma constante mc no numerador:

$$txL = \frac{mv+mc-mc}{v(c+v)} = \frac{m(c+v)-mc}{v(c+v)} = \frac{m(c+v)}{v(c+v)} - \frac{mc}{v(c+v)}$$

$$= \frac{m}{v} - \frac{m}{v} \frac{c}{c+v} = m'(1-cok)$$

Numa análise teórica, a taxa de lucro é considerada co dependente de suas variáveis anteriores, m' e cok (composição orgânica do capital).

No cálculo da taxa de lucro supõe-se que suas mercadorias são vendidas pelos seus valores. E na determinação do preço pode-se perceber a taxa de lucro que é, por sua vez, administrada pelo monopólio, pelo controle de oferta e procura no mercado. Mas, o que não pode - apesar do caráter monopolista - é a taxa de lucro exceder muito preços de produção, ou seja, possuir uma taxa geral de lucro "excessivo" pois geraria um problema histórico e social. Por outro lado, muitas vezes, o caráter monopolista é a garantia da realização da mercadoria pois o que os produtores não querem é ter suas mercadorias estocadas.

oOo

A QUESTÃO DO INDIVÍDUO NA SOCIEDADE INDUSTRIAL
E A QUESTÃO DA LIBERDADE E DO CONTROLE SOCIAIS

CAPÍTULO 2 : A QUESTÃO DO INDIVÍDUO NA SOCIEDADE INDUSTRIAL E A QUESTÃO DA LIBERDADE E DE CONTROLE SOCIAL

Nas teorias contratualistas - principalmente de Rousseau e de Hobbes - o indivíduo aparece como anterior à sociedade. A noção do indivíduo é a de que ele preexiste à sociedade; daí dizer-se que o indivíduo é uma categoria pré-sociológica. Em consequência, o indivíduo dotado de natureza humana atravessa todas as épocas "contratualistas" e o social é visto como sendo resultado do individual, isto é, o indivíduo indivisível como anterior à existência do social.

Mas a própria noção do "indivíduo" é uma noção datada (1). Pode-se até imputar essa categoria - indivíduo - à outra sociedade, porém, outras concepções derivadas dessa categoria só são possíveis de emergir com a sociedade capitalista. No interior de uma outra lógica - que não seja da sociedade capitalista - não é possível de se imaginar "indivíduo" como nós o entendemos, como indivíduo social. Esse indivíduo social - ou pelo menos a sua noção do "átomo social" - é um indivíduo que nasce com a sociedade burguesa e a sua configuração só se dá com o surgimento da sociedade burguesa.

(1) Diz-se que a noção do indivíduo é datada pois o indivíduo é contemporâneo à sociedade capitalista.

Assim, o surgimento do indivíduo, nas teorias contratualistas, não o categoriza enquanto indivíduo social como nós o entendemos: sua "razão" é marcada pela "totalidade". Porém, exatamente no interior da sociedade burguesa é que se coloca a questão do átomo indivisível do indivíduo, onde nenhuma outra divisão é possível, não aceitando outra categoria diminuta.

Essas questões trazem alguns paradoxos a serem pensados. Primeiro: no momento em que a sociedade burguesa traz a categoria do indivíduo, é justamente nesta sociedade que se implanta a divisão de trabalho, o parcelamento de tarefas. Se, por um lado, o indivíduo era uma unidade indivisível, por outro, as suas "ações" eram parceladas.

Nesse longo processo de surgimento da sociedade burguesa vemos, principalmente no período de Renascimento, o homem sendo "gestado" no processo de acumulação primitiva (2) e, a dissolução do indivíduo enquanto ser social. A bandeira da sociedade burguesa figurada nas noções de igualdade, liberdade e fraternidade são, na verdade, noções de "desigualdade". Pelo fato de o trabalhador livre (3) ser essencial para a formação do capitalismo, surge a "austerização" do

(2) Ver Foucault, M. - As palavras e as coisas. SP, Martins Fontes, 1981.

(3) Pode-se dizer que a emergência (surgimento) universal do trabalhador livre ocorre a partir do momento em que se dá a universalização da mercadoria. Para a "gênese", ver Braverman, H. - Trabalho e Capital Monopolista. RJ, Zahar, 1977.

indivíduo como força de trabalho. Assim, a "indivisibilidade" se revela, na verdade, uma divisibilidade: o trabalhador se divide enquanto pessoa. E, no processo de igualização - enquanto força de trabalho - ocorre perda de identidade; indivíduo só tem expressão enquanto "via" da divisão.

Na órbita da sociedade capitalista há uma divisão e uma extrema fragmentação. Mas Marcuse (4) vê uma possibilidade em manter-se "inteiro" dentro dessa sociedade fragmentada e massificada através da questão de domínio e da liberdade no interior da sociedade. Para ele, o indivíduo é condicionado, determinado pela sociedade em que nasceu. A divisão entre indivíduo e seus papéis (muitas vezes incongruentes e conflitantes) é o limite da diferenciação. Mas só se pode diferenciar de alguma coisa que o identifica, pois, a auto-determinação e a auto-regulação só são feitas em relação a outros. Desse modo, a individualidade só é possível no interior da dominação (5). Surge, portanto, a questão da unidade indivisível e do indivíduo dividido.

(4) Marcuse, H. - Ideologia da sociedade industrial. RJ, Zahar, 1967.

(5) Mas, de forma paradoxal, o domínio do saber, o fluir da plenitude da arte só é possível para os da classe dominante - visto não ser possível pensar no indivíduo sem a sociedade.

O segundo paradoxo diz respeito à questão do sujeito. Se a categoria do indivíduo nasce no interior da sociedade burguesa, o indivíduo não só é uma figura conceitual, mas, também, real. Assim, ser sujeito, no limite, é ter domínio e liberdade no interior da sociedade.

Sabemos que existe uma identidade que une todos os homens - ou, se não, deveria ter. Todos nós, de uma certa forma, nos revelamos quando nos sentimos ameaçados na nossa individualidade.

Em termos de dualidade ou pares opostos, trabalhador livre e burguês, homem e mulher, civilizado e primitivo, etc., a possibilidade da realização da individualidade como "ser capaz", "ser social", só se torna possível no plano da dominação (6). Assim, a possibilidade da realização é sempre uma possibilidade do domínio. Ou seja, a sua indivisibilidade só se exerce enquanto não individualidade e a possibilidade da individualidade só é dada no interior da identidade, isto é, a possibilidade da individualidade passa necessariamente no interior de uma identidade, visto que a expressão da individualidade passa pela sociedade e pela identidade prévia. Ou seja, só pode ocorrer Individualidade na Identidade.

(6) Isto na sociedade burguesa capitalista. Na sociedade "contratualista" essa possibilidade de realização da individualidade é possível no plano da possessividade. Ver Macpherson, C.B. - A Teoria Política do Indivíduo Possessivo de Hobbes até Locke. RJ, Paz e Terra, 1979.

Desse modo, a situação de igualdade só é dada pela situação de domínio. Mas, por outro lado, existe limite da individualidade do dominador. Em outros termos, na situação do domínio também existe limite. É por isso que a categorização da individualidade só se define numa relação de "oposição", de dualidade.

O terceiro e último paradoxo é a possibilidade de o indivíduo ser sujeito e não ser sujeitado a uma determinada ação do outro.

Para Marcuse (1967) os indivíduos que se dissolvem no interior da "massa" são indivíduos sujeitados e não sujeitos. Assim, a possibilidade da individualidade representa a existência da luta pelo acesso a ela.

Já para Foucault (1981) a questão do indivíduo é a questão da constituição do sujeito (7). O autor sugere três maneir

(7) Foucault, diferentemente dos outros, mantém uma postura peculiar. Para ele, "antes do fim do século XVIII, o homem não existia. Nem tão pouco a potência da vida, a fecundidade do trabalho ou a espessura histórica da linguagem. Ele é uma criatura recentíssima que a demiurgia do saber fabricou com as suas mãos há menos de duzentos anos: mas tão depressa envelheceu que se imaginou facilmente que esperara na sombra durante milênios o momento de iluminação em que seria, enfim, conhecida" (1981, pg 402). O autor parte das coisas tais como elas se apresentam; no seu estudo, porém, a essência das coisas é o que está por trás dessas "tais como elas se apresentam". É por isso que ele estuda "o homem e seus duplos" (capítulo IX). Para ele sempre existem "duas faces de uma mesma moeda"; todas as coisas do mundo possuem o seu lado dual. Veremos mais adiante, a questão do indivíduo na sociedade disciplinar tratada por ele.

ras de se pensar no indivíduo: primeira, visão positivista onde o homem é o que é, como ser outorgado pela sociedade, como decorrência do social; segunda, visão escatológica, onde a classe social aparece como limite à existência do sujeito; terceira, onde não é nem uma nem outra visão mas, sim, apenas se admite que o indivíduo é o vivido; e, em consequência, o sujeito só se revela como tal no momento em que se explicita a sua individualidade.

Objetivando esclarecer esses três paradoxos configurados na questão do indivíduo na sociedade, e tendo como a questão central a preocupação com o indivíduo e de como ele age frente ao seu trabalho, enfocaremos Durkheim no tocante ao indivíduo e a ordem, e Foucault, como seu "avesso"; Weber, na questão da razão individual e razão como expressão da liberdade, e a contratese de Horkheimer; e Marx, na discussão da alienação e da dissolução do indivíduo.

oOo

A) DURKHEIM - INDIVÍDUO E A ORDEM SOCIAL

Para Durkheim, o indivíduo só é indivíduo quando se integra na ordem existente. Para isso, a disciplina é a condição básica da liberdade individual.

Essa "ordem existente" (8) varia conforme o tipo de sociedade: para a sociedade secundária, ou não política ou não diferenciada, é aquela onde existe solidariedade mecânica ; e a sociedade política é onde vigora a solidariedade orgânica que supõe funções diferenciadas no seu interior e também supõe uma autoridade superior que não tenha nenhuma intra - autoridade acima dela.

A passagem da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica não é qualitativa mas, sim, quantitativa, por exemplo, a densidade social, que requer uma identificação da função e não uma identificação da autoridade. E essa identificação da função requer um corpo administrativo e político, requer uma divisão de trabalho.

A divisão de trabalho durkheimiana diz respeito a funções diferenciadas no interior da sociedade e que não são de dominação; são articulações interdependentes. Basicamente, o que provoca a divisão de trabalho são aumento da densidade material, aumento da densidade moral e aumento do volume so

(8) Durkheim, E. - Lições de Sociologia: a Moral, o Direito e o Estado. SP, T.A. Queiroz/Edusp, 1981. Lições 4ª e 6ª.

cial. Para Durkheim, a divisão de trabalho e a diferenciação de funções são a solução para evitar-se a "guerra de todos contra todos". Portanto, a sociedade "dividida" é onde o indivíduo participa de uma série de funções e situações(9).

Assim, a questão de individualidade só é possível de se imaginar na solidariedade orgânica pois a solidariedade mecânica se comporta como um todo pelo fato de ser uma solidariedade não política. E nessa sociedade, a autoridade funciona com base na convivência coletiva, não havendo, consequentemente, o aparelho estatal. A figura do Estado só se faz presente nas sociedades políticas e ele é um órgão formado por funcionários "sui generis" encarregados de organizar a "consciência" difusa da sociedade (10).

A função diferenciadora do Estado durkheimiano é que ele não é órgão de dominação mas, sim, de reflexão pois a função primordial do Estado é a defesa da sociedade, defesa contra agressões externas. O Estado é dirigente da conduta coletiva, defensor da individualidade; ele deve buscar o "fim social". O Estado é "criador" do indivíduo social pois o indivíduo tende a adquirir uma posição mais destacada no social. Aqui vemos uma prevalência do Estado na determinação do comportamento social pois ainda são obra do Estado

(9) Ver Durkheim, E. - A divisão de trabalho. Lisboa, Presença, 1977.

(10) Quem compõe o Estado, seu corpo administrativo não são indivíduos mas, sim, funcionários.

as instituições dos direitos individuais: a necessidade de liberdade, igualdade e fraternidade é criada pelo Estado. Conseqüentemente, ampliar a esfera do Estado na solidariedade orgânica é ampliar a participação do indivíduo.

O indivíduo, na teoria durkheimiana, é pensado enquanto ser social; o indivíduo se torna "humano" no processo da internalização do social: primeiro, a pessoa é socializada para, posteriormente, individualizar-se. Porém, a individualização resulta da diferenciação existente no interior da sociedade (11).

A noção de conflito é entendida como patológico. Mas, dado um conflito social, Durkheim contrapõe a solução individual (o Estado diminuir suas funções em prol do indivíduo) e a solução mística (o indivíduo se diluir em prol do Estado). Para autor, o que deve ocorrer é o Estado crescer conjuntamente com o indivíduo pois, o verdadeiro indivíduo livre é aquele que "adere" ao Estado: este é o indivíduo livre e o Estado é o libertador do indivíduo; o Estado não existe sem os indivíduos mas os supera.

A necessidade do Estado na solidariedade orgânica surge do fato de a consciência da individualidade não poder perceber essa solidariedade. Porém, o Estado durkheimiano, apesar da onisciência e da onipresença, não percebe todas as

(11) É o raciocínio binário do autor. Em todo trabalho que o autor desenvolve sempre coloca as duplas alternativas como elemento de diferenciação. Por exemplo: força centrífuga e força centrípeta como duas funções do Estado, tendo o indivíduo como centro da ação (1983, pg 65). Essa dupla alternativa pode ser dualidade, dialética, mas nunca contraditória ou antagônica.

relações sociais e, conseqüentemente, esmaga o indivíduo enquanto ser social pois, a concepção do Estado é a do Estado acima do indivíduo, gerando regras gerais e acima do indivíduo, achatando as diferenciações.

O pensar do indivíduo durkheimiano é o do indivíduo enquanto ser social e não ser psíquico, pois é produzir socialmente com base nas diferenciações e nas diferentes situações que o indivíduo ocupa na sociedade.

Essas diferenciações implicam uma "consciência" particular e específica; caso contrário, dar-se-ia a solidariedade mecânica.

Desse modo, a liberdade individual é resultado do coletivo, ou, melhor, o resultado do entrelaço do coletivo, entre "coletivo Estado" e "coletivo corporativo", que são, em sua maioria, grupos secundários (12). Daí dizer que o indivíduo nasce da sociedade e não que a sociedade nasce do indivíduo (13).

(12) O papel do grupo secundário é contrabalancear a força do Estado, para garantir os direitos individuais. Entre grupos secundários, o grupo profissional é o único suficientemente próximo do indivíduo. Desse modo, a condução da vida social assume caráter consciente e organizado.

Aqui está implícita a noção da representação individual e representação coletiva. Para o autor, as representações individuais geralmente podem não ser conscientes; porém, a representação coletiva é algo que pertence a todos e não pertence a ninguém ao mesmo tempo. Portanto, ela acaba tendo a autonomia pois o todo não é a soma; é produto, combinação e síntese. Assim, as representações coletivas acabam sendo traduzidas como obrigatoriedade.

(13) Ver "Lição 1ª".

O ser social não nasce social; nasce potencialmente social. O primeiro momento de internalização do social é quando vai "enfocar" as regras gerais da sociedade. Assim, um indivíduo só se torna indivíduo quando se torna indivíduo social; quando as regras fundamentais da sociedade fazem parte da sua natureza, como uma segunda natureza do indivíduo. Daí se torna indivíduo, no sentido de se diferenciar. Portanto, o individual só acontece depois do social; social é o alicerce do individual.

A preocupação central do autor é com a ordem pois, com ela as regras sociais são melhor definidas (14).

Na adesão à ordem, Durkheim vê o indivíduo como categoria moral, enquanto unidade entre dever e desejo que forma a categoria moral. Assim, o espaço social é o espaço da moral. E, moral é o traço distintivo da sociedade onde os outros traços são decorrentes da principal.

Na medida em que o indivíduo se dá conta de que só existe no interior da sociedade, ele deve agir para merecê-la. Desse modo, de forma binária, a unidade moral exige mas também seduz o indivíduo pois, a moral não é só inculcada; é desejada: os indivíduos são seduzidos pela ordem.

(14) O autor, em vez da revolução, promove a ordem; para evitar uma solução política, propõe solução racional e científica; propõe pensar na política como política científica porque só a reflexão pode antecipar o "futuro". A partir de uma concepção da sociedade com suas prenoções baseadas no seu Estado Natural, propõe a ciência substituindo a política; que a ciência seja capaz de sanear o social de forma que seja incapaz de "conturbar" a sociedade pois, para ele, a política em si conturba a sociedade..

Para Durkheim, o fato moral seria um dever implicando uma obrigatoriedade e um bem implicando uma característica de "desiderabilidade" (desiderato). Assim, a grande entidade moral acaba sendo a sociedade e os indivíduos acabam sendo ser moral pelo fato de serem produto dessa sociedade.

Desse modo, moral é uma regra obrigatória e, portanto, está fora do indivíduo; é externa ao indivíduo e, por outro lado, os indivíduos a desejam, aspiram-na à medida que ela traz os benefícios. De forma binária, constatamos a dupla existência da moral: ela existe externamente ao indivíduo; por isso é um caráter coercitivo e também, existe internamente, à medida que os indivíduos a desejam (15).

Toda base teórica do fato moral está presente nos pressupostos do livro La Educación Moral. Aqui, o autor desenvolve uma moral específica que é a moral presente na sociedade política (sociedade diferenciada).

-
- (15) Na realidade, a relação entre Estado e indivíduo supõe uma relação entre indivíduo e sociedade. Portanto, na teoria durkheimiana, o indivíduo não é indivíduo na sua totalidade e nem o Estado o é. Mas o Estado é o órgão por excelência da moral na sociedade à medida que é expressão da sua racionalidade e o indivíduo é um ser moral à medida que é produto dessa sociedade. Nos indivíduos convivem dois tipos de natureza: animal e humana. O indivíduo (como corpo físico, matéria física) é um espaço tomado, ao mesmo tempo, pela animalidade e humanidade (na sua análise, a noção de especialização sempre está presente. Para esse assunto, ver Regras Metodológicas no tocante à questão do indivíduo gestado pela sociedade). Portanto, a sociedade está dentro dele internamente, além da sociedade externa, como imposição, coerção. O que o indivíduo tem de humano é adquirido à medida que é socializado. Nesse sentido é que aderir às regras aparece como um bem. Assim, toda regra moral é dever e bem. A junção desses dois elementos é o identificador do fato moral.

Ela é uma moral superior a das outras sociedades porque possui um cunho racional (o racionalismo se desenvolve na mesma medida em que se desenvolve o indivíduo). Para tal, são quatro os pressupostos básicos: a disciplina regulada por autoridade; a idéia de atitude propriamente moral dos indivíduos como atitudes reguladores; a própria regularidade como contendo a própria moral; e o bem da regularidade estando conforme a natureza.

Assim, com base nesses pressupostos, o indivíduo, de um lado, se submete às regras pois, caso contrário, sofre pressões e, de outro, adere às regras, aos grupos sociais pois, percebe o bem e se identifica com os outros.

Na verdade, é a sociedade que forja a identificação do indivíduo com um determinado grupo social (16). Desse modo, quando, numa sociedade, a busca de adesão aos grupos sociais é maior do que a adesão às regras morais, é porque os indiviú

(16) Durkheim identifica três grupos universais fundamentais: família, pátria e humanidade. No plano da sociedade diferenciada um é "subgrupo" do outro; são concêntricos; existe equilíbrio entre "polos diferentes" devido à comunicação completa entre Estado e sociedade. No plano da sociedade não-política esses grupos são diferenciados: diferem na circunscrição; o elo de ligação entre os grupos pode ser um Estado supranacional; não existe equilíbrio entre polos diferentes (ver "Lição 6ª"). Também admite que em todas as sociedades existam polos diferentes: a predominância de um elemento sobre outro vai de toda escala de gradação tal como adesão completa ou incompleta.

duos estão em busca de regras sociais adequadas. Por sua vez, a identificação da adequação das regras é a regularidade da vida social, isto é, não ter crime, falência, etc., além da "taxa normal". Aqueles que se afastam do "ponto normal" são identificados como deficientes (17) morais. O que importa é saber em que momento se apresenta moral adequada pois deve-se apresentar moralidade condizente com a sociedade.

Daí o papel fundamental da educação (18) na teoria durkheimiana: a educação deve ser adequada ao substrato social que possibilite as regras morais adequadas a essa sociedade, educação que se baseie nos elementos da moralidade social.

Por outro lado, se há ampliação da adesão dos indivíduos aos grupos sociais, ocorre um processo de retração do Estado: o Estado se "oprime". É a questão que Kant coloca em termos do elemento coercitivo da adesão e divisão entre sensibilidade e racionalidade. Para Durkheim, esses dois elementos, sensibilidade e racionalidade, permanecem não como elementos antagônicos mas, sim, complementares. Essa com -

(17) Deficientes porque ainda são resgatáveis. São aqueles que possuem algo a menos que pode ser repostado de alguma maneira.

(18) Há periodização da educação: o autor localiza o momento onde ocorre a educação moral. É o momento cronológico, momento quando o indivíduo está apto a receber essa educação, que é na 2ª infância, o momento da escola.

Pode-se ver a possível ligação entre Durkheim e Althusser sobre a educação e aparelhos ideológicos do Estado: a linguagem e o discurso são outras e diferentes; porém, a essência em si é a mesma.

plementariedade se configura na síntese como (se é que podemos chamá-la assim, já que o autor não especifica) o terceiro elemento da moralidade: a autonomia da vontade individual.

É aqui - nesse elemento da moralidade - que Durkheim¹ indica a sua concepção de indivíduo e a sua concepção de sujeito em última análise que, de certa forma, nos permite colocar Foucault como seu "avesso".

Foucault vê o individualismo como outra face do racionalismo enquanto que, para Durkheim, o racional é real e o real é racional: não supõe que seja direta e explicitamente racional mas que tudo é suscetível de racionalidade. Coloca a possibilidade de que isto se dê pois, para ele, tudo que existe na terra tem possibilidade de ter apreensão racional (apesar de haver sempre distinção do não racional e não irracional): coloca a possibilidade de uma apreensão das coisas naturais, pois a natureza é racional (19).

Assim, a autonomia que se coloca, na verdade, é uma direção da autonomia de seguir a ordem. Na adesão à ordem, faz distinção entre recepção passiva e recepção ativa: adesão passiva é o que ocorre nas sociedades não diferenciadas e adesão ativa à ordem é algo que passa pelo racional e só ocorre nas sociedades diferenciadas.

(19) Ver Durkheim, E. - Regras Metodológicas

Essa questão da autonomia da vontade individual está intimamente relacionada com a questão de livre-arbítrio: na sociedade diferenciada, o livre-arbítrio consiste em reconhecer a inserção do indivíduo na sociedade e nas normas pois, ainda que o indivíduo reconheça que é um bem, exige dele um esforço para a adesão nas regras socialmente dadas; na sociedade não diferenciada o indivíduo não tem livre-arbítrio, como não tem também o racional pois ele está diluído no interior do todo. Em resumo, é a questão da adesão ativa à vida social que faz bem ao indivíduo e o mesmo adere à ordem por autonomia da vontade individual.

Em toda teoria sociológica de Durkheim, o indivíduo não aparece como sujeito. Aparece, na verdade, como objeto. Pois, na lógica do autor, o indivíduo que adere às normas é sujeito. Essa adesão é a condição necessária para o indivíduo se tornar um sujeito. Consequentemente, esse indivíduo é sujeito enquanto ser que domina sua vida, mas é sujeitado enquanto é dominado pelas regras sociais. E, ainda, esse indivíduo é racional se é normal, se faz parte do quadro da normalidade.

No tocante à racionalidade, o que importa não é a lógica pois, para o autor só existe a racionalidade e não uma racionalidade. Desse modo, racionalidade implica em progressão que não traga conflitos à sociedade. E, ainda, sociedades são estágios diferentes de racionalização; porém, a racionalização é a mesma, isto é, perpassa em todas as sociedades. Isto porque a racionalidade faz parte da natureza das coisas. Assim, a questão da anomia é do fato social e não se aplica à conduta dos indivíduos.

Tanto Durkheim quanto Foucault partem das coisas tais como se apresentam para suas análises teóricas respectivas. A diferença é que, para Durkheim, a essência das coisas é o que elas apresentam, quando, para Foucault, o objetivo é ver o que está por trás dessas "tais como elas se apresentam" (20).

Podemos traçar algumas diferenças fundamentais desses dois autores como "duas faces da mesma moeda", um como avesso do outro. Para melhor visualização do "avesso" e para "economia" vocabular, essas diferenças serão tratadas de forma esquematizada, no quadro a seguir.

(20) Pode-se fazer uma analogia de espelho: a análise durkheimiana é baseada na imagem refletida no espelho e, a análise foucaultiana é sobre o objeto gerador da imagem.

DURKHEIM	FOUCAULT
- lógica da pertinência	- lógica da diferenciação
- o indivíduo é produto do Estado	- o indivíduo é produto do poder (mero efeito)
- existe uma externalidade	- não existe externalidade
- mítica do indivíduo	- fabricação do indivíduo
- o indivíduo tem uma identidade densa	- o indivíduo não tem identidade
- a disciplina é "interna" aos indivíduos	- a disciplina é "externa" aos indivíduos
- amputação do lado irracional	- amputação física
- dever externalizado	- dever internalizado
- não existe dominação	- a dominação não é percebida
- poder tentacular do Estado	- microfísica do poder
- a ciência é o manancial da nossa autonomia	- a ciência é a expressão do saber e do poder

(diferenças fundamentais entre Durkheim e Foucault)

Toda preocupação de Durkheim é com a sociedade e com o indivíduo à medida que ele faz parte da sociedade de onde emana todo o resto. Portanto, a sua lógica é a lógica da pertinência. Para Foucault é o contrário: sua preocupação é com os indivíduos em si, sendo a sua lógica uma lógica da diferenciação.

Durkheim possui uma concepção do indivíduo absolutamente preso à concepção do Estado: o Estado "produz" o indivíduo, é agente "liberatriz". A adesão moral dos indivíduos à sociedade é pelo fato de o Estado ser uma entidade moral e que concede moralidade aos indivíduos. O indivíduo é produzido, mas existe uma alteridade e, portanto, uma interioridade pois a adesão é amorosa ainda que seja resistente. Por outro lado, o indivíduo foucaultiano aparece como reação aos efeitos do poder (de forma geral, do Estado); pelo fato de ser um efeito, reação, ele é "fabricado".

Como o crescimento do Estado é paralelo ao crescimento do indivíduo, e como o bem e o dever são elementos constitutivos do fato moral, existe, em Durkheim, uma "alteridade" do indivíduo em relação ao Estado, isto é, uma externalidade da sociedade em relação ao indivíduo. Ele distingue sociedade externa e sociedade internalizada. Mas a sociedade existe como uma totalidade; e a internalização da sociedade é a adesão do indivíduo à ordem social. Para Foucault, não existe externalidade. Há apenas diferenciação de "quantidades" distintas. Portanto, a individualização é meramente "registrativa" (de espaço).

Para Durkheim, o ser humano é sagrado (21) porque a sociedade é sagrada. Existe uma noção do indivíduo "memorável" na sociedade política pois o seu indivíduo possui uma identidade densa: ainda que haja absoluta submissão do indiví-

(21) Ver a Revista de Sociologia, ano 1966.

duo à ordem, ele realiza uma "natureza humana". Já para Foucault existe um espaço entre indivíduo mítico (átomo indivisível) e o indivíduo que é fruto de esquadrinhamento. O que preenche este espaço é a ilusão pois, de certa maneira, esse espaço permite que o indivíduo não seja totalmente fabricado, criado. Mas ver até que ponto essa "ilusão" possibilita a resistência do indivíduo é uma questão que o autor deixa em aberto e, conseqüentemente, essa ilusão é uma ilusão de todos os que vivem numa "sociedade disciplinar". Assim, o seu indivíduo é um indivíduo impessoal, resultado do "quadriculamento" da hierarquia e da disciplina; não possui identidade. A sua idéia de individualidade é a do "desvio", isto é, a possibilidade de individualização ocorre apenas com os desvios. Assim, o que se individualiza na sociedade disciplinar é o que distingue - mas distingue enquanto desvio (22). Portanto, a individualidade pertence à esfera do "dominado".

Se a disciplina era um componente do dever (como primeiro elemento do fato moral), Durkheim reconhece que ele pode "invadir" a individualidade à medida que o componente disciplinar avança. E se há uma amputação no indivíduo, essa amputação é do lado irracional, aquilo que não é racional nos indivíduos, pois o indivíduo ainda tem uma interioridade, tem uma identidade densa. Foucault, diferentemente de Dur-

(22) Ver Foucault, M. - Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1977, "troca do eixo político da individualização", pp 171-172.

kheim (disciplina pensada enquanto dever), tem uma preocupação política do poder disciplinar. Discute a possibilidade de resistência que, ao mesmo tempo, é "microcósmica" (o sujeito que se sujeita - e portanto, se objetiva - é o indivíduo da nossa sociedade que pode também oferecer - enquanto indivíduo objetivação - resistência). Resistir implica também um exercício do poder pois o padrão "normalizador" resulta da rede de relações. Para ele, o poder disciplinar repousa no anonimato da invisibilidade (23). O poder disciplinar é apropriado e instrumentalizado pela sociedade; é ascendente e perpassa as diversas instituições da sociedade. No poder disciplinar, a visibilidade se transfere para os sujeitados; o poder é anônimo: "no coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam" (24). O poder disciplinar adentra (e o poder soberano sanciona ou desaprova). E o adestramento vai produzir o indivíduo e a questão da amputação é física (positividade da disciplina). Assim, o indivíduo é impessoal, resultado do quadriculamento, da hierarquia; não tem identidade e a possibilidade da diferenciação do indivíduo é dada pelo "desvio" e não pela disciplina. O objetivo da disciplina é de organizar a multiplicidade existente na sociedade e ela é externa aos indivíduos. Assim, "a disciplina 'fabrica' indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os

(23) Mostra "inversão do poder" ao longo da história: antes, o exercício do poder se repousava na visibilidade do poder; agora, na sociedade disciplinar, não há essa visibilidade.

(24) Foucault, M. - Vigiar e punir. pg 165.

indivíduos ao mesmo tempo como objeto e como instrumento de seu exercício. (...) A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'" (25). Em suma, a disciplina é exercitada e o poder não se localiza; não há como fugir do poder disciplinar. E mais, o poder disciplinar não pertence à ninguém: é mais uma prática de dominação; no próprio mecanismo de disciplinamento está presente a dimensão manipulatória.

A história foucaultiana é mais para perpetuar valores e figuras perenes do que contar a "história" como algo contínua. A sua "história" é mais como caracterização de algum momento acima, prevalecendo o tempo evolutivo. Para ele, o tempo e o poder penetram no indivíduo. Desse modo, denuncia aquilo que Durkheim coloca como sendo "anômica"; denuncia como sendo a "fabricação" do indivíduo. Não só denuncia, mas o coloca como sendo o seu avesso da teoria durkheimiana quando diz que não é esse poder "tentacular" que vai clarear tudo como Durkheim coloca para o Estado. Na realidade, esse poder é "apropriado". Essa apropriação não é um processo que parte do Estado e que vai eliminando os obstáculos; não é um mecanismo de expressão do Estado mas, sim, a expressão de rede de poderes - na verdade, rede de micropoderes. O esclarecimento e aclareamento existem mas não partem do Estado e, sim, da rede de micropoderes (26).

(25) Foucault, M. - Vigiar e punir. pp 123-127.

(26) O Estado pode instrumentalizar o poder disciplinar mas, segundo Foucault, a possibilidade de uma sociedade manter-se unicamente pela repressão é muito remota.

Essa rede de micropoderes não tem fronteiras, limites e não há lado externo. Ela ocupa a totalidade; portanto, não existe alternativa de substituição de lugar ou de tempo.

De para Durkheim não existe dominação - em virtude principalmente da positividade da ciência e da valorização positiva da sociedade - para Foucault, a dominação não é percebida pela ação positiva da sociedade. Seu pressuposto é o de que, existindo sociedade, existe dominação. O que ele discute é como se mantém a dominação; essa mesma dominação que se mantém através do poder disciplinar (27). Se é no próprio indivíduo fabricado que se verifica a possibilidade de resistência ao poder disciplinar, na sociedade capitalista a burguesia detém o aparato central e se vale do poder disciplinar para garantir a dominação. Desse modo, o dever ser está contido no ser, na sociedade.

A idéia geral de Durkheim sobre a ciência é que as ciências sociais devem se voltar para a sociedade como a medicina é voltada para o corpo humano. A sua visão é o resultado da visão de uma sociedade mítica, do produto idealizado. Daí a razão de conceber a ciência como manancial da autonomia individual. Desse modo, a idéia do progresso aparece pela racionalização, sendo esta levada a cabo pelo Estado. Vemos, aqui, uma relação muito próxima da racionalidade e do Estado: a função do Estado é de clarear o obscuro e ra-

(27) Existe outra dimensão que não é da terminologia do social e do racional, que pode ser do libido ou do prazer. Essa outra dimensão é o "polêmico" da questão para muitos autores.

cionalizar o não racionalizado via ação do Estado e, ainda, a democracia é uma decorrência da racionalidade, da racionalidade provocada pelo Estado (28).

Em suma, Durkheim refere-se à possibilidade da existência da ciência numa sociedade capitalista, onde a ciência dominaria racionalmente a sociedade (sendo, portanto, uma ciência positiva). Já para Foucault, a dominação da ciência leva à opressão pois a ciência na sociedade disciplinar é a expressão do saber e do poder e não há controle sobre o poder.

Durkheim está preocupado, em todo o seu trabalho, com o hiato existente entre Estado e a massa social (povo). Para suprir esse hiato, devem existir corpos sólidos que mediem esses polos. E o ideal seria as corporações profissionais

(28) Caso levemos até à última instância as funções do Estado e imaginemos a democracia como Durkheim coloca, a própria democracia seria a sua antítese pois o papel do indivíduo, ou a individualização, já seria tão restrito que seria difícil de se falar em individualidade. Aqui sobressairia a tese de Foucault no tocante à fabricação do indivíduo e o que Marcuse coloca como sendo o papel do indivíduo numa sociedade industrializada. O triângulo que se pode traçar seria com Durkheim, Foucault e Marcuse, cada qual com a sua teoria de indivíduo, razão e liberdade.

Uma outra questão que paira em dúvida é a possibilidade de uma ligação muito próxima entre Estado e ciência: ao Estado que Durkheim se refere cabe perguntar se não é um Estado científico ou, se a ciência não estaria muito próxima ao corpo reflexivo que é o Estado.

preencherem esse hiato; porém, na maioria dos casos, são as instituições políticas que ocupam o espaço deixado por esse hiato. Quando ele fala em corporações (29), é algo que une patrão e operário dentro da mesma área, pois as funções econômicas são recentes na sociedade e, o que requer o aumento da divisão de trabalho é o aumento de funções econômicas , principalmente. Assim, na necessidade de moralização de funções econômicas é que se cria o "espírito" corporativo.

Também abstrai o conflito social e, conseqüentemente, a luta de classes, isto é, abstrai a luta de classes enquanto uma luta antagônica. Para o autor, o conflito é solúvel , passível de resolução e o único conflito que concebe é o conflito dado pela situação anômica, situação onde expressa a inexistência de regras.

Visto a sociedade ser "sagrada" (mítica), o conjunto de regras que são sagradas surgem; a sociedade necessita delas para se fazer perceber a sua forma sagrada, um "símbolo" externo que a simbolize.

(29) Corporações como o conjunto de profissionais que atuam na mesma área que não têm constituições antagônicas com o resto da sociedade. Desse modo, a corporação é a representação de uma área da sociedade; portanto, a corporação que o autor concebe não é de forma sindical pois é diferente de se supor em sindicatos, representações atuando na reivindicação de direitos.

No âmbito da sociedade política, o símbolo de sagrado é a própria sociedade porque ela é superior a outras sociedades. Nessa sociedade, a adesão à regra é adesão devida à racionalidade; é de racionalidade porque o indivíduo percebe que ' só existe como indivíduo no interior da sociedade. Nas outras sociedades a adesão é por costume, tradição. Portanto, na sociedade política é um sagrado que advém da própria sociedade: a sociedade é uma entidade moral e, conseqüentemente, o indivíduo também é uma entidade moral pois a manutenção da sociedade é uma condição da manutenção do indivíduo. Nesse sentido, o indivíduo é sagrado porque a sociedade o é.

Considerando tudo isso, as colocações no texto indicam outras questões, por exemplo, vida psíquica difusa. Se se identifica a superioridade da sociedade política da sociedade não política é porque a adesão do indivíduo é por uma causa; conseqüentemente, a autonomia do indivíduo não se leva muito em conta como o essencial.

Na realidade, a vida política, a vida moral na sociedade política é uma vida racional. É o momento da racionalização levado ao cabo pelo Estado. Para Durkheim, a razão não é transcendente. É imanente. No caso, a razão é dada pela natureza, pelas coisas da natureza (é a razão do positivismo). É por isso que a razão não é imputada.

Assim, a regra é de todos e para todos. A homogeneidade é muito maior na sociedade política e não existe particularismo, pois, o particularismo é o anômico. E o que indica

anomalidade é a incidência da anormalidade - que são inci
dências estatísticas; quando excede a uma taxa "x", taxa 'normal, indica que a moral da sociedade está baixa, corren-
do o risco de se desintegrar. Isso não quer dizer que ine-
xistam "crimes sociais"; admite o autor que não existe soci-
edade sem crimes, mas o que varia é a sua tabela de "norma-
lidade": o que é crime hoje pode não ser amanhã e, mais, 'considera crime como indício de mudanças sociais e mudanças de regras sociais.

O que se pode concluir é que Durkheim não tem uma visão 'ontológica mas, sim, uma visão orgânica do ser individual e, de forma geral, da sociedade.

oOo

B) WEBER - RACIONALIDADE E BUROCRACIA

Se para Durkheim a razão é imanente, para Weber a razão é a expressão da liberdade individual. Se para o primeiro a sociedade é uma totalidade, para o outro a realidade é infinita e improvável de ser apreendida na sua totalidade.

Portanto, para Weber, a História é um contínuo ininterrupto de acontecimentos e de eventos; a história - ao contrário da concepção histórica de Marx e de Durkheim - não tem um sentido imanente, intrínseco; são os indivíduos que dão sentido à história.

Assim, é o sujeito que constrói a sociedade (sujeito enquanto agente). Se existe ordem na sociedade é uma ordem que na realidade resulta do entrecruzamento das ações dos indivíduos. Desse modo, a ação social só tem sentido caso seja colocada pelo sujeito (agente da ação).

Vemos a existência de quatro tipos de ação em Weber.

1) Ação racional com relação a fins.

É ação exterior ao sujeito. Ela existe objetivamente: não está em quem age mas está fora dele. Por isso é mais racional e objetiva a atingir meios adequados e previsão de conseqüências. E, por esse motivo, tem a maior probabilidade de ser refeita.

2) Ação racional com relação a valores.

O que está intrínseca é a racionalidade objetiva

da ação. O sujeito é "chamado" para fazer algo que vem de fora (do sujeito). É coisa de fora que chama o sujeito, a consciência (30).

3) Ação tradicional.

É ação costumeira; para esse tipo de ação não é necessário o sujeito raciocinar constantemente.

4) Ação afetiva.

É aquela parte da conduta individual que não pode ser coberta pela análise sociológica. Pode-se dizer que se encontra no limite da racionalidade (ou é limite da racionalidade) pois pode-se imputar o sentimento afetivo mas não a razão. Isto porque, para Weber, o que não pode ser racionalmente traduzido não é social, pois social é racional.

A análise do Weber é baseada na noção da probabilidade objetiva (31) do sentido da ação, probabilidade de sentido. Para ele, há apenas probabilidade do desenvolvimento da ação. Assim, no limite, todas as ações são racionais com relação a valores visto a ação repousar em escolhas as quais supõem valores (na verdade, estar-se-ia medindo a eficácia da ação e ela toma caráter de instrumentalidade). Desse modo, percebem-se duas dimensões presentes na ação: dimensão da racionalidade material e dimensão da valoração.

(30) Como, por exemplo, a vocação na ética protestantes.

(31) Incorporada em Luckács como consciência objetiva.

O que move a ação do indivíduo são os interesses materiais ou simbólicos (valorativos). E nem a ciência garante a justeza de valores (32); a ciência não dá resposta à nenhuma pergunta fundamental pois, na maioria, são questões totalmente valorativas. E a ciência não pode responder ao próprio valor da ciência (o que implicaria em assumir um comportamento valorativo): só pode responder ao valor com outro valor. Assim, o terreno valorativo é o terreno da filosofia; portanto, escapa da ciência.

Essa tomada do outro como referência está entrelaçada com a questão da relação social. Para Weber, a relação social existe na probabilidade de sua ocorrência, isto é, a ação é limitada pelas ações dos outros, pois a relação social significa compartilhamento de significados entre mais de dois indivíduos. Nesse compartilhamento, "visões de mundo" se impõem a outros no plano social.

Essa "imposição", na verdade, se traduz em "poder", ou seja, possibilidade do indivíduo e/ou grupo de impor a sua vontade para apropriar deferenciadamente os bens existentes na sociedade (33).

(32) Ver Weber, M. - Ciência e Política: duas vocações. SP, Cultura, 1976.

(33) Ver a noção de carência em Weber: essa noção surge à medida que os recursos servem para atender necessidades ilimitadas, sejam materiais ou imateriais.

Assim, os "subordinados" reconhecem nos "subordinantes" a legitimidade para o exercício de poder (e a dominação deve estar assentada na legitimidade). Essa relação é a legitimação da apropriação diferenciada pelo poder. Desse modo, a dimensão da luta está presente a todo momento nas relações sociais e os instrumentos da luta são as ações individuais. Por esse motivo faz apologia à burocracia que, para ele, é um instrumento de mediação da dominação racional-legal.

Para Weber, a verdadeira liberdade está no planejamento prévio, no descontínuo de todos os elementos e na racionalidade. E a unidade reside no sujeito da ação social: cada vez mais, as ações sendo previsíveis, haverá uma crescente racionalidade.

A racionalidade no capitalismo é, para autor, uma singularidade histórica: cada vez mais os valores se subordinam aos instrumentos, cada vez menos os sujeitos colocam sentido em suas ações. Daí a necessidade de "moralização social" através da burocratização. Mas o processo de burocratização só será pleno na sociedade socialista (dado o incremento do poder burocrático e a tendência à expansão do quadro administrativo). Como consequência, a racionalização vai diminuir o espaço para a transformação histórica.

A sua idéia de desenvolvimento do mundo está ligada à idéia de racionalização, isto é, o processo de desencadeamento do mundo em função da crescente racionalização. Para Weber, o progresso não existe na dimensão significativa do mundo e sim na dimensão técnica; porém, a técnica evoluída não é

o indicador da "riqueza de vida".

Se, para Weber, a razão é um valor e é expressão da liberdade, e mostra por um lado, o seu "encantamento" com a racionalidade por outro lado, verifica-se o seu "desencantamento" - quase que inesperançoso - com o processo racionalizador, pois o processo racionalizador é aprisionador, no limite, do indivíduo (34).

Tudo que Weber levanta como pressuposto da racionalidade, Horkheimer (35) coloca como sendo "razão subjetiva" (36). Para o último, a razão é instrumentalizada, perdendo, portanto, a sua substância, densidade. Os atos (para Weber, as ações) continuam sendo realizados mas, nas sociedades contemporâneas, eles aparecem como instrumento sem significação; a própria atitude é como instrumento sem significação.

Horkheimer coloca três momentos históricos da razão e um quarto momento futuro, desejado: no primeiro, existia a predominância da razão objetiva (teoria objetiva da razão). É "a concepção da existência da razão não só como força subjetiva individual mas, também, do mundo objetivo". A razão é um princípio imanente da realidade; portanto, a ênfase é colocada mais nos fins do que nos meios. No fundo, essa teoria tenta conciliar a ordem objetiva do racional com a existência humana.

(34) Weber, M. - A ética protestante e o espírito do capitalismo. SP, Pioneira, 1981

(35) Horkheimer, M. - Eclipse da razão. SP, Ed. Labor do Brasil, 1976.

No segundo momento histórico, destaca-se a predominância da razão subjetiva (teoria subjetiva da razão). Aqui, a razão é vista como uma faculdade subjetiva da mente: "o termo razão é usado para conotar uma coisa ou uma idéia mais do que um ato". Considera o pensamento humano como instrumento de todas as ações da sociedade. Conseqüentemente, a razão torna-se um instrumento; é apenas razão instrumental, isto porque "quanto mais as idéias se tornam automáticas, instrumentalizadas, menos alguém vê nelas pensamentos com um significado próprio: são considerados como coisas, como máquinas" (37). Essa teoria diz "que apenas o sujeito pode ter verdadeiramente razão", e a razão não está nas coisas ou instituições. A ênfase é dada mais aos meios ; coordenar os meios corretos com um fim determinado.

No terceiro momento, surgem a coexistência e o antagonismo entre teoria objetiva e subjetiva da razão. Aqui, o indivíduo só sobrevive caso tenha "resistência" (38), aquele que tem "sentido" que ultrapasse o sentido "racional". Ressalta e ressurge a idéia de que existe um sentido imanente nas coisas e um sentido dado pelo homem. A idéia de reconciliação entre subjetivo-objetivo tem sentido para filosofia. A partir dessa posição do autor, surge a sua proposta

(36) Weber é, por isso, o homem do seu tempo. A sua razão não sofre distinção do subjetivo ou objetivo: é a razão. Nesse sentido, Durkheim também o é, mas nostálgico, porque se "volta" aos tempos passados.

(37) Horkheimer, M. - Eclipse da razão. pp 20-29.

(38) Horkheimer, M. - Eclipse da razão. Capítulo V.

- como quarto momento histórico da razão: teoria crítica (ou teoria dialética) como momento filosófico na reconciliação entre razão subjetiva e razão objetiva.

A predominância histórica da razão objetiva dá-se na fase pré-capitalista, onde o indivíduo não existe "descolado" do todo: é a idéia da lógica social vinculada à visão teológica. Outro momento, já no capitalismo - mas não na sua fase "heróica" da burguesia - é o momento da racionalidade instrumental: onde a sua lógica é medida pelo instrumento e não pelo significado, ou seja, perde a dimensão significativa. E é por isso que Horkheimer a concebe como razão instrumental (39).

A teoria objetivista no momento da prevalescência da razão subjetiva se verifica em Comte e em Durkheim e é por isso que Durkheim é homem do seu tempo, só que ancorado no passado, e a religião de Comte é a religião da razão.

Se levarmos às últimas consequências o pensamento do Durkheim ou do Weber, chegaremos ao autoritarismo, para não se falar em totalitarismo, por acharmos muito cedo para se fazer esse tipo de "diagnóstico". Nesses tipos de pensamentos há descolamento e deslocamento de tempo; é quase que

(39) Weber não trabalha com essa noção: seu sujeito nunca é "pleno"; é um sujeito "cansado".

pensar em extremos: pensar numa lógica que não tem momento hoje. Por isso, a lógica que predomina é "irracional". Hoje, não existe uma centralização do significado único, mas existe um fator chamado tolerância (chamada "virtude" da tolerância).

Por outro lado, o caráter subjetivo da razão objetiva vem da sua tentativa de abarcar tudo na racionalidade (isto é, realização dele na sua lógica), abarcar a totalidade na racionalidade. É um pouco o que os positivistas pregam; porém, a diferença fundamental é que o positivismo consegue abarcar tudo na ciência e, conseqüentemente, a "verdade" acaba sendo a "regularidade". O positivismo "desnuda" o real à luz da ciência natural; se no tomismo o princípio que move se transfere para a razão humana, para positivistas é o homem que dá "razão" para as coisas naturais (40). É por isso que o sistema objetivista visava a substituir a religião pelo pensamento "metódico".

As ciências positivas recomendavam que se utilizassem o mesmo método de ciências naturais para ciências sociais. Durkheim e Weber seguiram essa recomendação porém com saídas distintas (41). Na realidade, tanto um quanto outro

(40) Ver Horkheimer, M. - Eclipse da razão. pp 82-94.

(41) Por exemplo, se na ciência natural, A é igual a B ($A=B$), para Durkheim então, "A" deve ser "B" e, para Weber, a "A" pode ser "B". Portanto, a diferença está na possibilidade do ser.

buscava uma contraposição entre o princípio do capitalismo e o fenômeno do individualismo, restringindo-se à esfera econômica.

oOo

C) MARX - ALIENAÇÃO E DISSOLUÇÃO DO INDIVÍDUO

Em A Ideologia Alemã Marx opõe-se à concepção individualista dos liberais, enfatizando, por sua vez, a coletividade, a mesma que exprime a individualidade humana em todos os níveis.

Segundo Marx, o que define o indivíduo não é a sua individualidade vista isoladamente mas, sim, as suas qualidades sociais e o conjunto de relações sociais dos indivíduos entre si, isto é, os indivíduos não podem ser entendidos em si, mas somente pelo conjunto das relações sociais dos indivíduos entre si. O Estado vai ser, então, o conjunto dessas qualidades, desses interesses sociais.

Da mesma forma que a sociedade cria o homem, cria as relações humanas; o homem é quem vai "fazer" a sociedade, e a sociedade em que se vive em um determinado momento é fruto dos homens que viveram anteriormente. É por esse motivo que vê na economia política a ciência da sociedade civil, e compreenderemos o tipo de historicidade atribuído à sociedade civil se a situarmos em relação a outras esferas da vida social.

Giannotti (42) nos mostra o relacionamento da sociedade civil com a vida política ao longo do desenvolvimento histórico.

(42) Giannotti, J.A. - Origens da dialética do trabalho.

co: a relação da vida civil e da vida política entre gregos é que eles "subordinavam o social ao político"; na Idade Média ocorria a "junção de ambas as esferas da vida humana à medida que o princípio orgânico da sociedade vicil constituía o princípio do Estado"; na Idade Moderna, "o advento da burocracia transforma estamento político em estamento social e a política passa a ser o segredo e a razão de ser de uma classe. O estamento, no sentido medieval, permanece apenas no interior da própria burocracia, onde imediatamente se identificam posição civil e política. E contra ela coloca-se a sociedade civil como estamento privado. Em suma, a organização estamental dá lugar à mobilidade da organização classista". Assim, "Marx mostra como a nova sociedade, onde o homem perdeu a posição que lhe era fixada pela forma de trabalho e por suas necessidades, está sempre a decompor-se em inúmeros estamentos passageiros, em classes de interesses privados e egoístas. Dessa forma, seus membros somente adquirem uma dimensão universal e propriamente humana quando negam sua situação concreta e particular para alçarem-se à abstração da vida política; unicamente na abstração do estado moderno o homem demonstra sua universalidade específica. E como na sociedade civil cada um vê apenas o seu, mais e mais a essência integral do homem se divide em partes, que se desconhecem mutuamente, até a alienação alcançar seu limite máximo" (43), isto é, o ponto limite da alienação representado pela classe que perdeu todos os títulos humanos. E a realização da alienação humana ocorre no seio da socie-

(43) Giannotti, J.A. - Origens da dialética do trabalho. pp 81-85.

dade civil, o mesmo lugar onde ocorrem lutas pessoais (44).

Se o homem passa a se diferenciar dos seres irracionais' no momento em que o homem pré-idealiza na sua consciência o produto do seu trabalho, o homem se diferencia do animal ao produzir, porque seu produto é pré-concebido: "os homens começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida; o modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir" (45).

(44) Segundo Giannotti (1966, pp 132-133), a luta pessoal para Hegel é a luta de iguais no interior de relações humanas, no âmbito da sociedade civil. "Para Hegel, a luta se engaja entre pessoas que arriscam a vida para obter o reconhecimento alheio; por isso, tratando de personalidades, o processo serve para desabrochar a consciência de si, que existia desde o início da imediatez e na ignorância. Não se dá, pois, o choque de dois brutos, como pensava Hobbes, mas a luta de duas pessoas iguais que se tornam desiguais, uma subordinada à outra. Cria-se assim um sistema de dependências pessoais, de controle social, garantido pela polícia e pela jurisdição, que constitui para Hegel a sociedade civil, a imitação exterior do Estado verdadeiro. Tudo se inscreve no interior de relações propriamente humanas". E, para o autor, Marx mantém a mesma peculiaridade hegeliana: "a humanidade animal é diferente da animalidade", isto é, do homem diante dos outros seres vivos; porém, apresenta uma fissura entre reflexão biológica (descoberta unicamente do ponto de vista da espécie) e a reflexão humana (a reiterar-se nos próprios indivíduos). Assim, "a autoconsciência é, pois, um dado, um fato tão natural como a planta e que, entretanto, não pode descender em linha direta da universalidade de animal. Ao contrário, é a reflexão humana que esclarece e compreende as outras formas de reflexão".

(45) É o materialismo dialético histórico imiscuído. Ver Marx, K. - "Introdução à crítica da economia política. in coleção Os Pensadores, 1974.

O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. Mas, por outro lado, a própria produção pressupõe um intercâmbio dos indivíduos (num sentido amplo) uns com os outros.

A forma desse intercâmbio é, por sua vez, condicionada pela produção. Ou seja, é o modo de produção que determina o inter-relacionamento dos indivíduos nos mais diversos campos, desde a sociedade tribal até a mais avançada forma do capitalismo. Assim, toda a história do mundo é a história do homem pelo seu trabalho, pelo que ele produz (46), visto que não é a consciência dos homens que determina o seu ser mas, sim, o seu ser social que determina a sua consciência e, portanto, a relação social; o que diferencia o animal e o humano é a produção e a produção humana é diferenciada por ela ser idealizada.

Segundo Marx, a idéia reflete uma situação concreta (que é o modo de produção), ressaltando que a relação entre a realidade e a idéia nunca é mecânica: "a consciência é o reflexo da realidade mas ela nunca é mecânica". A determinação da consciência é a realidade mas o homem pode agir de forma a modificar essa realidade (47). E esse "modificar" é a dialética, não como tentativa de instrumentalizar

(46) O trabalho é visto como uma atividade social.

(47) Ver a terceira tese sobre Feuerbach.

o homem, mas como a expressão ontológica para estudar a natureza humana. Assim, a dialética é a expressão ontológica (48) da história do homem; a dialética implica no conhecimento da totalidade do ser social. Mas "teremos que examinar a história dos homens, pois quase toda a ideologia se reduz ou a uma concepção dialética dessa história, ou a uma abstração completa dela. A própria ideologia não é senão um dos aspectos desta história" (39), pois a ideologia é uma visão distorcida da realidade, é uma falsa consciência, uma falsa concepção da história. A partir do momento em que existe a falsa consciência, ela passa a ser manipulada pela classe dominante.

Por outro lado, a alienação do trabalho gera a alienação do nível da consciência, pois a consciência se separa da realidade por ser uma "consciência invertida", epifenômica (mecânica).

Se, para Hegel, a essência humana é a sua individualidade, para Marx a essência é a dimensão social dada no ato de produzir, no trabalho. E se é a realidade material o mais importante e que socializa o homem, não é a consciência humana que determina a forma da vida humana, mas o contrário: a realidade humana é que determina as condições e a própria

(48) No sentido dialético é a manifestação do ser social e do seu desenvolvimento, transformação.

(49) Marx, K. - A ideologia alemã. SP, Liv. ciências humanas, 1979.

consciência humana; porém, sem mecanicismo (50).

(50) Existem três posições distintas no tocante ao estudo dos conceitos acima: de um lado, Althusser faz uma tentativa de des-historização do marxismo fazendo uma radicalização do plano histórico e plano de conhecimento que não apresenta mais o espaço para o processo real, que chega a um limite de separação entre conhecimento e real. Assim, para Althusser "o marxismo é o anti-humanismo teórico" pois o que veicula são outras categorias comparadas com os que veiculam na sociedade capitalista. Aqui surge a questão do livre arbítrio: se, de um lado, não se podem pensar categorias de forma abstrata desvinculada de historicidade, por outro lado, não se pode abstrair essa categoria desvinculada de outras categorias que compõem o plano estrutural da sociedade, em virtude da organicidade no conjunto da sociedade, porque "concreto é concreto, porque é síntese de múltiplas determinações" (ver Marx, K. capítulo 2: "A metafísica da economia política", em Miséria da Filosofia).

Por outro lado, a posição de Michel Verreanu diverge da do Althusser. Para Verreanu, o conceito de alienação é uma noção que aparece ao nível da aparência do capitalismo; é um "conceito" que possui múltiplos significados; se estende a várias relações sociais. Assim, rigorosamente, não é um conceito mas, sim, apenas uma noção pois, primeiro, a alienação não é causa da esfera de produção; é apenas um efeito; portanto, é uma noção (se fosse causa seria conceito). Segundo, a irrealização da essência humana não é problema econômico; é, no mínimo, um problema filosófico, portanto, um problema de ordem supra estrutural.

Uma terceira posição é a de Lefevre (1971). Para ele, os conceitos essência humana, humanismo, alienação continuam sendo utilizados por Marx até a sua "obra de maturidade", pois o que mudou foi o tipo de fundamento, isto é, o fundamento teórico continua sendo o mesmo tendo apenas mudado o fundamento político, ou seja, o panorama político da época (ou melhor, a sociedade capitalista em particular).

Porém, nesses três autores, a essência da questão do estatuto do fetichismo continua sem modificação significativa pois, se a ciência do positivismo privilegia o primado do fato sobre a realidade, o fetiche aparece no momento em que o indivíduo se separa do que produz; a "mercadoria" torna-se uma coisa sacra que o indivíduo não apreende, não alcança.

Nesse longo processo de surgimento da sociedade burguesa - tanto na fase heróica quanto no seu declíneo - Marx (51) mostra a dissolução do indivíduo e a questão da alienação.

Se nos Manuscritos Econômico-filosóficos a alienação traz como efeito a inversão - na qualidade pessoal transformada em seu contrário - das relações, o sujeito do processo de alienação é o próprio trabalho alienado.

Para Marx, o primeiro ato histórico do indivíduo não é o de pensar (pensamento) como se refere Hegel (52), mas de produzir seus meios de vida; produção de vida material, necessidade da subsistência dos seres humanos.

Os homens se apropriam dos meios de vida, com uma prévia percepção mental de como as necessidades vão ser satisfeitas. Assim, o primeiro ato histórico é, na realidade, a satisfação de novas necessidades; o primeiro ato histórico é a constituição da família (na realidade são vários "primeiros atos históricos" concomitantes e consecutivos; são passos na formação da sociedade). Esse "primeiro ato" é o ato de humanização, é o ato de apropriação dos indivíduos dos seus meios de vida.

(51) Marx, K. - "Manuscritos econômico-filosóficos" e "Introdução" in Os Pensadores. SP, Ed. Abril, 1974.

(52) Para Hegel, o processo de alienação não começa com a história (humana) pois, a história é ela mesma a alienação da natureza que por sua vez, é a alienação da lógica.

(continua na página seguinte)

Se para Durkheim a sociedade produz os indivíduos e, em Weber, os indivíduos produzem a sociedade, em Marx, no mesmo processo se constituem o indivíduo (enquanto homem) e a sociedade. Já supõe, na sua teoria, uma separação entre o homem e a natureza - natureza pensada como a natureza externa. Para ele, a visão entre o homem e a natureza só se configura totalmente no capitalismo (53) e a espécie se identifica como homem quando se realiza "trabalho geral". E os homens só se tornam sujeitos no interior das relações sociais, isto é, não se pode imaginar a constituição dos indivíduos fora das relações sociais. É só no âmbito da coletividade que o indivíduo existe e pode se realizar (54); e só na medida em que existe um conjunto de indivíduos convivendo a linguagem é que se pode pensar numa relação social (daí a idéia de comunidade originária). Ou seja, a identificação do homem enquanto indivíduo só pode ocorrer no âmbito da coletividade.

(52) continuação.

A alienação, que é a dialética (no seu princípio último da negação), ou para falar mais claramente, o processo de alienação não é próprio da História humana pois do "ponto de vista da História humana, o processo de alienação está já sempre começando. Isto quer dizer, que em Hegel, a história é pensada como um processo de alienação sem sujeito, ou um processo dialético sem sujeito". Isto porque Althusser, na demonstração do estatuto da lógica em Hegel mostra que "o processo de alienação sem sujeito (ou a dialética) é o único sujeito reconhecido por Hegel. Não há sujeito do processo: é o próprio processo que é sujeito, na medida em que não tem sujeito" (Althusser, L. - "sobre a relação de Marx com Hegel", 1979, pg 135).

(53) Pois a forma (sociedade) que não é histórica não é humana. Ver Marx, K. - Formação Social Pré-capitalista. RJ, Paz e Terra, 1977.

(54) Marx está a considerar a sociedade livre e a negação de classe como expressão concreta.

No capitalismo, o processo de constituição dos indivíduos sofre uma contradição entre a individualização e a perda da própria identidade, pois a questão da individualidade se coloca na produção: de forma dialética, nessa relação de "reciprocidade" existe uma produção da não-identidade e existe um processo de individualização (55).

A objetificação que se expressa no trabalho - relação do homem consigo mesmo e com a natureza - não é objetivação: implica numa alienação, mas só se torna coisificação no processo capitalista de produção pois, na medida em que se identifica enquanto produtores de seus meios de vida, não são alienados (56).

Portanto, a questão da individualidade, no capitalismo, se coloca na esfera da produção e o processo de individualização apresenta alguns momentos que dizem respeito a dissoluções (57): antes, existia uma unidade entre trabalhador e seu "laboratório natural". Essa unidade é dissolvida no primeiro passo do capitalismo e, conseqüentemente, o

(55) É o que Luckács chama de coisificação objetiva e coisificação subjetiva.

(56) Cita, por exemplo, a forma germânica de produção. Nella, a produção é auto-suficiente e é comunidade apenas de língua e religião, enquanto que na forma antiga ou asiática vigoravam propriedades comunitárias.

(57) Para este assunto ver Marglin, S. "Origens e funções do parcelamento de tarefas", 1973.

trabalho é imediatamente apropriação: não existe nenhuma me
diação; é apenas apropriação.

A segunda dissolução é entre o trabalhador e seu instru -
mento de trabalho e, portanto, a flagrante contradição. en
tre a necessidade de trabalho e a condição do trabalhador .
Por exemplo: o escravo e servo ainda "detém" seus instrumen-
tos de trabalho; a condição de trabalho é a sua própria con-
dição enquanto ser.

A terceira dissolução é entre o trabalhador e seus meios'
de sobrevivência, coisa que não ocorre com o trabalhador li
vre. Aqui, a cisão é dos instrumentos de trabalho.

A quarta dissolução é a dissolução do trabalhador consigo
mesmo, no seu interior: é a separação do trabalhador enquan-
to pessoa e a sua força de trabalho, isto é, o indivíduo é
a pessoa que se divide. O trabalhador vende a sua força de
trabalho e a sua venda é a condição de sobrevivência da sua
pessoa. Essa dissolução é a obrigatoriedade que se coloca'
como sua sobrevivência; o trabalhador se divide enquanto '
pessoa.

Assim, aquilo que é identificado como "primeiro ato huma-
no" é Trabalho, na sociedade capitalista, é a própria fonte
da negação da humanidade. O Trabalho se transforma na nega-
ção da humanidade dos trabalhadores, os sujeitos se relacio-
nam como coisas e as coisas parecem ter vida própria. É des-
sa noção - externalidade da força de trabalho em relação'
ao trabalhador - que ocorre o objeto ser identificado co

mo sujeito e sujeito como coisificação, ou, objetificação do sujeito.

A externalidade (que gera acentuadamente a alienação) não é "coisa" que se refere ao produto ou ao instrumento mas, sim, que se refere à própria "propriedade" do trabalhador que é a sua força de trabalho. Essa externalidade atinge também aqueles que têm relação com eles, ou seja, a alienação também atinge os próprios capitalistas.

No capitalismo há a racionalidade do calculável - e, portanto, uma perda da dimensão humana -, daí a questão da naturalização do histórico em relação à alienação. Isto é, encara-se a alienação com naturalidade: trabalhador tem consciência da necessidade da venda de força de trabalho e o capitalista tem a consciência da reinversão da reificação (na esfera da produção). Desse modo, as pessoas podem ser diferentes mas só a partir das condições tais quais como são dadas, pois a lógica dada até permite uma crítica; porém, crítica baseada na sua lógica.

Podemos perceber essa idéia em Canevacci (58) onde ele mostra a igualdade na sociedade burguesa, sociedade onde é a propriedade que legitima o indivíduo, propriedade dos meios de produção.

(58) Canevacci, M. - Dialética do indivíduo: indivíduo na natureza, história e cultura. SP, Brasiliense, 1981.

Para Foucault, a ideologia burguesa nega o papel de sujeito a algumas pessoas, é um ideal que não se realiza para todos. É a ideologia que legitima a exclusão dos "não-indivíduos" ; é uma "identidade funcional" da perspectiva do capital. Consequentemente, o indivíduo é fragmentado em diversas identidades que não se integram, em virtude principalmente da dicotomia básica entre o público e o privado (59). Assim, a saída é a articulação das diferenças.

Como não existe separação radical entre homem e natureza' para Marx, as diferenças históricas tendem a ser encaradas' como naturais e as diferenças entre pessoas são socialmente constituídas. Portanto, a constituição do indivíduo e do social se dá no mesmo momento, no mesmo processo.

Já Canevacci vai além: em vez da articulação das diferenças como sugere Foucault ou articulação das diferenças já dadas socialmente como sugere Marx, deve-se pensar em exteriorizar as diferenças, isto é, permitir que elas se expressem. Assim, para Canevacci, a autonomia do indivíduo (ou a sua busca) é a luta pela libertação da individualidade e, por extensão, a autonomia de classe é a luta pela liberação das várias individualidades. Em outras palavras, a questão da autonomia de classe como aspecto da autonomia individual em geral.

(59) E até a ação comporta essa dicotomia: ação entre "eu" (referida à esfera do privado) e "pessoa" (portador de valores públicos).

PARTE II : ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO

O. DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Desse modo, Canevacci vê o processo de individualização como um processo contraditório. E a possibilidade de realização da individualidade só ocorrerá quando forem superados os antagonismos indivíduo-classe e indivíduo-natureza (60). Admite que existe e sempre existirá dominação na relação homem-homem; porém, a possibilidade de "reconciliação" é a negação do domínio e não existe o meio termo (61).

oOo

(60) O primeiro antagonismo é mais fácil de se resolver do que o segundo.

(61) Canevacci encontra na contradição de classe a localização da contradição específica da sociedade capitalista. Porém, a supressão de classes por si só não garante a supressão de outras formas de "exclusão". Uma alternativa possível (ou uma certa garantia) é encarar a "igualdade democrática" com a aceitação e percepção das diferenças individuais pois o consenso é autoritário por mais homogeneizador que seja. É, na essência, o que Weber diz quando discursa que os diversos pontos de vista têm como se fazer ouvir e seguir.

CAPÍTULO 3 : O DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

O que comumente se denomina de Organização de Trabalho não é, em si, uma novidade. E a compreensão da evolução da organização reside, inegavelmente, na compreensão da estrutura social e, conseqüentemente, do grupo social, à medida que ela oferece efetivamente o lugar de fato à concretização do trabalho humano.

Também é inegável a importância da questão da consciência (1) no tocante ao desenvolvimento da organização, pois o surgimento de algo novo no seio de um grupo social só se torna efetivo à medida que este algo seja importante para o grupo social. Por exemplo, a Arte que surge por volta de 32 mil anos atrás representa um código configurado numa linguagem que, por sua vez, é entendida como uma intermediação social entre o objeto e a organização social.

Segundo Leatey (2), a história da humanidade data de 15 milhões de anos desde o surgimento do Homo Erectus; porém, ela só fez uso de ferramentas no seu Trabalho por volta de 50 mil anos atrás. E se tomarmos como marco da evolução humana o Homo Erectus, Homo Sapiens e Catador e Caçador, percebe-se que a tecnologia foi mais fruto da organização social do que da evolução. Assim, antes do aparecimento do Homo Sapiens,

(1) Ver Linton, R. - Homem: uma introdução à antropologia. Petrópolis, Vozes, 1969.

(2) Ver Leatey, R. - Origens. Brasília, UnB, 1980.

a tecnologia foi uma tecnologia social e, depois do aparecimento do mesmo, foi de transformação. E a sociedade onde estavam inseridos os Catadores e Caçadores era uma sociedade de lazer, isto é, a sua lógica era a lógica do altruísmo recíproco. É nesta sociedade que surge a CAPACIDADE de Organização Social mais em virtude da fragilidade de sobrevivência do que por outro motivo.

O esquema do Leatey visa a nos mostrar a capacidade organizacional humana enraizada no cotidiano, a capacidade humana de se organizar como algo que sempre existiu independentemente da modernização administrativa.

A partir do século XVI, com os fisiocratas, é que emerge a palavra organização e surge pouco a pouco a preocupação em introduzir uma ciência particular, que se torna uma necessidade da vida moderna.

oOo

A) A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO

Desde os primórdios o homem retirou e transformou os elementos da natureza produzindo, modificando o ambiente e imprimindo-lhe a sua maneira de ser. É praticamente impossível utilizarmos tais recursos em um local denominado Organização de Trabalho onde nada possa ser questionado, adaptado, e melhorado ou modificado. A Revolução Industrial colocou tais problemas nos eixos e impôs ao homem uma elaboração mais precisa de métodos capazes de assegurar uma melhor eficácia e eficiência. É o racionalismo ou o uso racional do trabalho, cuja evolução foi traçada pela Escola Clássica de Administração.

Se a realidade é um todo coeso e sem repartições ou fragmentos, as variáveis tecnológica, econômica e social estão profundamente inter-relacionadas e não existem separadamente. Porém, por outro lado, se admitirmos que a Revolução Industrial foi, em última instância, uma revolução na relação homem-natureza ou, relação de produção e, portanto, fundamentalmente uma revolução tecnológica, devemos também admitir que é necessário um modelo de desenvolvimento coerente que relacione as três variáveis acima colocadas como uma tentativa de se criarem novos valores adaptáveis à essa transformação tecnológica, ou seja, uma revolução social. É o que ocorre com o uso racional do trabalho humano correlacionado com as mudanças demarcadas pela Revolução Industrial. Verificaremos, mais adiante, que é o que as diferentes abordagens da Teoria das Organizações orientadas pelas di-

versas tendências vêm tentando cumprir. Ou seja, criar novos valores sociais aceitáveis pela sociedade como um todo com as posturas diferenciadas do homem frente ao trabalho, numa tentativa de adaptar o homem ao trabalho.

Como consequência da Revolução Industrial podemos citar duas características principais em termos da Organização de Trabalho: primeiro, o surgimento das cidades com a configuração industrial, com ênfase na variável demografia e, segunda, a produção domiciliar cedendo lugar ao manufaturado que, por sua vez, cedeu lugar à fábrica ou seja, transição do sistema de produção de "putting out system" para "factory system".

Com este quadro sumário podemos ver que o maior problema que a Revolução Industrial suscitou não foi de caráter econômico ou técnico mas, sim, um problema de caráter social, o problema de organização da sociedade: a "estamentalização" de classes sociais, o deslocamento rural-urbano acentuado, a falta de planejamento urbano, ascensão e queda social muito mais acelerada do que nos dias de hoje, etc., fazem com que, em última análise, o problema central seja o de relações sociais.

Assim, tentaremos englobar a Teoria das Organizações desde a sua origem até a modernização e focalizar seu campo de aplicação apenas num vetor: nas organizações formais de trabalho. Mas, antes, traçaremos algumas características da sociedade industrial com ênfase nos fatores de produção: capital, trabalho e recursos naturais e a sua harmonização no

mercado, isto é, o mercado visto como lugar de integração ótima dos fatores de produção, pois, com a Revolução Industrial, o mercado tendeu a transformar-se na força modeladora da sociedade como um todo e o tipo peculiar de organização que corresponde às suas exigências assumiu o caráter de um paradigma.

* ALGUMAS CARACTERISTICAS DA SOCIEDADE INDUSTRIAL E DO ESTADO

O que diferencia uma sociedade de outra é o seu modo de produção. É ele, em última instância, que caracteriza, ou permite caracterizar seu sistema político e econômico vigente na sociedade.

Em uma sociedade real - com contraposição à sociedade utópica - o elemento concreto que funda o modo de produção predominante é a sua formação social. Assim, o conceito de formação social é imediatamente ou intimamente vinculado, atrelado com o modo de produção. O dinamismo e o mecanismo, entre as formações sociais e o modo de produção dominante são o que determinam e caracterizam a sociedade como um todo. Os mecanismos essenciais dessas formas são tão intensos que os momentos sui generis são distintos. Em outras palavras, numa sociedade há existência, não de um mas de vários modos de produção. Porém, é o modo de produção dominante é que determina a sua característica.

Assim, o nosso primeiro objetivo é discutir a supra-estrutura do capitalismo, ou seja, o seu aspecto político e ideológico (parte da formação social) para posteriormente nos estender a nível de particularidade e singularidade que é a Organização de Trabalho. Explicitando: pretendemos assumir a ótica da reprodução, ou seja, abandonar a ótica da produção imediata e assumir o modo de produção

específica no universo macro (sociedade) e universo micro (organização).

No sistema capitalista - especificamente nesse sistema - são dois os elementos que devem permanentemente ser reproduzidos: as forças produtivas e as relações de produção.

Fazem parte das forças produtivas os meios de produção (instalações, equipamentos, matérias-primas, ou todo o conjunto de modo de produção) e força de trabalho. Uma das condições da reprodução da força de trabalho é a reprodução biológica. O que possibilita essa reprodução é o salário pago pelo capitalista ao trabalhador (3). Cabe salientar que essa reprodução biológica ocorre fora da esfera da produção capitalista. Por outro lado, a empresa capitalista necessita da diversificação da mão-de-obra qualificada. E, portanto, deve também reproduzir a qualificação de mão-de-obra.

No primeiro nível mínimo de qualificação está o trabalhador manual (divisão técnica de trabalho); no segundo, o operário técnico qualificado (um grau maior de especialização); no terceiro, o engenheiro (chamado Quadros de Especialização) e no quarto e último nível, o do administrador (que determina, enquanto um profissional, a política da empresa). Essa reprodução da qualificação diversificada se

(3) Ver Parte I do presente trabalho.

dá também fora da Organização de Trabalho. O lugar da reprodução, por exemplo, é a escola; a escola oferece a reprodução da força de trabalho com qualificação diversa exigida pela Organização de Trabalho. Assim, todos os níveis de reprodução ocorrem fora da esfera de produção capitalista.

No segundo momento - relações de produção - faz-se presente o Estado. O Estado é a condição da distinção entre o público e o privado; porém, o Estado em si não é nem um nem outro. O que importa é o seu funcionamento no modo de produção capitalista. O Estado, para fazer frente ao seu papel, usa dois aparelhos distintos: aparelhos ideológicos e aparelhos repressivos (4). Fazem parte dos aparelhos ideológicos a escola, igreja, família, partidos políticos, sindicatos, meios de comunicação e informação. Do segundo aparelho fazem parte a polícia, o exército, os tribunais, etc.. Hoje, o Estado é totalmente confundido, justificadamente, com os aparelhos repressivos do Estado. Por exemplo, os aparelhos repressivos são nitidamente órgãos públicos. O Estado detém o monopólio dos aparelhos repressivos da sociedade e a função predominante do aparelho repressivo é a manutenção da reprodução pela repressão. Os aparelhos repressivos por si só não reproduzem as relações de produção mas mantém as já existentes; é a simples manutenção de uma determinada situação.

(4) Ver Althusser, L. - Aparelhos ideológicos do Estado e ideologia. Lisboa, Ed. Presença, 1974.

Assim, a função do Estado é predominantemente política e relativamente ao campo de luta política de classes. O Estado capitalista fixa os limites que circunscrevem a relação de campo de luta de classes às suas próprias estruturas. O campo de luta de classes tem efeitos fundamentais sobre esse Estado, efeitos realizados nos limites postos pelas suas estruturas, à medida que estas regulam uma série de variações.

O Estado capitalista, organizado como unidade política de uma sociedade com interesses econômicos divergentes - não de "classes" mas interesses de "indivíduos privados", sujeitos econômicos - tem como função e, ao mesmo tempo, como contradição principal:

- a) desorganizar politicamente as classes dominadas enquanto organiza politicamente as classes dominantes;
- b) excluir do seu seio a presença, enquanto classes, das classes dominadas, quando nele introduz as classes dominantes;
- c) fixar sua relação com as classes dominadas como representação da unidade do povo-nação, enquanto fixa a sua relação com as classes dominantes como relação com classes politicamente organizadas.

Portanto, existe como Estado das classes dominantes ao mesmo tempo que exclui a "luta" de classes; afirma-se como um Estado de todo o povo quando é um Estado de classe (da classe dominante); apresenta-se como um Estado de classe,

nas suas próprias instituições, de uma sociedade institucionalmente fixada como não dividida em classes ou, apresenta-se como um Estado de classe burguesa, subentendendo que todo o "povo" faz parte dessa classe.

Essa característica do Estado capitalista decorre da autonomia específica de luta política e luta econômica, de interesses políticos de uma classe e interesses econômicos de outra classe, e de poder político e poder econômico.

O Estado capitalista representa não diretamente os interesses econômicos das classes dominantes mas seus interesses políticos. Ele é o centro de seus interesses políticos na medida em que é o fator de sua organização política. Por outro lado, em virtude da sua autonomia, o Estado capitalista comporta, inscrito nas suas próprias estruturas, um jogo que permite, dentro dos limites do sistema, uma certa garantia de interesses econômicos de certas classes dominadas, eventualmente contrários aos interesses econômicos, a curto prazo, das classes dominantes, mas, compatíveis com seus interesses políticos, com sua dominação hegemônica.

* SISTEMAS POLÍTICOS

Nem sempre as "massas" participam institucionalmente do jogo político. Elas são sempre um dado importante mas, por vezes, o sistema se organiza de forma a afastar-se delas.

Os sistemas políticos tradicionais são determinados por características econômico-sociais, tais como a existência de uma sociedade agrária em que são necessários muitos camponeses para a produção do excedente que deva alimentar os não camponeses, dada a baixa produtividade agrícola. Os sistemas políticos tradicionais podem ser feudais, sociedade sem Estado ou, impérios burocráticos centralizados (Egipto, China antiga). As lutas políticas nessas sociedades assumem características étnicas, religiosas ou de simples divergência entre os membros da aristocracia. Ou seja, a luta política como tal, como conflitos de interesses de grupos diversos não ocorre. A luta pela participação no poder só começa a ocorrer a partir da formação do Estado moderno, do surgimento do sistema político moderno. Essa transformação de um sistema político a outro ocorre via cinco mecanismos (5):

1. diferenciação das estruturas políticas;
2. especialização das funções políticas;
3. racionalização da autoridade;
4. predominância de um centro nacional (em contraposição a uma fase pré-ideológica);
5. aparecimento da cidadania (equality), ou seja, a substituição de formas estamentais por

formas classistas de divisão social.

Ao longo desse processo, os conflitos sociais e econômicos aparecem como tais e não revestidos de formas étnicas, religiosas, familiares, etc.. Nesse processo são formados, também, os grupos de interesses que começam a se manifestar explicitamente. Esses grupos estão ligados à mobilização social e política de novas classes e camadas sociais. Essa mobilização ocorre nas classes altas em direção às classes baixas. A vida política, de tipo palaciano, está inicialmente restrita à aristocracia. Aos poucos passa-se para a burguesia, que também se mobiliza, e depois para as classes médias, classes operárias urbanas e, finalmente, para o campesinato.

O sistema político faz frente a novos "atores" políticos. A passividade diante da estrutura de poder tende a desaparecer. Mas surge, para o sistema, o problema de como reagir diante da pressão desses novos grupos. Visto que o poder não é retirado de nada além da própria sociedade, o sistema político vigente sofre basicamente, cinco tipos de crise requerendo cada uma a sua medida específica, a saber:

1. Crise de participação: ampliação de participação no conflito de interesses.
2. Crise de distribuição: reordenação da distribuição de bens e serviços para a população crescente e exigente.

(5) Fye, L. - Aspects of Political Development. Boston, 1966.

3. Crise de legitimidade: crença no direito de mando de quem está exercendo o poder.
4. Crise de integração:
 - a) integração pela via democrática: expansão do direito de voto,
 - b) integração pela via autoritária: imposição 'da criação de sindicatos para a resolução de conflitos.
5. Crise de identidade: recusa à integração.

Esses novos grupos, chamados grupos de interesses (6), podem, por sua vez, ser:

- a) associativos: associação voluntária que se propõe à defesa de interesses de um dado grupo; é um grupo constituído intencionalmente. Exemplo: sindicatos, associação de bairro;
- b) institucionais: não se originam com um fim específico de defender interesses de (do próprio) um dado grupo, embora o façam. Exemplo: igreja, 'exército, universidade;
- c) não-associativos: não são institucionais nem 'uma organização voluntária, embora existam em - quanto tal. Exemplo: grupo étnico.

O grupo de interesse tende a pressionar o sistema de decisão para satisfação de suas vontades, mas não pleiteia deter

(6) Meynaud, J. - Os grupos de pressão. Lisboa, Pub. Europa-América, 1960.

o sistema de decisão ou o poder (7). Quando um grupo de interesses atua a nível político é designado como grupo de pressão. Segundo Meynaud, a configuração dos grupos de pressão reflete rigorosamente as estruturas económico-sociais e as ideológicas do país. Esses grupos podem ser caracterizados em: organizações profissionais - em que a tendência para o agrupamento se justifica pelos interesses e pontos de vista comuns; agrupamentos de vocação ideológica - são uma categoria fundamentalmente heterogênea quanto às origens das atividades profissionais; relatividade da classificação - a interpenetração das ideologias e das preocupações materiais observa-se também ao nível das organizações profissionais, sendo nestas tão visíveis que as ideologias acabam sendo representadas como justificação, se não como única razão de ser das organizações. Deteremos apenas no primeiro tipo de classificação, a seguir.

(7) Eventualmente, os grupos de interesse podem transformar-se em partidos políticos, sendo que a distinção fundamental entre este e o primeiro é que os partidos lutam pelo poder. A passagem do grupo de interesse ao partido é um salto qualitativo. Há no partido uma junção de diversos grupos que apresentam interesses possíveis de serem articulados entre si. Formalmente, o partido é uma associação voluntária aberta a elementos de qualquer classe ou profissão e que têm carácter permanente, unidos em torno de um programa comum de base ideológica. O programa é formulado no objetivo de o partido tornar-se Governo. O partido é uma organização que busca ter carácter permanente.

* ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DE TRABALHO

Vimos até o presente que as relações capitalistas de produção determinam as formas de organização no processo de re produção como processo de produção mediata.

Reformulando esta colocação no plano da produção imediata, como é que as relações capitalistas de produção determinam as formas concretas de organização no processo de organização da produção imediata? Verificamos que qualquer processo de produção da mais simples forma até a mais complexa de ve ser organizado. A função de organização torna-se uma função do Capital, pois a produção capitalista é fundamentalmente o Trabalho. Este é a fonte de riqueza, seja material, seja valor. Assim, o Capital é uma formulação de man do sobre o Trabalho. Deste modo, a Organização de Trabalho é um meio de aumentar a produtividade do ponto de vista do Capital.

Por outro lado, os trabalhadores se unem em torno de um interesse comum (de categoria) visando a defender os seus direitos. Surgem, assim, os primeiros "syndicalisme de mé tier", ou sindicatos de ofício. Mais tarde, com a decomposição das tarefas, ocorreu a desqualificação de trabalho, is to é, a tarefa que era complexa ficou simples e parcelada e o trabalhador foi desqualificado do seu trabalho (desqualificação profissional). Surge o "ouvrier spécialisé": o tra balhador se torna especializado na realização de serviços que não exigem muito esforço mental e físico. Este processo passa a diminuir a importância dos sindicatos de ofício.

O sindicato é uma associação voluntária de caráter permanente (pois visa à estabilidade) que reúne trabalhadores de uma mesma profissão (categoria) ou de uma mesma empresa (ofício ou indústria) para defender os seus associados ou o conjunto de trabalhadores perante os empregadores (patronos) ou o Estado (8). Hoje, cada vez mais há pressão para que o trabalhador se sindicalize, perdendo,, assim, a característica do voluntarismo da sindicalização.

A grande expansão do sindicato se dá com a expansão industrial. Como consequência dessa expansão, verifica-se a mudança no aspecto social: os trabalhadores de "ofício" passam a ser assalariados. No plano político, ocorre a tomada de consciência de classe. Por exemplo, surgimento dos partidos trabalhistas, partidos social-operários. Nos países latinos, esses partidos não tiveram o êxito que alcançaram aqueles nos países europeus, em parte pelo atraso industrial, por razões de natureza política e pelo nível crescente de produção em matéria de consumo, saúde, educação, etc..

Enfim, os primeiros sindicatos tinham pouco a dar materialmente (satisfação material) aos sindicalizados. Assim, era enfatizado o fator ideológico da sindicalização.

oOo

(8) Rodrigues, L.M. - Trabalhadores, sindicatos e industrialização. SP, Brasiliense, 1974.

B) TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES

Qualquer teoria da administração (e por que não dizer teoria social?) tem como escopo a racionalização do Trabalho Humano, não qualquer uma, mas, sim, um tipo específico de racionalização que permita a maximização da produção. E esta idéia prevaleceu como a linha diretiva das teorias, desde a da gerência primitiva até a moderna gerência, como a lógica administrativa.

Desde os precursores até os neoclássicos da teoria da administração todos se preocuparam com a racionalização do Trabalho. De um modo geral, a justificativa para tal era o objetivo primordial e capital da busca de harmonia social. O que variou de uma teoria à outra foi a sua aplicabilidade, a sua operacionalidade, mantendo-se basicamente inalterada a lógica administrativa.

* ADMINISTRAÇÃO COMO CIÊNCIA

A idéia de se pensar na administração como idéia individual, como desenvolvimento subjetivo baseado na reflexão pessoal do praticante no negócio, seguramente, é muito anterior à nossa época. Pois, em primeiro lugar, os homens sempre tiveram que refletir, idealizar e projetar algo na mente para realizarem a produção que lhes era necessária. É por este motivo que o trabalho humano se diferencia do trabalho animal. Em segundo lugar, todos os atores da produção são forçosamente envolvidos em uma organização. Ou seja, desde os primórdios da produção de um bem os indivíduos nela envolvidos, independentemente da sua natureza, foram, em algum sentido, organizadores.

É perfeitamente verificável esta idéia do produtor como organizador se examinarmos as "doutrinas" em relação ao trabalho humano, ou aos precursores da técnica desse trabalho, os quais, frente ao desafio da produção, aplicavam as formas de pensamento de cunho científico aos problemas concretos de melhoria do Trabalho.

A subjetiva generalização no tocante à administração foi suportável enquanto o organizador era o próprio produtor. Porém, na medida que essa generalização subjetiva (porque é individual) inclui a estrutura formal da organização, o próprio processo de administração geral passa a afetar não só o nível da produção efetiva mas a própria estrutura social

O aparecimento de novas técnicas ou múltiplas descobertas pós Revolução Industrial que possibilitaram acentuadamente a utilização racional dos meios de produção fizeram com que a administração se tornasse uma ciência. Em outras palavras, a dimensão concreta ou técnica para o campo científico foi fornecida pela base racional do uso dos instrumentos, pelos precursores técnicos e pela matriz de pensamento doutrinário dos filósofos dos séculos anteriores tais como F. Bacon (1561-1626), com os princípios do método experimental, René Descartes (1596-1650), com seu rigor necessário do raciocínio científico, e a dimensão social ou ambiental, fornecida pelos precursores teóricos da administração: Morelly, com a idéia da possibilidade de o trabalho ser racionalizado, a partir do treinamento do trabalhador conforme a sua habilidade; Saint-Simon (1760-1825), com planejamento e disciplinamento da sociedade e a eleição de um grupo predileto para a administração da sociedade; Fourier (1772-1837), com a noção da divisão social do trabalho e do planejamento social baseado na ideologia do trabalho; Owen (1771-1857), com o paradigma da natureza humana; F. Arago (1786-1853), com a defesa do direito do homem ao trabalho; Blanc (1813-1882), com a noção da sociedade racionalmente organizada.

Assim, a sociedade industrial se distingue da pré-industrial não apenas pelas formas e processos de produção, mas, também pela sua constituição e estrutura. Bacon, com a investigação científica, Descartes, com o raciocínio científico, Morelly, como precursor da racionalização do trabalho, Saint-Simon, como do ideal tecnocrático, Fourier, da organização e da autogestão, Owen, do sindicalismo e Blanc, do co

operativismo, participaram nessas duas dimensões, com suas visões diferenciadas de natureza humana e, conseqüentemente, a preocupação com a racionalização do trabalho humano, todos fazem com que se crie um ambiente viável de cunho racionalizador para a administração se firmar como ciência (9).

Toda ciência adota para si algumas idéias de outras disciplinas, conceitos que na essência permanecem inalterados pois nenhuma ciência é em si auto-suficiente e autônoma. O que pode ocorrer é a perda em grau de dependência interdisciplinar, ou seja, um ganho suficiente de autonomia baseada nos conceitos armados do desenvolvimento inicial da teorização, para seguir o "trilho do firmamento" enquanto ciência.

Durante este último século, a matriz de pensamento administrativo tem se incrementado e diversificado o seu campo; em virtude do desenvolvimento social, político e econômico da sociedade. Porém, a tentativa de se pensar na Administração como uma identidade autônoma e separá-la dos outros campos de estudo é quebrada pelos autores March e Simon (10).

A utilização dos conceitos iniciais (princípios de administração) da ciência e a sua influência na criação das diversas categorias do pensamento motor serão tratadas a seguir, tendo-se como foco central a Organização de Trabalho.

(9) Lapassade, G. - Grupos, Organizações e Instituições. RJ, F.Alves, 1877, Capítulo 1.

(10) March & Simon - Organization. N.Y., John Wiley & Sons, 1958.

* DELIMITAÇÃO DOS CRITÉRIOS DA ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO

A temática da complexidade organizacional resulta, em sua maioria, da definição e da interpretação do termo organização de trabalho. Para alguns, a organização é sinônimo de agrupamento social formalizado, onde ocorre o processo de transformação de recursos. Para outros, a organização é um sistema da pacífica cooperação entre os homens e identificam a existência de dois sistemas de organização: organização burocrática e organização baseada no benefício. Nos setores da atividade do homem onde não cabe uma gestão baseada em benefício, aplicar-se-ia a gestão burocrática (11). Uma terceira definição do termo organização é dada pelo Simon (12), como sendo o complexo sistema de comunicações e inter-relações existentes num grupamento humano. Uma quarta, a organização é uma combinação intencional de pessoas e de tecnologias para atingir-se um determinado objetivo (13).

Para evitar o inconveniente de listar cada uma das definições do termo (14), adotaremos o seguinte critério:

- a) caracterizar a organização sob o enfoque dos fatores de produção para definir o termo Organização de Trabalho;

(11) Von Mises, L. - Burocracia. Madri, Union Editorial, 1974.

(12) Simon, H.A. - Comportamento Administrativo. RJ, FGV, 3ª edição, 1979.

(13) Hampton, D. - Administração Contemporânea. SP, McGraw-Hill, 1983.

(14) Mattos, A.M. - Organização: uma visão global. RJ, FGV / LTC, 1975.

- b) tentar salientar a complexidade organizacional e a sua variabilidade das situações depois de ser definido o termo Organização de Trabalho;
- c) discutir Teoria das Organizações e as suas tendências;
- d) o objetivo não é descrever como deveria ser a Teoria Organizacional mas, sim, o que uma determinada teoria é na realidade organizacional; até que ponto essa teoria atende o fenômeno organizacional.

* ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO

Uma vez que o processo social consiste em homens trabalharem uns para outros, faz-se necessário estabelecer relações de produção. As relações de produção são formas de como se articulam as formas produtivas (que, por sua vez, são conteúdos de uma forma: máquinas, técnicas, etc.) tais como cooperação, divisão de trabalho.

O que a natureza em termos de recursos nos oferece são objetos de trabalho e meios de trabalho que juntamente compõem meios de produção. O homem interage com a natureza através da atividade criadora (ou trabalho concreto) e essa relação cria valores de uso. Ou seja, os meios de produção fornecidos pela natureza adicionada à força de trabalho criam valores. Assim, as relações de produção nada mais são do que a verificação de como se relacionam homem-natureza (processo de trabalho) e homem-homem (processo de valorização).

A formação social, por sua vez, é o elemento que funda o modo de produção predominante na sociedade concreta, real. É por isso que o conceito de formação social é imediatamente, intimamente vinculado ao modo de produção. As formações sociais que antecederam o modo de produção capitalista são três: asiática, antiga e germânica. Essas formas estão de algum modo ligados à propriedade (15).

Admitindo, assim, que na produção participa mais de um homem, necessariamente admitimos toda uma produção baseada na divisão de trabalho. Por outro lado, se admitimos a divisão de trabalho, estamos admitindo a existência do intercâmbio e, admitindo o intercâmbio, admitimos o valor de troca. E, de forma inversa, para explicar o valor de troca é necessário o intercâmbio que, por sua vez, necessita da divisão de trabalho para a explicação. E, por fim, para explicar a divisão de trabalho é necessária uma soma de necessidades que requerem a mesma. Essas necessidades que solicitam a divisão de trabalho são dadas pela evolução do modo de produção ou processo de produção: "putting out system", "factory system", até o sistema industrial de hoje.

O momento de intercâmbio que medeia a divisão de trabalho e o valor de troca possui três fases distintas: a primeira é a de troca de supérfluo e o excedente da produção sobre o consumo; a segunda é a de troca de todos os produtos para a esfera do comércio e, a terceira e última do intercâmbio é o tempo em que cada coisa (moral ou física) convertida em valor de troca é levada ao mercado para ser submetida em seu valor (ou "apreciada em seu justo valor" (16)).

(15) Por exemplo, na sociedade oriental existiam dois tipos de propriedade: a do Estado e a adquirida pela posse pelos indivíduos. Na entidade comunitária, ou sociedade antiga, as propriedades eram públicas ou privadas, particulares, porém, o proprietário tinha necessariamente que ser cidadão para adquirir a posse; e, na germânica, a propriedade podia ser individual ou coletiva, comum. Ver Marx, K. - Formações econômicas pré-capitalistas. RJ, Paz e Terra, 1977.

(16) Marx, K. - O Capital. Capítulo 1, pg 39.

Ainda segundo Marx, a abundância não é jamais espontânea pois existem pessoas que a produzem e que estão interessadas em não perder nunca de vista o fator procura. É por este motivo que a oferta não representa, exclusivamente, a utilidade e nem a procura não representa, exclusivamente, a opinião pois o comprador oferece dinheiro representando, as sim, o valor de uso.

A mediação dada pelo dinheiro entre oferta e procura faz com que a procura seja igualmente uma oferta e a oferta se ja ao mesmo tempo uma procura (17), pois no fator oferta existem dois componentes: valor de troca (qualquer que se ja esse valor) e necessidade de vender e, paralelamente, no fator procura existe qualquer valor que seja de troca e ne cessidade de comprar.

(17) É o que Parsons procura fazer na sua análise de meios simbólicos generalizados de troca como componentes de sistemas sociais e de outros sistemas de ação. As quatro propriedades do caráter simbólico do dinheiro atribuídos por Parsons - institucionalização, especificidade, circulabilidade e dinheiro como um meio simbólico que não pode ter um caráter de soma zero - nada mais são do que o papel estudado pelo Marx no to cante às formas de troca vistos no Capítulo 1 da Par te I do presente trabalho. Ver Parsons, T. - "Estrutu ra social e meios simbólicos de troca" in Peter Blau (org) - Introdução ao estudo da estrutura social. RJ, Zahar, 1977.

Este é um dos motivos, mas não o principal, dos modos de produção não dependerem do "livre arbítrio" : nem o produtor é livre para produzir a quantidade desejada - pois, no atual grau de desenvolvimento, o produtor é obrigado a produzir em escala ideal para atender a procura - e, nem o consumidor é livre para adquirir a quantidade desejada, porque depende de meios e necessidades, ou seja, da posição social. O que funda o sistema de necessidades é a produção, ou melhor, necessidades nascem diretamente da produção, de um estado de coisas baseado na produção (18) e o próprio comércio gira em torno das necessidades da produção e não do consumo individual.

Se o Trabalho em geral é uma atividade que altera o estado natural de materiais para melhorar sua utilidade, o trabalho humano possui a peculiaridade de separar a execução da concepção. Essa peculiaridade não só ocorre em termos de um indivíduo mas também do grupo. Por exemplo, numa organização de trabalho, para Fayol existiam seis funções principais: função técnica (produção), comercial (compra, venda e troca), financeira (aquisição e aplicação de capital) segurança (à propriedade e ao pessoal), contábil (contabilístico) e administração, a mais importante, comandada pelos cinco imperativos: prever, organizar, comandar, coordenar e controlar. Todas essas funções de organização de trabalho desenvolvidos por Fayol não seriam possíveis caso não ocorresse o fator integração. É a integração do trabalho é que possibilita a produção.

(18) É o que denominamos como sendo a Dialética do Carecimento no capítulo 1 da Parte I.

Até o início do século XX, eram os cientistas sociais os que investigavam sobre a dinâmica interna e externa da organização de trabalho pois, em última análise, as organizações eram entidades sociais que, além de agregarem indivíduos (destituídos do laço familiar), tinham como finalidade a produção.

Colocadas as posturas teóricas, focalizaremos a atenção em determinados tipos de organização de trabalho. Antes, vale ressaltar que não cabe aqui discutir se uma determinada organização de trabalho é capitalista ou não, pois o que distingue os diferentes tipos de organização e as diferentes épocas econômicas não é o que se faz mas, sim, como, com que meios de trabalho se faz. Pois, como vimos, basicamente são três os elementos componentes num processo de trabalho: força de trabalho (atividade humana adequada a um fim), objeto de trabalho (matéria a que se aplica o trabalho) e, instrumentos de trabalho (meios de trabalho). Os meios de trabalho, por sua vez, servem para medir o desenvolvimento do trabalho humano e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho. Para tal, levantaremos algumas modalidades capitalistas de Organização de Trabalho.

A complexidade da produção faz com que se torne indispensável organizar o trabalho. Como já vimos, organizar o trabalho requer tomada de certos pressupostos. Mas, na essência, a necessidade da organização de trabalho é a busca da solução harmoniosa dos diversos fatores ligados à produção.

Esses fatores são basicamente três: técnico, econômico e social.

1. Aspecto técnico da organização de trabalho

Como consequência direta da Revolução Industrial, os meios de produção tornam-se complexos e aperfeiçoados. Se a Revolução Industrial do ponto de vista tecnológico constituiu-se no emprego intensivo e extensivo de máquinas e de processos mecânicos na produção de bens, por outro lado, os progressos de novas invenções, que inicialmente eram de autoria de operários e artesãos como resolução direta de problemas práticos suscitados pela produção, essas invenções fazem com que a organização seja forçada a se adaptar continuamente com os novos progressos. E, na tentativa de se utilizarem melhor esses meios, torna-se imperativo a organização de trabalho predeterminar o encadeamento lógico e o processo técnico de todas as etapas de produção, focalizando a atenção na modernização de métodos de gestão e do funcionamento técnico da produção. Isto porque a tecnologia utilizada é a que tende a reforçar a divisão de trabalho mais acentuadamente entre "pensador" e "executor" (19).

2. Aspecto econômico da organização de trabalho

Discutimos anteriormente que a oferta e a procura atuam conjuntamente e que o próprio comércio girava em torno das necessidades de produção e não do consumo individual. Isto

(19) Ver Braverman, H. - Trabalho e capital monopolista. RJ, Zahar, 1977.

em termos econômicos significou a concentração de capitais em torno da configuração de grandes organizações de trabalho. Assim, podemos dizer que a produção está intimamente ligada à evolução econômica da sociedade em geral. No sistema fornecido pela Revolução Industrial, o artesanato desaparece subjulgado pela produção em massa. Porém, nos dias de hoje, a pressão econômica não significa, de modo algum, o desaparecimento de pequenas e médias organizações de trabalho. O que pode ocorrer é a sua absorção parcial ou a subsistência das mesmas dentro da área de especialização.

3. Aspecto social da organização de trabalho

Dependendo da natureza de trabalho e da estrutura organizacional onde se realiza a produção, a adaptação do trabalho pode suscitar tipos de atividades ou tipos de exigências diferentes. O que se procura firmar é a interação entre o trabalhador e a organização numa intenção dirigida para obter uma produtividade considerada satisfatória, adaptando o homem ao trabalho (e não, o trabalho ao homem).

O problema social da organização é um problema, em última análise, de relações humanas. A coexistência de homens que trabalham em conjunto vem gerar inúmeras questões de relações sociais e, do ponto de vista organizacional, o que se procura fazer é valorizar o trabalho. Desse modo, o processo de trabalho passa a ser um problema de gerência, de como o trabalho deve ser executado.

Esses três aspectos delineiam a existência formal da organização do trabalho. Porém, se admitirmos essa existência formal, devemos também admitir a existência de leis que a regem. E, comumente, o que ocorre, de um lado, é o não esclarecimento da organização informal, ou a organização cotidiana, de dia a dia. Numa analogia não muito autêntica, o iceberg aparente seria a organização formal e a parte submersa, a organização informal. Portanto, caso não haja a existência de certas normas no tocante à parte informal, a organização como um todo poderá sofrer abalos. Por outro lado, se a capacidade humana de organizar é algo que sempre existiu independentemente da modernização administrativa, o termo organizado sempre teve seu uso ligado com a conotação do racional, e o termo desorganizado com a conotação do irracional na noção da organização formal, que muda de conotação de época a época, esquecendo-se do peso maior que é a parte informal.

Aceitando-se a afirmação de que a sociedade industrial se caracteriza pelas organizações, é justificável a preocupação voltada a elas. Também é inegável a importância do papel das organizações pelos vários fatores subjacentes e conseqüentes. É sabido que passamos a maior parte de nossas horas diárias numa organização e, portanto, torna-se evidente que o homem é controlado por suas relações inter organizacionais. Assim, surge a tese de que elas são fontes alimentadoras da alienação humana. A sua primeira evidência é que, hoje em dia, as organizações desempenham um papel ativo e sem precedentes no processo de socialização do indiví-

duo. E mais, não só quanto ao indivíduo mas, também, essas próprias organizações tentam transformar-se na sociedade, como agentes de mudança em duplo caráter. Se, nas sociedades pré-industriais, as organizações formais tinham muito pouca participação no processo de socialização do indivíduo, pois era sob influência dos costumes e tradições que o homem adquiria a visão particular do mundo e os padrões de comportamento, nas sociedades industriais as organizações formais adquirem um caráter instrumental e, principalmente as organizações de caráter econômico, assumem papel central no processo de socialização. E mais: hoje, ninguém está livre do planejado condicionamento fornecido pelos sistemas formais' de organização.

Para se aprofundar nas questões acima colocadas faz-se necessário rever alguns tópicos ensinados na disciplina organizacional que veremos a seguir.

* TENDÊNCIAS GERAIS DA TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES

Nos dias atuais, quase todo o Trabalho é efetuado em organizações, o Trabalho é um trabalho organizacional, trabalho compartamentalizado (20). Muitos teóricos, tanto da área organizacional quanto da sociologia, têm mostrado nas suas pesquisas a relação alienante como decorrência desse compartamentalização. O destino alienado dos indivíduos organizacionais tem sido debatido e discutido pelas inúmeras pesquisas. Se o trabalho nas organizações para a maioria dos indivíduos é rotineiro, normativo, repetitivo, pouco criativo, carregando-os para a esfera da alienação, isto não quer dizer que nas sociedades pré-industriais (pré-organizacionais) o trabalho não tenha sido alienante. A teoria marxista nos mostra o germe da alienação do trabalho.

O esforço empregado nos estudos das organizações não muda a essência da alienação. As tentativas de ajustamento das formas de organização não são para transformar a relação trabalho-alienação. O que alguns teóricos organizacionais! sugerem é a mudança do foco visual, a utilização da organização para atingir um objetivo comum e universal, como justiça social, estabilidade econômica, etc. mas, a partir do

(20) Guerreiro Ramos, A. - A nova ciência das organizações. RJ, FGV, 1981.

momento em que o consenso geral da sociedade contemporânea gira em torno da organização, o que no fundo se procura é o ajustamento entre os diversos fatores que influem na composição da organização de trabalho.

As diversas tentativas desses ajustamentos podemos denominá-las como tendências gerais da teoria das organizações. Mas, apesar de essas tendências estarem ligadas à uma ciência, que é a ciência das organizações, na maioria das vezes elas são influenciadas mais pela conjuntura sócio-polí-tica e cultural do que por determinações científicas.

Podemos distinguir cinco grandes blocos de orientações específicas de meios e atividades determinados, que servirão de linhas diretivas para outras derivações.

1. Tendência americana da teoria das organizações.

Orientação voltada para as grandes organizações com investimentos maciços em equipamentos e tecnologia objetivan-do o aumento do rendimento humano na produção. Apesar de serem consideradas as restrições de tamanho, estrutura, tecnologia, condições de mercado, variável ambiental, as ca-racterísticas organizacionais sofrem pequeno limite de variação.

2. Tendência francesa da teoria das organizações.

Orientação voltada para o trabalho em si e para a formação do trabalhador enquanto um profissional. Este tipo de orientação visa a assegurar sistemas de formação de adul-tos enquanto profissionais capazes de satisfazer às neces-

sidades das organizações, para com isso assegurar o seu desenvolvimento econômico.

3. Tendência alemã da teoria das organizações.

Orientação voltada à uniformização, à normatização das ações coletivas com o intuito de assegurar-se a disciplina coletiva canalizada para a produção.

4. Tendência soviética da teoria das organizações.

Orientação voltada à eficácia na especialização de tarefas e na produtividade individual (Stakanovismo).

5. Tendência japonesa da teoria das organizações.

Orientação voltada à homogeneização de valores e crenças e à filosofia da organização; homogeneização de caráter normativo voltada à criação e reforçamento de meios simbólicos visando a assegurar a disciplina (teoria Z).

Em outras palavras, podemos dizer que essas tendências retratam, na verdade, as diversas fases pelas quais a sociedade se transforma. Lapassade (21) resume essas mudanças em três fases distintas A, B, e C. A fase A é a fase da sociedade industrial e capitalista do século XIX onde as organizações de operários se fundam nos ofícios apesar do grande

(21) Lapassade, G. - Grupos, organizações e instituições. RJ, Francisco Alves, 1977, capítulo 1.

desenvolvimento do trabalho parcelado e onde os operários organizam os sindicatos e desenvolvem reivindicações de "gestão direta". No entanto, os trabalhadores desse século, em seu conjunto, não são representados por meio de uma organização de massa. O modelo teórico dessa fase é o de Alain Touraine e suas principais correntes são Fourieur, Pages, Prodhon, Saint-Simon, Comte, alguns deles denominados como precursores da teoria da administração. Cabe ressaltar que nas organizações desse século não se colocava ainda o problema da burocracia. Só a partir do começo do século XX, as grandes empresas industriais se burocratizam, marcando o início da fase B. Para o autor, as teorias clássicas da administração de Taylor e Fayol nada mais são do que a burocratização do próprio ato do trabalho onde o movimento de gestos é calculado, medido, decidido, levando a alienação a seus limites mais extremos. Vigora a separação de trabalho mental e manual, e a separação está em toda parte: na organização de trabalho, nos escritórios, no Estado. O movimento da crítica das burocracias industriais se dá com a "lei de aço das oligarquias" em 1912, seguida pelo movimento marxista em 1917, e culmina na prática com Mayo em 1924, quando é colocado o problema das relações humanas na empresa.

A passagem histórica para a fase C tem bases tecnológicas e é levada em seu movimento pela modernização das técnicas, pelo desenvolvimento da automação e pelas transformações das indústrias modernas e, também, pelas formas de gestão. E esse movimento se coordena ele próprio com as transformações econômicas da sociedade neocapitalista, com

as variações na composição do capital. Esse movimento implica basicamente no aparecimento de uma "nova classe operária" que modifica a doutrina e a estratégia sindical onde, nos sindicatos de novo estilo, em comparação com a de fase anterior, a existência de frações de oposição tende a desaparecer: o que resta e permanece são conflitos pelo poder no seio da modernização no interior das direções burocráticas. Portanto, não se trata de conflitos entre a "base" e o "aparelho" (visto já não ser oposição), mas de contradição no interior do próprio "aparelho".

Em resumo, a história das teorias e das técnicas de organização passou por três fases:

- 1) fase de racionalismo mecânico (Taylor e Fayol);
- 2) fase que começa com Mayo (relações humanas) e prolonga-se, por um lado, com Moreno (sociometria) e Lewin (dinâmica de grupo) e, por outro, com a análise das funções burocráticas, principalmente por Merton, Selznick e Gouldner;
- 3) fase que se caracteriza por um neo-racionalismo (March e Simon) e pela ênfase aos problemas e relações de poder (Crozier).

Em termos de plano de produção, as mudanças mais significativas foram, primeiro, o desenvolvimento da técnica de produção em massa e, segundo, o surgimento de grandes organizações industriais, com investimentos consideráveis em equipamentos e tecnologia visando ao aumento do rendimento humano na produção.

A produção em massa se deveu, na prática, a Henry Ford que utilizou esse princípio na produção de automóveis na fábrica de Detroit (22). Pelos seus livros "Minha vida e minha obra" e "Hoje e amanhã", podemos deduzir que eles se assentam num princípio básico que é o ritmo e em três princípios complementares (23): da produtividade, da intensificação e da economicidade, estando os dois primeiros ligados ao fator tempo e o terceiro ao fator material. Ford preconizou idéias referentes não só à organização material do trabalho como também às tarefas administrativas do empregador visto suas atividades se processarem sempre dentro do conjunto do campo produtor. Pode-se dizer que o sistema Ford se preocupa não só com a matéria mas, também, com o operário. Visando ao máximo de rendimento no trabalho com um mínimo de energia, e procurando evitar a "surmenage", introduziu no processo de trabalho o conceito de ritmo. No fundo, é a racionalização existente em Taylor traduzida em termos de produção em massa. A idéia de evitar o desperdício material, de energia e de tempo é uma constante nesses autores. O que varia é a forma de remuneração dada ao trabalhador. Ford estabeleceu uma remuneração fixa para cada categoria ou função, ob

(22) Cantanhede, C. - Organização de Trabalho. SP, Atlas, 10ª edição, 1981, pp 61-68.

(23) Guida, F.A. - Panorama geral da administração. RJ, Campus, 2ª edição, 1983, pp 99-101.

rigando os trabalhadores a realizarem uma determinada tarefa imposta dentro de período de tempo estabelecido pela organização, enquanto que Taylor atribuiu a cada trabalhador o seu "estímulo". Esse estímulo era visto como "imoral" por Ford pois o estímulo não devia ser em função de ganhos monetários mas, sim, ser utilizado para fornecer ao trabalhador um auxílio nas suas atividades, fazendo-o sentir que era uma parte integrante de um todo que só funcionaria harmonicamente caso houvesse uma cooperação geral. As características básicas do fordismo são: prestação de um serviço à comunidade, tarefa social do empregador, operário-consumidor, trabalho em cadeia, salários elevados. Essas características provêm do fato de ter sido o sistema 'Ford desenvolvido em torno da fabricação de um único tipo' de produto, e posteriormente utilizado como um princípio básico para a produção em massa de todas as atividades manufatureiras. Esse processo tal como é empregado nas fábricas tem duas grandes implicações (24): primeiro, depois de um treinamento simples, qualquer indivíduo é capaz de executá-lo. Assim, deixam de existir tarefas especializadas visto que a unidade de trabalho não é o produto e sim' uma só operação ou inclusive um só movimento. Segundo, o trabalhador é completamente alienado do produto e dos meios de produção. Assim, o trabalhador nada pode fazer sem

(24) Drucker, P. - The practice of management. NY, Harper & Brothers, 1954.

pertencer a uma organização de trabalho. Nesse sistema, muito mais que o próprio trabalhador, a organização barganha para si o terno produtividade.

Pfiffner (25) sugere, em linhas gerais, um quadro de tendências na teoria da organização que reproduzimos abaixo. Para o autor, a teoria tradicional da organização baseada na teoria do mercado tende a desumanizar o indivíduo e pulveriza uma única variável (ou um único padrão de valor): eficiência ou produtividade, afastando outras variáveis relevantes do estudo do comportamento da organização. Verifica também que o pensamento atual em teoria da organização, apoiada na idéia de organização formal em Weber, é a concepção da organização como uma entidade social.

(25) Pfiffner & Sherwood - Organização Administrativa. SP, Importações de livros, 1965, pg 109.

TENDÊNCIA NA TEORIA DA ORGANIZAÇÃO

(rápido exame)

DE

PARA

Tradicionalismo

Dinâmica social

Hierarquia tarefa-serviço

Processo social

Eficiência como processo me-
cânico

Eficiência como processo
humano

Organização como 'estrutura'
burocrática

Organização como insti -
tuição social

Controle por meio do coman-
do

Controle por meio de co-
municação

Autoridade de cima para bai-
xo

Autoridade do grupo

Liderança por autoridade

Liderança por consentimen-
to

Decisão como ato individual,
altamente centralizado

Decisões como colegial,
situacional

Mudança tecnológica por or-
dem

Mudança tecnológica por
consulta

Incentivo social ou finan-
ceiro

Incentivos sociais e fi-
nanceiros

Tarefa como subsistência

Tarefa como experiência '
satisfatória

Planejamento como técnica
de crise

Planejamento como proces-
so formalizado

Informação incompleta e de-
morada

Informação completa e cor-
reta

Dicotomia de programação e
administração

Contínuo de programação e
administração

Lucro com pirataria

Lucro com responsabilidade
social

Fonte: Organizado por Emery E. Olson segundo materiais prepa-
rados por John M. Pfiffner, com algumas modificações.

Por último, devemos atribuir aos autores March e Simon o caráter de cientificização da teoria da administração, ou seja, a possibilidade de se pensar em teoria da administração como um campo científico. As tentativas anteriores de se pensar na administração como uma identidade autônoma e separá-la de outros campos de estudo são quebradas por James March (26) quando menciona áreas acadêmicas gerais enquadradas na teoria moderna da organização e apresenta uma síntese das contribuições científicas utilizadas na teoria das organizações. A partir das contribuições dos autores acima podemos efetivamente discutir a administração como ciência e, em específico, a teoria da organização.

Em termos dos movimentos acadêmicos das tendências administrativas, apresentamos um quadro progressivo das diversas escolas.

(26) March, J. - Handbook of Organizations. Chicago, Rand MacNally, 1965.

ESCOLA DE PENSAMENTOS ADMINISTRATIVOS (*)

ESCOLA DE PENSAMENTOS	MÉTODOS	ÊNFASE	REPRESENTANTES
Tradicional	Baseado no estudo funcional da sociedade	Organização de trabalho como correlatos sociais da divisão de trabalho (a)	Max Weber Émile Durkheim Talcott Parsons
Clássica	Introdução do método científico ao estudo funcional do trabalho	Observação sistemática da produção, aos problemas imediatos da gestão, com ênfase na eficiência operacional	Taylor Fayol
Relações Humanas	Introdução do método empírico ao estudo de casos	Organização de trabalho como microcosmo social, uso de variáveis explicativas a nível individual e grupal, apelo à dinâmica de grupo (a)	Mayo
Comportamental	Estudo das relações interpessoais, relações culturais, comportamento social, grupal e individual	Ênfase ao comportamento interior da organização de trabalho. Aspectos humanos: necessidades, motivação, liderança, dinâmica de grupo	Maslow Herzberg McClelland Argyris McGregor

ESCOLA OU ABORDAGEM	MÉTODOS	ÊNFASE	REPRESENTANTES
Matemática ou Quantitativa	Baseado no estudo teórico do ótimo, uso de fórmulas e modelos matemáticos	Matemática como instrumento de resolução aos problemas quantitativos da organização, pesquisa operacional (c)	Morgenstern (b)
Psicossociológica ou Behaviorista	Baseado no estudo da sociologia como reação à abstração matemática	Ênfase ao comportamento exterior da organização, atividade como um conjunto dinâmico de processos interdependentes, conjugados em função de um fim definido que é o processo social (c)	Herbert Simon James March
Ciência da tomada de decisão	Conceitos econômicos, utilidade marginal, risco e incerteza	Ênfase na tomada de decisão e de quem as toma na organização (c)	Simon March
Neoclássica	Método empírico, dinâmica industrial de Forrester, direção participativa por objetivos	Ênfase aos problemas concretos do trabalho e da gestão	Peter Drucker Sloan
Funcionalista	Método empírico no estudo de casos, método político a nível organizacional	Ênfase aos problemas de disfunção da organização burocrática, ligação entre micro e macro análise nos estudos sócio-organizacionais, paradigma do conflito sócio-político	Merton Selznick Gouldner Etzioni Blau

ESCOLA OU ABORDAGEM	MÉTODOS	ÊNFASE	REPRESENTANTES
Sistêmica	Teoria geral de atividade e sistemas	Ênfase na síntese do aspecto técnico e humano integrados num fluxo produtivo	Ludwig Von Bertalanffy Miller & Rice Boulding West Churchman
Integrativa	Sistemas e modelos de contingência	Ênfase na integração de funções com comportamento individual, grupal e organizacional	Burns & Stalker Joan Woodward Lawrence & Lorsch

(a) Bertero, C.O. - "Organização formal e sociedade" in Estudos e Pesquisas CEBRAE nº 1, 1978

(b) Ver outros nomes em Perel (org) - Teoria e prática de administração. Petrópolis, Vozes, 1974

(c) Ver Guida, F. A. - Panorama geral da administração. RJ, Campus, 2ª edição, 1983.

(*) Baseado em Robbins, Stephen P. - O processo administrativo: integrando teoria e prática. SP, Atlas, 1978, pg 68.

DIFERENTES ABORDAGENS DA CONCEPÇÃO HUMANA NAS
TEORIAS DAS ORGANIZAÇÕES

CAPITULO 4 : DIFERENTES ABORDAGENS DA CONCEPÇÃO HUMANA NAS TEORIAS DAS ORGANIZAÇÕES

A teoria das organizações surge num contexto conjuntural muito peculiar, contexto onde os vários fatores marcantes se interagem e se hibridam dando forma mesclada a um regime político pseudoliberal, uma economia de laissez-faire, uma valorização de meios racionais de produção e um paradigma do homem utilitarista. Mas o foco central para a tendência originária das teorias das organizações foi a Revolução Industrial. Até podemos dizer, num extremo, que a Revolução Industrial foi um marco. Um marco histórico para uma nova sociedade, uma sociedade industrial que, já ao nascer, fixou certas condições as quais, do ponto de vista individual, trouxeram muitas desvantagens para o trabalhador individual e, do ponto de vista geral, muitas para a sociedade como um todo.

Até o advento do sistema capitalista e como uma das consequências das mudanças associadas à Revolução Industrial, ao nível político de forma geral, a sociedade estava centrada na questão da "formação da sociedade liberal", procurando firmar certas relações político-sociais já existentes e adequá-las às mudanças oriundas da Revolução Industrial e, ao nível ideológico, ocorreu a preparação do quadro propício para "processos revolucionários" tomando como paradigma a Revolução Francesa (1).

(1) Ver Falcon & Moura - A formação do mundo contemporâneo. RJ, Campus, 1983.

Nesta dimensão ambiental, o trabalhador individualmente estava latente à angústia e ao sentimento de insegurança inerentes a uma sociedade onde vigorava a economia de *laissez-faire* e, portanto, altamente competitiva em que a condição do indivíduo como trabalhador sofria um grau de variação regida pelo "humor" do mercado.

Paradoxalmente, nas sociedades pré-industriais as relações sociais entre as diversas camadas sociais eram muito mais translúcidas e fáceis do que nas sociedades industriais, apesar da sua rigidez na estrutura social que, à primeira vista, poderia iludir no diagnóstico da relação. Em primeiro lugar, nelas, as relações sociais de cada indivíduo estavam rigidamente definidas, todos conheciam o seu respectivo lugar na hierarquia social; em segundo, eram conscientes da finalidade da sua posição social (2) e, em terceiro, as condições de ascensão na escala social eram raras ou nunca oportunas, fazendo com que as pretensões a elas não tentassem em demasia os indivíduos. As sociedades pré-industriais se configuravam pelos sistemas sociais onde as desigualdades eram aceitas, por ambas as partes das camadas, sem maiores discussões, como "destino". Cada indivíduo ocupava um lugar praticamente fixo (salvo raríssimas exceções) na estrutura social, ordenado e transparente, com suas fronteiras demarcatórias visíveis. Assim, a noção da liberdade, da fraternidade e da igualdade na relação intercamada social, além da intracamada, eram possíveis dentro das delimitações sociais dadas pelo sistema até se tornarem hostis e impossíveis, desde que a

(2) Ver a página do presente trabalho.

Revolução Francesa detonou o questionamento da idéia da ordem natural pré-destinada.

Com a sociedade industrial surge um indivíduo diferente. Em primeiro lugar, aparece a possibilidade de ele ascender e descender na escala social sem levar em conta acidentes de ordem natural, como a origem social ou o grupo étnico. Nesse sistema social concede-se o "direito" às pretensões da ascensão social e às ostentações materiais derivadas da economia de laissez-faire, gerando ambas a mobilidade social e a insegurança individual. O indivíduo não possui mais um lugar "fixo" na estrutura social. Neste sistema, o indivíduo é deixado inteiramente a si, cada um se sentir isolado e contra si ao mesmo tempo: o que obtém, como obtém, seu sucesso, seu fracasso são fatores que só a ele competem. Desse modo, adquire o hábito de pensar sobre suas atitudes e de racionalizá-las em torno de aquisição de bem material; o seu bem estar social origina-se do bem-estar material. Em segundo lugar, e como consequência, o sistema industrial favorece o processo de individualização. É a criação máxima da nova forma social: a "conquista" da individualidade (3).

Assim, na sociedade pré-industrial, o processo de socialização do indivíduo se dava através da influência dos costumes e das tradições, a partir dos quais o homem adquiria a sua visão particular do mundo e os padrões normativos do

(3) Ver o capítulo 2 da Parte I.

comportamento, onde o homem só era consciente de si mesmo a penas como membro de uma família, corporação e comunidade , através das quais, numa categoria geral, adquiria o ethos, e aprendia a tronar-se membro da sociedade pela participa - ção nestas instituições. Por outro lado, na sociedade in - dustrial, o processo de socialização sofre participação in - tensiva das organizações formais e o desenvolvimento do in - dividualismo corre paralelo às esferas sociais e culturais, e à esfera econômica valorizada pela visão utilitarista. Di - ante disso, os indivíduos, que existiam como membros de um grupo social, começam a ser simplesmente só eles mesmos.

Por outro lado, é inegável que a Revolução Industrial trouxe com ela muitas vantagens para a sociedade como um to do. Com o indiscutível progresso científico e técnico ori - unda da Revolução Industrial, a história da humanidade con - frontou-se, pelo menos teoricamente, com a possível satisfa - ção das necessidades primárias e básicas da população. No - ta-se com o tempo um crescimento gradual do nível de vida da população. Este crescimento foi devido fundamentalmente às novas demandas materiais e sempre crescentes, e aos no - vos meios de satisfazê-las. Se, de um lado, a sociedade in - dustrial teve condições efetivas de satisfazer as necessida - des básicas dos indivíduos, de outro, ela valorizou o pro - cesso de individualização e do princípio da liberdade pesso - al e sempre se mencionou este processo como um aspecto da característica do sistema social. Porém, de forma dialéti - ca, ao estimular a liberação do indivíduo, o processo aju - dou a eliminação de todos os laços que uniam os indivíduos'

desde os de caráter simbólico até os de caráter normativo, e a separação do indivíduo de seu "meio", isolando-o psicologicamente. Este isolamento do homem na sociedade industrial (4) é o foco ou pelo menos a fonte geradora das muitas inquietações, frustrações e insatisfações do indivíduo na organização formal onde está inserido como trabalhador.

Com o desenvolvimento do processo de produção, as pequenas organizações de trabalho sentiram a necessidade de expansão (no primeiro instante, a nível da estrutura) e de crescimento. Aos poucos, as pequenas organizações ou corporações do tipo guildas se dissolvem com a finalidade de aumentar e concentrar o capital necessário para aquisição de máquinas e equipamentos (5). E só no "factory system" é que se iniciou a verdadeira produção em grande escala e, como consequência natural, este sistema fabril requisitou ofertas de capital e trabalho em escalas proporcionais à produção. No início do período de transição do sistema produtivo de "putting out system" para o "factory system" até à indústria moderna, os operários foram despojados de suas pequenas aldeias, onde a

(4) Ver Marcuse, H. - O homem unidimensional. RJ, Zahar, 1979.

(5) Ver Braverman, H. - Trabalho e capital monopolista. RJ, Zahar, 1977.

sua comunidade estava calcada na organização familiar, para centros industriais em expansão, e mulheres e crianças trabalhavam com os homens durante a jornada extensa e viviam entre a miséria e o limite da condição subumana (6). As primeiras cidades com configuração industrial tinham muito pouco a oferecer aos trabalhadores e sua família em termos da infra-estrutura e, em consequência, as condições de vida dos trabalhadores se reduziam a um nível baixíssimo. Nem a cidade nem a fábrica ofereciam estruturas para atender às mais elementares necessidades da população. A única atividade e lógica que regiam essas cidades industriais era a produção. Com este imperativo, o Trabalho foi arrancado de forma violenta do seu posto e função social, deixou de ser parte integrante da vida do indivíduo como preconizavam os clássicos, em especial Hegel e Marx, vistos anteriormente. O Trabalho perdeu todo o seu sentido social e humano (cunho humanitário), já não sendo mais um processo no qual participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza, nem um ato voluntário enquanto momento de confirmação do homem como ser vivo. Agora, o Trabalho se converteu em uma odiosa atividade que se evitava sempre que possível.

(6) Ver Marglin, S. - "Origens e funções do parcelamento de tarefas" in Gorz, A. (org) - Divisão social do trabalho e modo de produção capitalista. Lisboa, Pub. Escorpião, 1977.

Um fator que contribuiu, embora não diretamente, de forma intensa, para o desvinculamento do Trabalho Humano da sua posição social foi a dificuldade prática em se obterem novos equipamentos e máquinas em substituição aos antigos desgastados ou inutilizados. Por isso, durante os primeiros anos da Revolução Industrial, cuidava-se melhor deles do que dos trabalhadores, visto que estes últimos podiam ser mais facilmente substituídos, caso se tornassem de alguma forma inúteis ao processo da produção (7).

Um freqüente subterfúgio, de ordem usual, para justificar a degradação do Trabalho humano, apresentado pelos capitalistas, baseado na teoria marxista, era dizer que eles não tinham comprado o trabalhador senão apenas o seu trabalho, sua força de trabalho e que, se o preço pago à mesma não acobertava condições de vida do trabalhador, isto não lhes concernia. Outra isenção da culpabilidade foi a utilização do protestantismo como uma justificação ideológica do capitalismo: um homem deve desempenhar bem e intensamente sua ocupação remunerativa, não porque a necessidade humana a leva até ela, mas porque a sua "voluntariedade" se impõe, is

(7) Marglin mostra que, depois da primeira geração dos operários, as eventuais dificuldades em adestramento eram já vencidas e que a grande maioria dos indivíduos no meio urbano não tinham outra opção a não ser a de trabalhar nas fábricas.

to é, a dureza do seu trabalho é signo de virtude e fonte de satisfação pessoal (8). Mais ainda, a idéia do trabalho árduo como dever, que leva em si sua recompensa intrínseca, é atributo típico do homem em uma sociedade industrial.

Amparados fortemente pelos estudos de Weber sobre a conduta econômica dos indivíduos das sociedades industriais - a conduta esta que parece ter um conteúdo ético próprio visto que, por ser econômica, se trata de uma probabilidade pré-calculada e que se mostra como uma tendência que parece típica da sociedade industrial e, ao mesmo tempo, um atributo do comportamento individual, decorrente do processo de socialização e da individualização, que parece universal - , os capitalistas procuram substituir a noção do "preço justo" da força de trabalho de Marx (9) pela idéia de que o preço de uma mercadoria específica, a força de trabalho, era o que se podia pagar pelos ditames do mercado geral, ou seja, o salário do indivíduo era o que se podia obter em um mercado competitivo de laissez-faire. Eles comprovam a legitimidade dessa idéia na própria indagação inicial de Weber na Ética Protestante quando se pergunta de onde surge a idéia que impõe ao homem ocidental o dever de trabalhar em sua vocação (10). Weber, em busca da resposta, chega à relação entre a

(8) Bendix, R. - Max Weber. Buenos Aires, Ed. Amorrortui, s/d, pg 85.

(9) Ver o capítulo 1 da Parte I do presente.

(10) Weber, M. - A ética protestante e o espírito do capitalismo. SP, Pioneira, 1981, pp 11 e 26.

religião e a sociedade, e compara a ética de diversas doutrinas religiosas demonstrando que algumas éticas religiosas têm um efeito de aceleração e, outras, de retardamento sobre a "racionalidade da vida econômica" (11). A ética religiosa que tem um efeito de aceleração sobre a conduta econômica é a ética protestante. Daí compo o que ele chama de "espírito do capitalismo" que é diferente da atividade econômica chamada "tradicionalismo" (12): no "espírito do capitalismo" o Trabalho deve - ao contrário do "tradicionalismo" - ser "executado como um fim absoluto em si mesmo, como uma "vocação". Tal atitude, todavia, não é absolutamente um produto da natureza. Ela não pode ser provocada por baixos salários ou apenas salários elevados, mas somente pode ser o produto de um longo e árduo processo de educação. Estando com o domínio das rédes nas mãos, o capitalismo, hoje, pode, em todos os países industriais, recrutar sua força de trabalho com relativa facilidade. No passado, este era sempre um problema extremamente difícil" (13).

(11) Ver principalmente a pg 50: "... o desenvolvimento do espírito do capitalismo seria melhor entendido como parte do desenvolvimento do racionalismo como um todo, e, poderia ser deduzido da posição do racionalismo quanto aos problemas básicos da vida".

(12) Ver o exemplo do próprio Weber na pg 40.

(13) Weber, M. - A ética protestante e o espírito do capitalismo. pp 39-40 e sobre a vocação ver pg 57.

Condizente com o "espírito do capitalismo" e da estratificação social da sociedade industrial, a noção resultante do homem "econômico" da Ética Protestante - que é motivado ' exclusivamente pelos polos extremos, pelo prazer e pela dor (14) - é convertida em "dogma onipresente" aos indivíduos que nela encontram a lei inevitável de toda a sua conduta ' social e a justificativa moral de todo ato de cunho racionalmente econômico direcionado para o próprio interesse. É justamente este dogma direcional da conduta social que Marx questiona com base no código moral da humanidade: que lei inexorável determina que um se aposses do produto do trabalho alheio?

Se no fim do processo de Trabalho aparece um resultante ' que já existia idealmente na imaginação do trabalhador e se ele não apenas transformou o material sobre o qual operou ' mas, também, imprimiu ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constituiu a lei determinante ' do seu modo de operar e ao qual teve de subordinar a sua ' vontade (15), o resultante, o produto é um valor de uso, um

(14) Apesar de Weber não aceitar a comparação de Offenbacher, no tocante à idéia do alheamento do mundo católico e da materialística alegria de viver do protestantismo (Weber, M. - A ética protestante e o espírito do capitalismo, pp 23-24), ele próprio sugere que "se se quiser trabalhar com elas, deverão ser acrescentadas, às já apresentadas, algumas observações que surgiram, que o suposto conflito entre o alheamento do mundo, o ascetismo e a devoção eclesiástica, de um lado, e, a participação na vida industrial do capitalismo, de outro, possam vir a estruturar-se numa íntima relação de afinidade". (pg 25).

(15) Marx, K. - O Capital, capítulo 5: "processo de trabalho e processo de produzir mais-valia".

material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma que, no sistema industrial, a priori, pertence a outro. Se o produto do seu trabalho não pertence a ele mas ao outro, é porque existe a "lei" da propriedade privada provocada pelo trabalho alienado (16).

Homens em sociedade exercendo uma atividade são pressupostos para qualquer época histórica, ou seja, isto é o comum, o indeterminado - porque é uma abstração e através da abstração Marx pretende mostrar e individualizar o "comum" a qualquer momento histórico, o comum a quaisquer formas sociais de produção - que pode ser localizado em qualquer época histórica. A especificidade que aparece historicamente vai depender da relação (isto é, do caráter da relação) que o homem mantém com a natureza. Por exemplo: em qualquer forma social, tem que necessariamente existir uma relação de apropriação, mas o tipo de relação mantida é historicamente determinado. Também através dessa relação se situa historicamente a relação sujeito-objeto, ou seja, homem-natureza, homem-homem. Assim, a propriedade privada é uma relação de apropriação específica de uma época histórica, relação de apropriação da sociedade capitalista.

(16) Ver a página 17 do capítulo 1 deste trabalho.

Mas, por outro lado, numa análise marxista (17), a produção é o ponto de partida para qualquer análise de uma sociedade. Se tomarmos a produção como sendo o modo articulado que constitui os momentos onde se destacam o consumo, a distribuição, a circulação, vemos que não podemos falar em produção sem levar em conta os seus momentos, apesar da aparência de que eles próprios a precedem pois todos eles constituem momentos da produção.

A produção é o próprio núcleo articulador da sociedade enquanto articulada. E a forma de produção determina suas próprias relações de direito, formas de governo. Ela, a produção, determina a reprodução; determina as relações de produção específica; determina as relações sociais de produção. Além disso, a própria forma de produção determina a distribuição específica.

Na relação geral da produção com seus momentos, vemos que a produção cria os objetos que correspondem às necessidades humanas; na distribuição reparte-os de acordo com as leis sociais; na troca (ou circulação), reparte de novo o que já estava distribuído segundo a necessidade individual, ou seja, fornece-lhe, ao indivíduo, os produtos particulares em que queira converter a quantia que lhe coube pela distribuição e, finalmente, no consumo, o produto desaparece do mo-

(17) Ver Marx, K. - Introdução à crítica da economia política.

vimento social, convertendo-se diretamente em objeto e em servidor da necessidade individual, satisfazendo-a no desfrute. Assim, a produção, a distribuição, o intercâmbio, o consumo constituem diferentes momentos dentro de uma unidade. São elementos de uma totalidade.

Uma forma determinada de produção determina formas determinadas de consumo, de distribuição, de troca assim como 'relações determinadas destes diferentes fatores em si. Por outro lado, a produção também é determinada por outros momentos: quando a esfera de troca se estende, a produção ganha em extensão; se a distribuição sofre uma modificação, modifica-se a produção, etc... Ocorre, assim, uma reciprocidade de ação.

No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre o qual atua por meio instrumental de trabalho. O resultado é um valor de uso, o produto, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança 'de forma. Observando-se todo o processo do ponto de vista do produto, evidencia-se que meio e objeto de trabalho são meios de produção e o que antes se manifestava em movimento do lado do trabalhador é agora uma qualidade fixa do lado do produto, isto é, o trabalho se incorpora ao produto final. Conseqüentemente, o trabalho é um trabalho produtivo e o valor de uso, que é produto de um trabalho, torna-se, assim, meios de produção de outro, ou seja, o valor de uso pode ser considerado matéria-prima, meio de trabalho 'ou produto, dependendo inteiramente da sua função no pro -

cesso de trabalho, da posição que nela ocupa, variando com essa posição a natureza do valor de uso.

Os produtos de trabalho anterior são resultados, são condições de existência do processo de trabalho onde se realizam como valores de uso através de sua participação nesse processo. Quando os meios (instrumental) e objeto de trabalho já são produtos, o trabalho consome produtos para criar novos produtos e utiliza-se de produtos como meio de produção de novos produtos. Estes são elementos simples e abstratos do processo de trabalho, são comuns a toda forma de vida humana ou às suas formas sociais de vida, mas nada nos diz sobre as condições específicas de como o trabalho se realiza.

O processo de trabalho, que é produção de valor de uso, é, ao mesmo tempo, uma abstração e se concretiza numa forma social de produção que produz valor de uso. Existem duas formas sociais de produção: quantitativa, onde a produção é voltada para o valor de troca, e qualitativa, onde a produção é voltada para o valor de uso. Na segunda forma social, está em jogo a habilidade individual, que é variável, e na primeira, está em jogo a medida do valor, que não vai ser estabelecido pela habilidade individual, mas a partir do tempo de trabalho médio social. Por exemplo: na produção capitalista, o produto não é produzido em função da reprodução da sociedade como um todo, isto é, não há interesse na satisfação das necessidades e não se conhece o produto pelas suas qualidades inerentes. A produção visa à reprodu-

ção do capital e está baseada na escassez e não na satisfação das necessidades da sociedade (e nesse processo de produção os meios de produção correspondem à apropriação de mais-valia que representa o Capital Constante).

É por esse motivo que, do ponto de vista do capitalista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou. Assim, o processo de trabalho é um processo de consumo, um consumo produtivo (18) onde a força de trabalho só pode ser consumida se lhe forem adicionados os meios de produção. E o produto desse processo pertence-lhe do mesmo modo, o produto é propriedade do capitalista.

O capitalista vê o processo de trabalho como consumo da força de trabalho. No momento em que o capitalista paga o valor da força de trabalho, esta passa a lhe pertencer. Ao comprador da força de trabalho pertence o uso, e o vendedor apenas lhe cede o valor de uso do mesmo, que vendeu ao ceder seu trabalho. Assim, o produto da propriedade do capitalista é um valor de uso e produz tão somente valores de uso, apenas por serem valores de uso e enquanto forem detentores de valor de troca, ou seja, produz um valor de uso.

(18) O consumo produtivo distingue-se do consumo individual à medida que o produto desse é o próprio consumidor e o produto daquele é outro, distinto do consumidor.

que tenha um valor de troca (mercadoria) destinado à venda; produz uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias (meio de produção e força de trabalho); produz também um valor excedente.

Por um lado, do ponto de vista do valor, quando o capitalista compra a força de trabalho do trabalhador e este a devolve, ocorre a relação valor contra valor. Introduce-se , aqui, o conceito de valor de troca: o trabalhador vende a sua força de trabalho que insere um valor de troca. Na realidade, o que ocorre é que os custos do trabalho pretérito que se materializa em força de trabalho (valor de troca) e a quantidade de trabalho que pode realizar (valor de uso) , ambos constituem grandezas diversas. A força de trabalho , como valor de uso específico, consiste em fonte de valor e de mais valor do que tem. O vendedor da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso de posse agora do comprador.

Mas o que mede o valor é o trabalho médio , ou seja, a quantidade de trabalho socialmente necessário à produção. O valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Isto significa que influi no valor das mercadorias, além do trabalho nela imediatamente aplicado, a quantidade de tempo necessário socialmente para produzi-la, isto é, o trabalho e a quantidade de tempo necessário para a produção dos instrumentos através dos quais a mercadoria vai ser produzida. No caso, o trabalhador produz não só o tempo de trabalho para

se reproduzir mas, também, um sobretabalho, um trabalho excedente. E o capitalista, na verdade, compra esse trabalho excedente à medida que ele só remunera o trabalho socialmente necessário. Isto significa que o "quantum" pago pelo capitalista é para a reprodução da força de trabalho, seja ela especializada ou não, e também porque o "quantum" pago a cada um vai continuar sendo o necessário para a sua reprodução. Depreende-se daí que o que o valor representa é o "quantum" necessário para a reprodução dessa mercadoria (que é o que se paga), é o necessário para a reprodução daquela força de trabalho especializada ou a não especializada como classe, a manutenção de cada uma das classes. É por esse motivo que se diz que o preço que o capitalista paga é justo para a reprodução dessa força de trabalho, como mercadoria.

c0o

* HOMEM ECONÔMICO

A racionalização de duras realidades da sociedade industrial originadas pela Revolução Industrial e, ainda, a atualidade na crença da inegável e evidente exatidão penetram no pensamento do indivíduo como trabalhador na organização moderna de trabalho.

As primeiras organizações industriais de trabalho ensinaram aos seus trabalhadores que o trabalho era uma necessidade penosa e desagradável. Gerações de trabalhadores aprenderam a ser tratadas como "máquinas substituíveis" a qualquer momento, que "a mão-de-obra é a comodidade que se compra e de que se dispõe conforme convém à gerência" (19). Pfiffner refere-se ao "clima pré-democrático" das instituições industriais do século XIX, de onde se originou a teoria tradicional da organização, e comprova a legitimidade da sua observação pela nomenclatura da teoria: comando, controle, direção e comunicação por meio de canais. Segundo ele, o cunho autoritário dos conceitos derivam-se das instituições autoritárias tais como a corporação industrial do século anterior. A teoria tradicional a que se refere é a teoria taylorista da organização de trabalho.

(19) Pfiffner & Sherwood - Organização administrativa, pg 54.

Ainda que possamos encontrar referência bibliográficas esparsas em épocas anteriores, podemos dizer que a preocupação científica pelo trabalho manual e pelos seus problemas diretamente ligados ao trabalho é de origem recente. Aceitando a tese do Braverman (20) de que "o capitalismo industrial começa quando um significado número de trabalhadores é empregado por um único capitalista e tão logo os produtores foram reunidos, surgiu o problema da gerência em forma rudimentar" podemos dizer que o taylorismo começou com a investigação sistemática dos limites da eficiência dos trabalhadores. Se, de um lado, a organização industrial tinha uma idéia mais ou menos clara da quantidade de produção que podia esperar de uma máquina, por outro lado, ela não possuía um conhecimento delineado dos limites da capacidade produtiva dos trabalhadores. Assim, caso fosse possível estimar cientificamente o quanto de trabalho um operário capaz poderia produzir realmente, em uma dada operação (21), trabalhando de modo correto, a gerência teria um parâmetro a comparar e a estimar a eficiência dos outros operários numa operação similar. A gerência científica está, portanto, sintetizada nesses três elementos-chave: organização de trabalho com fundamentos em métodos científicos; seleção do ho

(20) Braverman, H. - Trabalho e capital monopolista, pg 61.

(21) Ou, na terminologia do Taylor, tarefas. Por exemplo, quando o autor faz distinção entre Administração por tarefas e Administração das tarefas (task management), esta última é a administração de acordo com tarefas individuais, previamente determinadas.

mem certo para o trabalho; instrução sistemática do trabalho nos métodos mais eficientes e nos movimentos mais econômicos para realizar o trabalho da melhor maneira. Ou pelas próprias palavras do Taylor (22): desenvolver para cada elemento 'do trabalho individual uma ciência que substitua os métodos' empíricos; selecionar cientificamente, depois treinar, ensinar e aperfeiçoar o trabalhador.

Na intenção de incrementar a eficiência e a produção de cada trabalhador, a organização científica de trabalho iria auxiliá-los sem que houvesse um incremento proporcional de gastos, para a organização, e de energia, para o trabalhador. 'Taylor realizou seus estudos visando à melhoria da técnica' na relação máquina-instrumento, colocando o trabalhador como instrumento e procurou no automatismo do trabalho organizado uma melhoria de execução. Nesse sentido, "a gerência científica significa um empenho no sentido de aplicar os métodos' da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle' do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão" e é, condizente, "uma ciência do trabalho de outro, nas condições do capitalismo, uma resposta ao problema específico de como controlar melhor o trabalho alienado, isto é, a força de trabalho comprada e vendida" (23).

(22) Taylor, F.W. - Princípios de administração científica. SP, Atlas, 7ª edição, 1976. pp 49, 83, 105, 118 e 119.

(23) Braverman, H. - Trabalho e capital monopolista, pp 83 e 86.

Com o aparecimento rudimentar da corporação industrial, lugar onde os trabalhadores se fixavam sob o mesmo teto, provenientes de diversas localizações geográficas, surgiu também, uma gerência com características administrativas rudimentares.

No início, essa corporação era apenas um aglomerado de trabalhadores que a pouco foi se desenvolvendo conforme a necessidade do capital e do objetivo do sistema que era a de produzir o máximo de excedentes para obtenção cada vez maior de lucro. Para que isto fosse alcançado era necessária a aquisição do total controle do processo de produção pois, nas corporações primitivas, do tipo domiciliar, o trabalhador - mestre com seus ajudantes era o único a possuir conhecimento sobre o processo de produção. Já nas corporações industriais esse conhecimento, no início, foi difundido a todos os trabalhadores e, posteriormente, diluído. Diante desse fato, o capitalista viu-se frente à necessidade de maior controle sobre o trabalhador. Mas, para que pudesse controlá-lo de forma eficaz, era necessário um conhecimento integral do trabalho executado ou até mesmo a diluição do processo em várias etapas. Surge, assim, a divisão técnica do trabalho.

O segredo do êxito das fábricas foi a divisão parcelar das tarefas (24). Se a divisão social do trabalho provoca a especialização de tarefas, pois divide a sociedade em ramos

(24) Marglin, S. - "Origens e funções do parcelamento das tarefas", pg 60.

distintos de produção enquanto que a divisão técnica de trabalho provoca o parcelamento de tarefas e divide o próprio trabalhador, tornando-o inapto a realizar um processo de produção completo, a divisão parcelar das tarefas reforçou a imagem do homem enquanto possuidor da força de trabalho, uma mercadoria, e fez com que ele fosse um cúmplice voluntário da sua própria degradação e exploração.

Apesar da defesa de Adam Smith em prol da divisão técnica de trabalho, a sua finalidade última não foi possível camuflar tão facilmente. É inegável que com o parcelamento de tarefas houve um barateamento da mão-de-obra e que, no final do processo, o custo variável tornou-se menor. Esta finalidade imediata do parcelamento de tarefas tornou-se conhecida como princípio de Babbage e é fundamental para a evolução da divisão de trabalho na sociedade capitalista (25). O próprio Fayol (26) reconhece que "a divisão de trabalho tem por finalidade produzir mais e melhor, com o mesmo esforço" e em consequência, tende à especialização das funções e à separação dos poderes. O capitalista para baratear o custo das mercadorias usa a divisão parcelar das tarefas mesmo que a mercadoria seja o homem. A organização da produção de acordo com esse princípio, com tarefas simplificadas, exerce um efeito degradador sobre a capacidade técnica do trabalhador.

(25) Braverman, H. - Trabalho e capital monopolista, pg 79.

(26) Fayol, H. - Administração industrial e geral. SP, Atlas, 1964, pg 31.

Assim, a gerência administrativa surgiu da necessidade do poder de agregar e de integrar em mãos mais restritas o monopólio dos processos de produção. Esse poder de unir para o campo administrativo todo o processo de produção de modo a ser controlado quase que exclusivamente pela gerência, o que antes era feito pelo próprio trabalhador, fez com que a gerência viesse a fluir de modo a dar ao campo intelectual e não ao campo manual o direito e a tarefa de manipular todo o processo em si.

O fator controle foi um aspecto fundamental da gerência e, com Taylor, ele adquiriu dimensões sem precedentes. Se no "putting out system" o fator controle era sobre o processo de trabalho e no "factory system" sobre o produto, o controle para Taylor era um fator "científico", isto é, rígido e rigoroso desde a atividade mais simples até à mais complexa, desde definir e controlar funções de trabalho até a de definir métodos de execução das operações. O fator controle devia ser não apenas no sentido formal mas, também, sobre o processo de trabalho, sobre cada fase do processo inclusive na execução de cada uma dessas fases. Taylor foi o principal autor do controle científico chamado da gerência científica. Taylor ocupava-se dos fundamentos da organização científica de trabalho, dos processos, do sistema de trabalho e do controle sobre ele. Na realidade, estava imbuído nos seus fundamentos científicos a noção de que gerência administrativa no fundo se traduzia em controle: gerenciar é controlar. E, como forma de amenizar o controle pessoa-pessoa, implantou a noção do controle científico,

que para Fayol se traduz como "a arte de lidar com os homens" (27).

A consequência da gerência científica, do uso desse método de controle, foi que a atividade que havia numa organização de trabalho eram agora planejadas, antes da sua execução. E a sua própria execução também sofria um planejamento científico.

A aplicação do controle da gerência científica coincide com a crescente industrialização e seus problemas consequentes. Tendo em vista essas consequências, a gerência científica visava, através de métodos científicos a resolver os problemas da gestão empresarial imediata. O conceito de controle adotado pela gerência científica exige que cada atividade na produção tenha seu paralelismo no centro da gerência; que cada uma delas seja prevista, pré-calculada, experimentada, comunicada, atribuída, ordenada, confirmada, inspecionada, registrada em toda a sua duração. O resultado é que o processo de produção é reproduzida em papel antes e depois de adquirida sua forma concreta.

(27) Fayol, H. - Administração industrial e geral, pg 71.

A imensa engenharia industrial e múltiplas divisões das organizações modernas têm origem no planejamento, avaliação e programação do movimento da gerência científica. Segundo Fayol, muitas pessoas desaprovavam o esquema total de um departamento de planejamento onde se planejava atividade dos trabalhadores e designaria quantidade de chefia para supervisionar e dirigir cada trabalhador em sua tarefa com base na divisão de trabalho. Porém, devia-se cuidar para que isto não tendesse a promover dependência ou mesmo comprometer a autoconfiança, a criatividade e a iniciativa dos trabalhadores. Para ele, a gerência administrativa desempenharia um papel de auxílio e meio para engrenar todo o processo de produção de forma a obter sempre o máximo de desempenho e eficiência produtiva. Para Fayol, ainda fazem parte desse quadro outros itens que indicariam e serviriam de parâmetros para que a gerência se desenvolvesse, tais como disciplina, autoridade e responsabilidade, unidade de comando, de direção, centralização, ordem, equidade, etc., nomeados como princípios de administração. Na realidade, tanto Taylor como Fayol procuraram nas funções da gerência uma adaptação do trabalho ao capital, sendo este a sua principal preocupação.

As primeiras investigações "científicas" de Taylor, ainda que muitas delas tenham alcançado algum êxito real, adotaram uma posição inegavelmente mecanicista ante seus problemas, acentuando o fator produção de uma forma demasiadamente exclusiva. A tentativa de amenizar essa postura foi a concessão de incentivos monetários em forma de salário.

rios mais altos para melhores trabalhadores, ou seja, acrescentar no seu aspecto de melhoria da técnica a relação entre salário e rendimento. Mesmo assim, para muitos, os métodos científicos de Taylor são meros artifícios para obter maior rendimento do trabalhador, individualmente, com menor custo. E a combinação dessa duas condições, maior rendimento (salários altos) e menor custo (preços de custo baixos) constitui o melhor indício do andamento futuro da empresa. Para este efeito, Taylor preconizou o que chama de princípios fundamentais (28) e suas regras científicas.

O que é de mais notável nos princípios e nas regras de técnicas, onde Taylor pretendia estudar métodos de trabalho e sistemas de racionalização de trabalho, não é tanto o seu conteúdo específico, mas o seu pressuposto que se funda com eles. Em cada experimento seu, do método indutivo, apoiava-se no pressuposto tácito de que a natureza humana possuía certas características que determinavam o comportamento geral dos homens: os homens, na sua maioria, encaravam o trabalho como uma atividade desagradável, eram virtualmente preguiçosos e só o receio da miséria e do desemprego forçava-os ao trabalho (29), e procuravam trabalhar o menos pos-

(28) Braverman faz a análise de três princípios. Ver Braverman, H. - Trabalho e capital monopolista, pp 103-109.

(29) Pfiffner & Sherwood - Organização administrativa, pg 55 e, Taylor, F.W. - Princípios de administração científica, pp 32, 34-40.

sível mas obtendo os maiores ganhos. Este modelo de homem é um pressuposto tácito porque, em primeiro lugar, é um postulado de Taylor e de seus seguidores - Escola Clássica - "que nunca chegou a ser realmente discutido pelos seus representantes. Estes simplesmente o aceitavam como verdade e, a partir daí, construíram todo um edifício teórico" (30) e porque, em segundo lugar, o modelo de homem econômico idealizado primeiro pelos fisiocratas tornou-se aceitável em suas linhas gerais.

Os fundadores e seguidores da gerência científica perceberam com o auxílio da concepção utilitarista e econômica da natureza humana que o homem enquanto trabalhador podia adotar-se "cientificamente" nos moldes do processo produtivo com o objetivo da máxima produção com o mínimo esforço. Conforme a hipótese da natureza humana adotada pela gerência científica, o homem econômico é competidor pela sua natureza, interessado somente no que diz respeito a si próprio, sendo a sua única preocupação a sobrevivência. Tal hipótese supõe que o homem é uma máquina (31) e, como tal, são perfeitamente previsíveis todos os seus mecanismos de fun -

(30) Para o mapeamento do homem econômico, ver Prestes Motta e Bresser Pereira em Introdução à organização burocrática, SP, Brasiliense, 1983, pp 173-187 ou, apostila de Bresser Pereira, "Duas escolas em confronto", 1963.

(31) Ver March & Simon - Teoria das organizações. RJ, FGV, 5ª edição, 1981, capítulo 2, pg 61.

cionamento e atuação. A única real diferença é que o homem-máquina é dotado, de alguma forma, de um órgão chamado mente. Porém, esse órgão é uma entidade imprecisa e não "obedece" a um comando "científico" de controle.

Para contornar essa imprecisão, a gerência científica separa em campos distintos a atuação do trabalho mental e trabalho manual. Com isso, torna-se possível total controle sobre o trabalhador e esse método de controle é denominado como gerência, sendo sua principal função o controle.

Mas, paradoxalmente, quando todas as cifras da produção da organização industrial foram somadas, por alguma razão elas deixaram a impressão de que a meta última desses esforços da máxima produção deixara um saldo negativo considerável, impossível de não se levar em conta. O resultado da canalização desses esforços para a máxima produção fora a criação de um processo mecânico ideal; porém, por outro lado, percebeu-se que uma organização não sobrevive a longo prazo a menos que satisfaça certos requisitos psicológicos, assim como as necessidades materiais imediatas dos seus trabalhadores.

A ideologia administrativa pelos moldes da gerência científica tem sido tradicionalmente autoritária através de seus mecanismos de funcionamento, tais como ordens de cima para baixo, programas elaborados na cúpula como se o saber apenas residisse no topo hierárquico e a comunicação se desse em um único sentido, com excessão dos relatórios sobre

os resultados da produção (32).

O ano de 1920 marca o começo de uma revolução ideológica da teoria das organizações. Durante a década de 20, com a realização das pesquisas empíricas em Hawthorne, surgem uma nova concepção da ideologia administrativa e um novo conceito da Organização de Trabalho como uma instituição social.

oOo

(32) Pfiffner & Sherwwod - Organização administrativa, pp 100-102.

* HOMEM SOCIAL

O homem responsável que impulsionou a revolução ideológica da teoria das organizações foi George Elton Mayo. Mayo começou as primeiras investigações nos Estados Unidos em 1923, numa fábrica têxtil em Filadélfia, onde efetuou uma pesquisa sobre as causas da alta rotatividade entre os operários e prosseguiu com as investigações sistemáticas em Hawthorne da Western Electric Company, em Chicago, entre 1924 e 1927. É desnecessária uma descrição detalhada dessas investigações orientadas por Mayo frente à sua ampla divulgação nos meios acadêmicos. Mas também é inegável que elas no conjunto influenciaram as suas obras posteriores, em especial The Human Problems of an Industrial Civilization (1933) e The Social Problems of an Industrial Civilization (1945). Na primeira, Mayo faz um relato pessoal a partir das experiências em Hawthorne, começando pelo fator fadiga e monotonia. Nos capítulos 3 e 4 descreve o experimento propriamente dito e o seu desenvolvimento anexando em detalhe o programa de entrevistas. Nos seguintes capítulos, mostra preocupação em investigar a relação da civilização industrial com a ordem social - capítulo 6 - fazendo uso da teoria durkheimiana sobre a anomia social.

Com isso, Mayo introduz dentro do estudo das organizações uma disciplina correlata, a sociologia industrial. Se no século XIX detectamos um elevado prestígio das ciências sociais em qualquer campo de estudo e o próprio estudo das or

ganizações tem uma tradição centralizada em Weber e Durkheim, o que Mayo fez foi o de resgatar os conceitos sociológicos desses autores, em especial, Durkheim, para dar início à investigação sistemática das condições de produtividade humana dentro da Organização de Trabalho. Por exemplo, descobrir, via pesquisa empírica, uma relação de causalidade entre o fruto do esforço individual e as condições em que se desenvolve esse esforço.

Como um dos resultados do experimento em Hawthorne, segundo Mayo, o esforço humano é a consequência de fatores não descritos numa ficha do trabalhador individual nas mãos da gerência administrativa. Este é o motivo de tanta relevância em aplicar programas de entrevistas (na sua maioria, entrevistas informais) extensivas. Pois, se na gerência científica havia uma racionalização científica do esforço humano, operando-o como fatores mecânicos, esse esforço se traduzia como unidade padronizada, como capacidade do trabalhador em termos de rendimento, em termos de limites da quantidade produzida, em termos da produtividade. Para Mayo, em primeiro lugar, o esforço humano era um fator individual e, em segundo, o conhecimento desse fator por parte da gerência permitiria modificar a produtividade individual.

A sociologia industrial vem auxiliar na resolução dessa relação de causalidade. É um auxílio pois a sociologia industrial nada mais é do que uma parte do estudo do processo histórico, um "elo" que estuda a dinâmica interna desse processo. Se a parte global da "Industrial Civilization" é cha

mada processo histórico da sociedade industrial, a sua parte menor, que a legitima e que lhe dá o movimento, a dinâmica interna são as leis e valores sociais. Por exemplo, o estudo das estratificações sociais, do papel e das funções dos indivíduos e do valor da recompensa do esforço individual, atribuído pela sociedade em Weber e Durkheim; da mobilidade de classes e escala de valores sociais em Davis & Moore, etc.

Todos estes estudos de cunho sócio-industrial têm caráter prático imediato. Assim, em primeiro lugar, a sociologia industrial gira ao redor da atitude do indivíduo frente ao trabalho, mas a atitude frente ao trabalho somente adquire significado dentro da dinâmica do processo histórico, e, em segundo, ela trata de estudar e conhecer a personalidade não descrita em fichas do trabalhador. O processo histórico pode ser cíclico ou até mesmo, num extremo, imutável; porém, a sua dinâmica é altamente específica, não existindo duas "dinâmicas" idênticas. Saber, de cada trabalhador, por que produz, o que produz e como produz para, posteriormente, combinar essas condições visando a chegar a uma maior produtividade, são fatores que levam ao caráter de imediatismo.

Para Mayo, o trabalho humano não é alienante por si só. O que gera uma alienação defensiva do trabalho humano é a monotonia das condições do trabalho. Assim, sugere que o fator satisfação no trabalho aliado em pé de igualdade com a motivação e envolvimento levariam conseqüente e seguramente ao fator aumento da produtividade e melhoria de qualidade. Num estudo empírico, os fatores conseqüentes são fáceis de se

analisar, baseando-se nos dados; porém, o cerne do problema está nos fatores de causalidade: satisfação, motivação e envolvimento. A gênese desses fatores não está na estrutura formal da organização de trabalho, não é problema de estrutura organizacional mas, sim, da estrutura social. Desse modo, Mayo vê uma influência muito forte do grupo informal sobre seus trabalhadores. E é nele que Mayo centra toda a sua atenção.

A atitude diferenciada do indivíduo frente ao trabalho é, na realidade, uma das chaves da coexistência organizada. E esta é a preocupação de Mayo em seu segundo livro The Social Problems of an Industrial Civilization. Aqui, ele investiga a capacidade do homem para se organizar, para coexistir e chega à conclusão de que a desorganização social é a característica marcante da civilização industrial. Para tal, busca o início da sua investigação teórica na teoria política de Hobbes e Rousseau na composição do Estado Natural. Com o auxílio das idéias de Quesnay contidas em "Tabela Econômica", principalmente a concepção da "origem natural e essencial da sociedade humana" (33), Mayo diz que a economia política na concepção atual se apoia muito mais na teoria hobbesiana do Estado do que na de Rousseau. Mayo faz uso da "regressão abstrato-lógica" pedindo em emprésti-

(33) Mayo, E. - The Social Problems of an Industrial Civilization. Boston, Harvard University, 1945, capítulo 2, pg 37.

mo as mentes de Quesnay, Smith e Ricardo para levantar as características da sociedade industrial e para verificar ' em cada um desses economistas a sua contribuição à teoria do equilíbrio social (ou, ao menos, uma concepção geral do equilíbrio social) para finalmente traçar em que condições esses postulados econômicos satisfariam. Assim, Mayo constrói a "Rabble Hypothesis" da sociedade e atribui uma parte dela a Ricardo (34), a concepção da hipótese e de seus postulados fundamentais, que são três:

1. A sociedade natural consiste em uma horda desorganizada de indivíduos;
2. Cada indivíduo atua de forma calculada para assegurar ' sua preservação ou interesses próprios;
3. Cada indivíduo coloca sua lógica e o melhor da sua capacidade a serviço dessas intenções.

À primeira vista, este indivíduo inserido na "rabble hypothesis" da sociedade pode parecer muito com o indivíduo econômico da Escola Clássica. Porém, por trás desse indivíduo desorganizado, calculista e racional existem respaldos políticos e filosóficos que não tinham lugar no indivíduo da Escola Clássica. Por exemplo, a figura do Estado

(34) "... If we return to Ricardo, I think it may be said that he bases his studies and his logic upon three ' limiting concepts", Mayo, E. - The Social Problems ", pg 40.

ou, pelo menos da sua necessidade, a partir do momento em que a sociedade natural é uma horda desorganizada de indivíduos, sente a necessidade de um Leviatã, o qual exerce uma autoridade única que imporá ordem sobre a sociedade (35) ou, a necessidade de um contrato social, tendo em vista a predominância da defesa individual de interesses ou de preservação - postulados 2 e 3 - para harmonizar ou buscar uma ordem social.

Mayo, baseado nos parâmetros político-econômicos, decobre elos de ligação no campo do método empírico (observação) , sendo um deles a capacidade humana em se organizar que, na realidade, a finalidade última fica sendo a busca de harmonia social. Dessa forma, ele justifica a visão da organização de trabalho como um "microcosmo social onde no seu interior se encontra grupo de trabalho que desempenha na sociedade industrial, urbana e segmentada, o papel que a família desempenhava numa sociedade agrária, rural e pré-industrial" (36).

oOo

(35) Mayo, E. - The Social Problems, pg 44.

(36) Bertero, C. O. - "Organização formal e sociedade".

* HOMEM AUTO-REALIZADOR

Os resultados dos experimentos de Mayo provocam, em cadeias progressivas, o estudo do "comportamento humano" nas organizações. O campo administrativo e organizacional é invadido pelas ciências correlatas: sociologia, psicologia, antropologia, biologia. Surge uma nova abordagem do pensamento administrativo de recursos humanos, tendo como seus principais representantes os teóricos Ross Stagner, Frederick Herzberg, David McClelland, Abraham Maslow, Douglas McGregor, Chris Argyris. Eles concebem a organização de trabalho não apenas como um lugar efetivo à realização das atividades desejadas pela organização formal, mas também, o lugar onde os indivíduos ou grupos procuram satisfazer suas necessidades particulares. E destacam, a partir de Mayo, os aspectos não-funcionais da conduta humana nas organizações.

Baseados nessa hipótese, destacam falhas e ineficiências nos conceitos de homem das teorias anteriores e sugerem um novo conceito de homem: o auto-realizador.

É McGregor o porta-voz desse novo conceito (37): "sabemos que os antigos conceitos a respeito da natureza humana são inadequados e mesmo incorretos sob muitos aspectos. Estamos adquirindo a certeza de que, em condições apropriadas ,

(37) McGregor, D. - "O lado humano da empresa" in Balcão (org) - O comportamento humano na empresa: uma antologia, RJ, FGV, 4ª edição, 1979, pp 45-46.

poderiam ser utilizados, dentro das organizações, recursos ainda não imaginados pela energia criadora do homem. Não podemos dizer à administração industrial como aplicar esse novo conceito de maneira simples e econômica. Sabemos que serão necessários anos de investigações, de pesquisas custosas e de muita imaginação criadora da administração para que se descubra como aplicar esse novo - e cada vez mais amplo - conhecimento à organização do esforço humano na indústria". A aceitação da modificação dos modelos clássicos é determinada por vários fatores tais como a personalidade do trabalhador, seus conhecimentos, suas crenças, sua habilidade, sua percepção de mundo e, além de tudo, a capacidade inata do indivíduo para a interação grupal. Estes fatores levam-nos a sugerir o conceito do homem auto-realizador - homem que busca a realização pessoal - pois eles supõem que muitos dos indivíduos sejam motivados pela oportunidade de auto-realização, isto é, de crescimento e maturação.

Há autores que colocam esse homem como a antítese do homem econômico (38) e outros, como um conceito tanto ineficiente quanto falho como os anteriores e sugerem um conceito de "homem total" (39). Apresentaremos a seguir as idéi

(38) Gibson & Ivancevich & Donnelly - Organizações: comportamento, estrutura, processo. SP, Atlas, 1981, pg 105.

(39) Scanlan, B.K. - Princípios de administração e comportamento organizacional. SP, Atlas, 1979, pp 256-257, onde apresenta um quadro resumo dos conceitos de homem: econômico, social e auto-realizador e, as abordagens administrativas que eles sugerem.

as básicas dos seis autores acima citados como representantes do enfoque "comportamental" para posteriormente discutirmos o ponto comum em todos eles, que é o fator motivação.

Stagner, no seu livro Aspectos psicológicos de conflitos industriais: motivação (40), tem como o ponto central o conflito entre a organização industrial e o sindicato; porém, é perfeitamente possível aplicar as suas considerações sobre o conflito no interior da organização, uma vez que o fenômeno do conflito é o da interação de grupos, isto é, "o dos desejos das pessoas e o dos métodos pelos quais elas procuram obter o que querem". Assim, a fonte do conflito está no pressuposto de quem os vê.

É por esse motivo que o autor enfatiza o fenômeno da percepção e da necessidade de todos os interessados na vida de uma organização se familiarizarem com a sua mecânica de funcionamento para entender o comportamento organizacional.

O conflito industrial é um problema de percepção: a percepção dos administradores, a dos trabalhadores e a dos representantes sindicais onde cada qual com a sua maneira peculiar e particular de enxergar as possibilidades de satisfazer seus anseios dão origem ao conflito. Uma forma de minimizar esse conflito - que são efeitos das diferentes

(40) in Balcão, Y, (org) - O comportamento humano nas empresas: uma antologia, pp 319-335.

percepções - é o entendimento comum possibilitado através das correlações entre os princípios e efeitos do processo de percepção física e social com o relacionamento interpessoal e intergrupar. Por trás da análise do conflito industrial figura o fator motivação. Uma vez que a organização é um "grupo social" além de ser um fato econômico, pressupõe-se que todo ato humano organizado é motivado, ou seja, é orientado pela percepção na satisfação de necessidades as quais possuem quatro níveis ascendentes: biológicas, físicas, sociais e ideológicas.

Herzberg (41), baseado nas entrevistas - onde foi perguntado se algum evento ou incidente teria sido geralmente bom ou mau para as condições no trabalho, no ano anterior, visando a algumas especulações sobre como esses eventos afetariam o desempenho e o moral - desenvolve a sua teoria da motivação centrada em duas condições de trabalho: condições extrínsecas ao trabalho (ou fatores higiênicos) e condições intrínsecas ao trabalho (ou fatores motivadores).

A inexistência da primeira condição gera insatisfação entre os trabalhadores, porém a sua existência não necessariamente será um fator motivador, e a inexistência da segunda

(41) Herzberg, F. & Mausner, B. & Snyderman, B. - The motivation of work. NY, Wiley & Sons, 1959.

condição não será o fator da insatisfação, mas a sua existência gerará altos níveis de motivação e esta poderá gerar um bom desempenho.

Herzberg (42) em resposta a muitas críticas, aplica o mesmo método de entrevista e pesquisa em outros doze estudos, envolvendo vários grupos diferentes de trabalho. Os resultados mostraram-se similares, salvo pequenas variações.

FATORES MOTIVADORES

realização
responsabilidade
reconhecimento
progresso
criatividade no trabalho
possibilidade de crescimento no emprego

FATORES HIGIÊNICOS

relações políticas e administrativas
qualidade de supervisão técnica
relações interpessoais
salário
segurança no trabalho
condições de trabalho
benefícios empregatícios
status

(42) Herzberg, F. - "One more time: how do you motivate employees?" in Harvard Business Review 46 (January-February), 1968: pp 53-62.

A teoria da motivação de McClelland (43) está relacionada aos conceitos de necessidades aprendidas, adquiridas culturalmente. As suas pesquisas indicam que o desenvolvimento econômico da sociedade depende da existência ou não de necessidades "culturais" e indicam que há uma forte correlação positiva entre as necessidades adquiridas, desempenho e sucesso administrativo.

Para McClelland, as necessidades humanas não são permanentes nem fixas como resultado das experiências da infância. Elas podem ser desenvolvidas durante a fase adulta e as principais necessidades aprendidas são: as de realização, de afiliação e de poder.

Maslow (44) formula a sua teoria motivacional baseada também nas necessidades humanas. A sua concepção de hierarquia das necessidades é embasada em dois princípios: primeiro, as necessidades se superpõem numa hierarquia de importância progressiva, numa hierarquia de valores ascendentes; segundo, a satisfação deles deve obedecer essa hierarquização, porém, ela não serve como um motivador primário do comportamento.

Na formulação da sua teoria, Maslow acompanha a linha de McClelland e diz que "a teoria da motivação não é sinônima"

(43) McClelland, D. C. - The achieving society. NY, Van Nostrand, 1961.

(44) Maslow, A. - "Uma teoria da motivação humana" in Balcão, pp 337 a 366.

da teoria do comportamento. As motivações constituem somente uma das classes de determinantes do comportamento. Embora o comportamento seja quase sempre motivado, também é quase sempre determinado biológica e culturalmente ou pelo meio" (45).

Existe um paralelismo entre os fatores higiênicos e motivadores de Herzberg e a concepção de hierarquia de necessidades de Maslow. Os fatores motivadores na escala mais alta de necessidades (estima e auto-realização) e os fatores higiênicos com as outras necessidades compõem o quadro comparativo desses dois autores. De forma geral, podemos traçar um paralelismo entre os autores Maslow, Herzberg e McClelland como segue abaixo.

(45) Maslow, A. - "Uma teoria da motivação humana", pg 339.

Relação entre hierarquia de necessidades de Malow, fatores motivadores e higiênicos de Herzberg e necessidades adquiridas de McClelland (*)

(*) adaptação em Malow da figura 6.5 do Gibson & Ivancevich & Donnelly - Organizações: comportamento, estrutura e processo, pg 141.

MASLOW

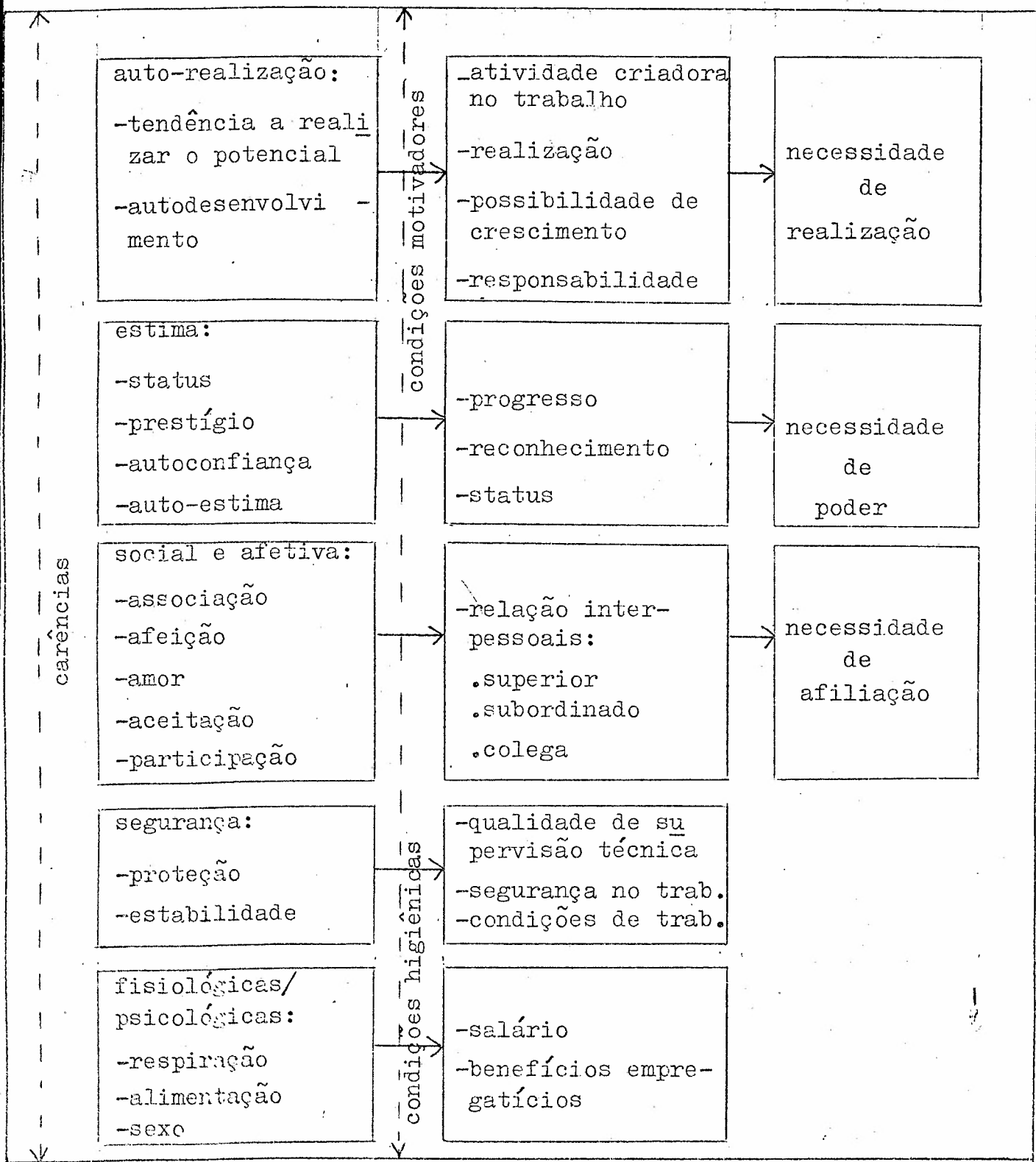
HERZBERG

McCLELLAND

(hierarquia de necessidades)

(fatores motivadores e higiênicos)

(necessidades adquiridas)



← - - - - - →
satisfação das necessidades

McGregor, em O lado humano da empresa (46), apresenta um dos modelos mais influentes de homem para esse enfoque comportamental. Nesse livro, contrapõe duas visões de homem no trabalho: a visão da Teoria X e a da Teoria Y.

Visto que cada abordagem administrativa possui suas próprias adoções sobre os princípios de natureza humana, sobre as causas e os efeitos do comportamento humano e, conseqüentemente, suas próprias teorias administrativas, conclui-se que, dependendo do seu enfoque, cada uma poderá resultar em diferentes práticas administrativas.

Essas diferentes formas de encarar o homem e as suas relações de trabalho fazem McGregor formular dois modelos básicos da teoria da administração: Teoria X, como o ponto de vista tradicional sobre a administração, com forte tendên-cia para dirigir e controlar; Teoria Y, como um processo administrativo que integra os objetivos individuais do homem e os objetivos da organização.

As suas concepções de teoria da administração adquirem posteriormente uma significativa influência na prática administrativa. Na formulação dessas teorias, McGregor segue a linha de Maslow no tocante à concepção das necessidades humanas: fisiológicas, de segurança, sociais, de ego, e de auto-realização.

(46) McGregor, D. - "O lado humano da empresa" in Balcão , pp 45 a 59.

Dentro desses autores, Argyris (47) é o único a não formular teoria sobre a motivação humana baseada numa hierarquia de necessidades. Os fatores ego, autoconsciência, auto-estima, etc. são, para o autor, os insumos do comportamento. Ele se preocupa muito mais em analisar o comportamento organizacional em termos de efeitos da interação do homem com a organização formal, e o conflito entre os mesmos como um efeito dessa interação; preocupa-se em traçar um esquema de teoria social de formação da personalidade para descrever alguns mecanismos adaptativos ou de defesa.

Para a grande maioria dos autores, o problema de motivação é desencadeado pela insatisfação das necessidades humanas. Uma necessidade não satisfeita resulta em frustração levando o indivíduo à ansiedade e à angústia; quando for satisfeita, o indivíduo entra em "equilíbrio homeostático" (48). Assim, uma necessidade satisfeita não motiva o comportamento. O homem só é motivado pelas necessidades ainda não satisfeitas (49).

(47) Argyris, C. - A integração indivíduo-organização. SP, Atlas, 1975.

----- - Personalidade e organização: o conflito entre o sistema e o indivíduo. RJ, Ed. Renes, s/d.

(48) Maslow, A. - "Uma teoria da motivação humana", pg 340.

(49) McGregor, D. - "O lado humano da empresa", pg 49 e, Maslow, A. - "Uma teoria da motivação humana", pg 338.

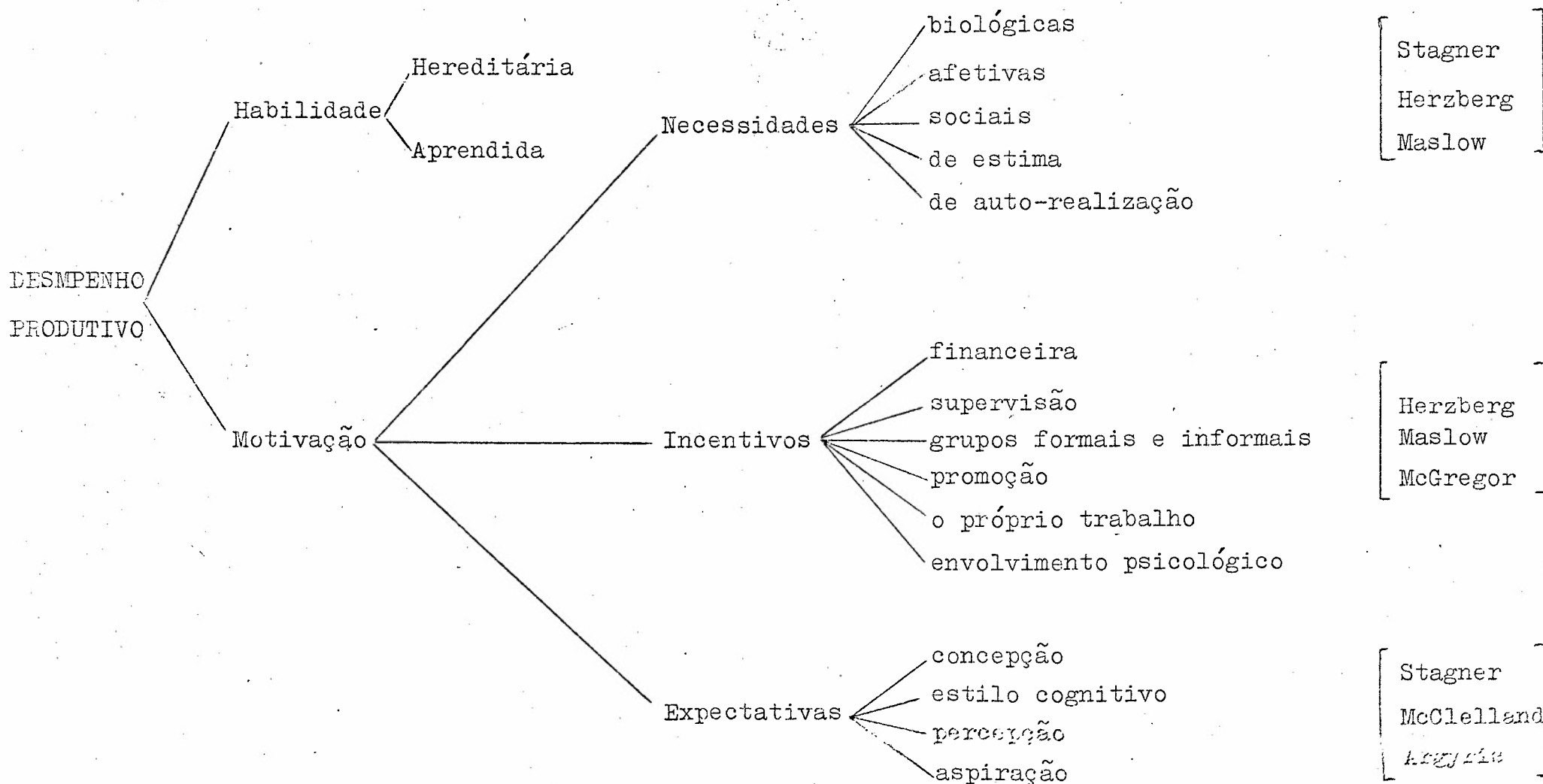
Na realidade, a questão da motivação é uma questão simples caso a transportemos como um problema exclusivo da administração. É o que os autores fizeram, tentando adaptar a teoria da motivação para o uso dos administradores. Por exemplo, como diz Maslow (50): "a classificação de motivações deve ser baseada nos objetivos e não nas pressões incitantes ou no comportamento motivado". Desse modo, a teoria da motivação se resume em verificar se os administradores sabem ou não motivar seus subordinados em busca de uma resposta positiva no desempenho produtivo: o resultado da produção será positiva quando a administração obtiver uma resposta positiva no comportamento dos seus trabalhadores.

A questão fundamental fica sendo, então, o tipo de motivação utilizado pela administração para estimular efetivamente os trabalhadores para um desempenho produtivo. Daí a hierarquia de necessidades, necessidades adquiridas, condições extrínsecas e intrínsecas. Focalizando esses fatores, a teoria da motivação visa a facilitar o trabalho administrativo na busca de maior produtividade.

A relação entre esses vários fatores podemos resumi-las num gráfico relacionando as variáveis que afetam de forma direta ou indireta a questão da produtividade ou o desempenho humano na busca da alta produtividade.

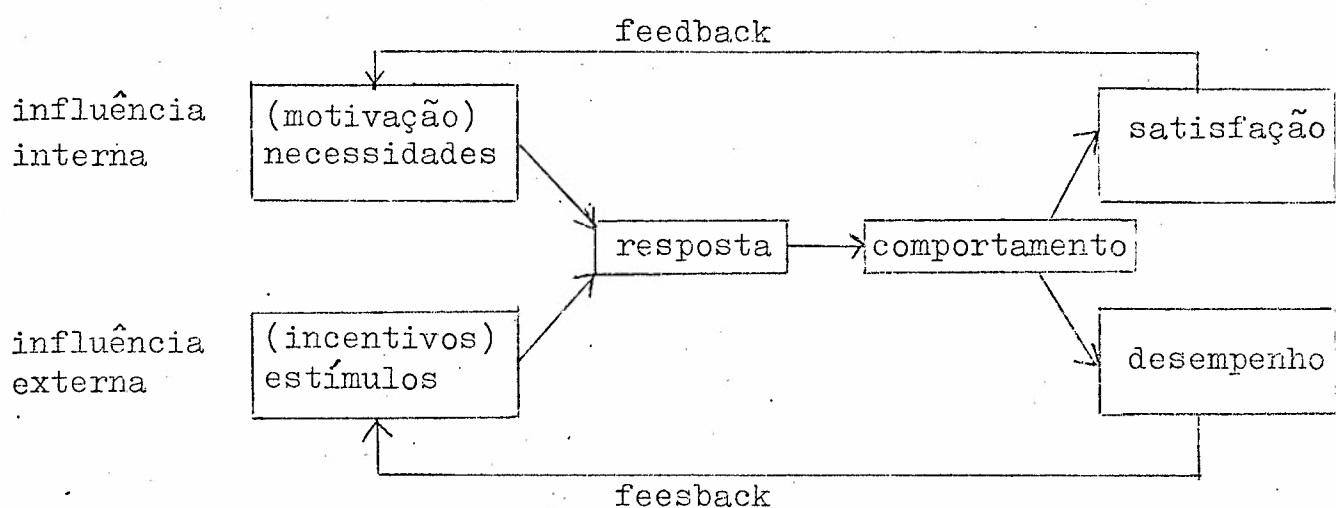
(50) Maslow, A. - "Uma teoria da motivação humana", pg 339.

REDE CAUSAL DE MOTIVAÇÃO E DESEMPENHO PRODUTIVO (*)



(*) Fonte: Megginson & Mosley & Pietri Jr - Management: concepts and applications. NY, Harper & Row

Ou, num paralelo entre o comportamento e motivação (apesar de os autores afirmarem que a teoria da motivação não é uma teoria de comportamento) podemos dizer que o comportamento é cuasado pela percepção de mundo, pelas necessidades e pelo estímulo externo.



REDE CAUSAL ENTRE MOTIVAÇÃO E DESEMPENHO (*)

(*) Fonte: Megginson & Mosley & Pietri Jr - Management: concepts and applications, pg 353, figura 12.3

Por este motivo, os autores foram classificados como "comportamentalistas". Visando a oferecer soluções aos problemas da rede causal referentes à eficiência produtiva, exploram áreas correlatas ao comportamento humano, tais como motivação, tensão, conflitos, percepção, necessidades. Detectado que existe um tipo peculiar de motivação à qual, por um motivo ou por outro, as pessoas não respondem em prol da organização, caberá à administração saber estimulá-la. Portanto, o problema de como motivar os trabalhadores fica a cargo dos administradores e, de forma geral, à organização' (51). Estes são, na verdade, os princípios da Teoria Y de McGregor (52):

- 1) A administração é responsável pela organização dos elementos produtivos da empresa: dinheiro, materiais, equipamentos e pessoas, para que esta atinja seus fins econômicos.
- 2) As pessoas não são passivas ou resistentes às necessidades da organização, por natureza. Elas se tornam assim por sua experiência em outras organizações.
- 3) A motivação, o potencial de desenvolvimento e a capacidade de assumir responsabilidades e dirigir o comportamento para os objetivos da organização estão todos presentes nas pessoas. Esses fatores são criados nas pessoas pela administração. É responsabilidade dela proporcionar

(51) O problema da motivação do indivíduo na sociedade em geral será visto no capítulo 5, mais adiante.

(52) McGregor, D. - "O lado humano da empresa", pg 47.

nar condições para que as pessoas reconheçam e desenvolvam, por si próprias, essas características.

- 4) A tarefa essencial da administração é criar condições orgânicas e métodos de operação em que as pessoas possam atingir melhor seus objetivos, orientando seus esforços em direção aos objetivos da organização.

É Drucker quem formula um "método de operação", no fundo, uma técnica administrativa. O método preconizado por Drucker é a Administração Por Objetivos (APO) onde é notório o vínculo com o conceito de motivação. A APO foi formulada sobre a idéia pilar de que "há um modo de desencadear o potencial total de motivação nas pessoas de modo que elas dêem contribuição máxima aos objetivos do departamento e da organização" (53). O alto grau de motivação individual é desencadeado pela estrutura organizacional de modo que as pessoas possam satisfazer melhor suas próprias necessidades enquanto trabalham pelos objetivos da organização.

oOo

(53) Scalap, B.K. - Princípios de administração e comportamento organizacional. SP, Atlas, 1979, pg 70.

* **HOMEM ADMINISTRATIVO**

É inegável que a organização de trabalho tem mudado em muitos aspectos desde a Revolução Industrial. Sem dúvida, as mudanças mais importantes datam do princípio do presente século ainda que as suas origens possam vir de tempos anteriores.

O primeiro sinal de mudança foi o desenvolvimento da técnica de produção em massa e, o segundo, em consequência, o florescimento das grandes organizações industriais (54).

Em vista dessas mudanças adquiridas pela organização, alguns aspectos ganham importância. Hoje, o que se requer de um trabalhador não é tanto a destreza manual ou habilidade técnica. O próprio dirigente (55) da organização de trabalho não se preocupa primordialmente com as máquinas ou materiais. Volta-se para o pessoal e essa preocupação tornou-se um princípio básico da moderna gerência administrativa. Como diz McGregor (56), hoje, "tornou-se comum dizer que a indústria já possui os conhecimentos fundamentais para a utilização das ciências físicas e da tecnologia em benefício material da humanidade e que agora precisamos aprender a utilizar as ciências sociais para fazer com que as organizações humanas se tornem eficientes".

(54) Ver sub-ítem: "Tendências gerais da T.O." na Parte II, capítulo 3, item B do presente.

(55) Ver mais adiante, no tocante ao controle.

(56) McGregor, D. - "O lado humano da empresa", pg 45.

A idéia subjacente de McGregor - eficiência organizacional - já consta em autores March & Simon no livro Organization, os quais iniciam um movimento denominado posteriormente como período de transição da teoria da administração que se confunde basicamente com a publicação desse livro . Sob a influência de Chester Barnard, os autores March e Simon fazem uma tentativa de estudar os sistemas sociais em que se dá a organização em si e de delimitar quais são as determinações estruturais e comportamentais que influenciarão à administração da organização. Nesse sentido, não discutem a produtividade da organização mas, sim, a eficiência da organização.

Barnard em As funções do executivo se preocupa em definir a organização como um sistema para poder dar ênfase ao sistema cooperativo nela existente; porém, é notória a ausência do conceito de organização como um sistema aberto. Uma das poucas relações ambientais que a organização possui é com o Estado (57). Pode-se dizer que esse fato é consequência da versão sociológica weberiana que os americanos tomam conhecimento através de Parsons, que deixou de lado, na sua seleção, o ambiente geral traçado pelo Weber, que preconizou uma sociologia política a qual sublinhava uma crítica à sociedade.

(57) Barnard, C.I. - The Functions of the Executive. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 30th ed., 1970. pg 99 e, para a definição do conceito de organização como sistema ver pg 77-79.

Para Barnard, essa exclusão parece irrelevante pois a organização - no sentido da característica dimensional do sistema de cooperação - não tem uma localização espacial; porém, a noção de tempo é primordial: a organização persiste na existência de fato tanto é que no dia seguinte as pessoas estão normalmente executando suas funções (58). A sua tese central é que o sistema cooperativo leva à eficiência organizacional e o fator estratégico na obtenção da cooperação - no sentido da satisfação de seus membros; conseqüentemente, uma cooperação eficiente é o resultado das eficiências individuais (59) - é a capacidade executiva (60).

March e Simon percebem, através de estudos de casos, que existe uma variável intermitente que está relacionada com a produtividade. A existência dessa variável não significa que inexistente relação entre produtividade e satisfação; porém, os estudos anteriores, que mostraram a relação entre moral elevada mais satisfação, que leva à motivação para produzir mais, resultando o fator produtividade como função da motivação ($P f (M)$) seriam incompletos: para os autores, a motivação para produzir mais é muito mais função das condições futuras do que percebidas ou imediatas, isto é, muito mais

(58) Barnard, C.I. - The Functions of the Executive, pp 80-81

(59) Barnard, C.I. - The Functions of the Executive, pg 44

(60) Barnard, C.I. - The Functions of the Executive, pg 282

do vir a ser funcionalmente do que é no presente. Nessa linha de raciocínio, "cooperar" ou não com a organização significa continuar ou não na organização como seu membro.

Na verdade, o que os autores fazem em seus estudos de caso são descobertas behavioristas por excelência. A organização como um sistema é um "subsistema" imerso dentro do sistema maior que é a sociedade. Assim, a maior parte do "sistema" está fora da organização e cumpre a organização tentar influenciar, de forma geral, a parte externa dela, a sociedade em geral. Desse modo, a organização é entendida como uma "rede" de tomada de decisões e cabe à alta administração (executivos para Barnard) tornar essa rede a mais eficiente possível, articulando fatores e aspectos estrutural e comportamental da organização que influem sobre a decisão, e participar ativamente nesses elementos para preparar o terreno da alta produtividade.

Se a Escola Clássica possuía um enfoque formalizado, de caráter mecanicista da organização, onde seus dirigentes esperavam prever resultados futuros mediante sistemas de controle, a Escola Psicossociológica (ou Behaviorista) (61), em oposição à Escola Clássica, focaliza o modo efetivo de conduzir a organização muito mais do que o modo de como deveria ser conduzida. Desse modo, os seus teóricos, March e Simon, concentram todo o esforço no processo da tomada de decisão e

(61) Ver o quadro do capítulo 3 da Parte II

procuram construir modelos permissíveis de verificação sobre o processo de solução de problemas humanos na organização e de sua percepção psicológica e sociológica. Nessa base, principalmente Simon (62) supõe uma racionalidade limitada para os indivíduos e concebe a organização como um instrumento, como um meio de aumentar essa racionalidade. Aplica a noção da racionalidade limitada principalmente na distinção entre a meta de maximização organizacional versus a meta de satisfação individual que, no atingimento dessa meta de satisfação, surgiria ou resultaria no "satisficing man".

Para Simon, a noção da racionalidade absoluta inexiste na realidade e isto é verificável em qualquer estudo que trabalhe com mais de uma variável ou alternativa. Argumenta que a própria existência de várias alternativas (que, na maioria das vezes, são conseqüências lógicas da primeira alternativa sem distinção de conteúdo, ou, jogo de fórmulas e modelos matemáticos onde, na verdade, matemática não é uma ciência racional mas, sim, uma ciência exata) é prova suficiente dessa inexistência. Se existe a racionalidade absoluta por que não incorporar toda ela numa só alternativa? É dada a sua não existência que se faz necessária a formulação de outras alternativas.

(62) Simon, H.A. - Administrative Behavior: a study of decision-making process in administrative organizations. NY, The Free Press, second edition, 1965.

Tendo a noção da racionalidade limitada como um princípio básico, Simon constrói um modelo racional de processo decisório nas organizações. A sua hipótese central é tomar o Modelo Racional como sendo o Modelo Condutor da ciência da tomada de decisão nas organizações e elabora cinco pressupostos fundamentais na sua construção (63):

- 1) as pessoas agem de acordo com a intenção determinada, isto é, os atos individuais são atos consistentes;
- 2) a existência de um propósito unificado de intenções, ou seja, como consequência do primeiro pressuposto, o modelo não prevê nenhum ato "alheio" ou não intencionado dos indivíduos na organização;
- 3) a meta da organização é a maximização de objetivos e esta será a meta preferencial na tomada de decisão;
- 4) a existência de um conjunto de alternativas identificadas que possibilitarão a escolha racional;
- 5) a necessidade de uma verificação permanente dos resultados da escolha ou a verificação das suas possíveis consequências.

Dada a hipótese e seus pressupostos, podemos perceber que este modelo da decisão é um modelo analítico onde a racionalidade se refere à escolha consistente, com maximização do valor dentro das restrições específicas pois a própria noção de objetivo é dada por um conjunto de restrições, ou seja, o objetivo não consiste naquilo que um indivíduo quer

(63) Simon, H.A. - Administrative Behavior, capítulo 4: "Rationality in administrative behavior", pp 61-78 e capítulo 5, tópico "the function of social organization", pp 100-109.

mas, sim, no que pode querer. Desse modo, os indivíduos agem de acordo com a intenção determinada, de acordo com o objetivo definido, não havendo, portanto, a diversidade de interesses dentro da organização. A produção de intenção unificada e consistente é devida ao "bem-estar" da organização.

Simon define, neste modelo, organização como sendo o resultado da coalizão política onde um consenso só é obtido através das influências ou do poder administrativo dos dirigentes conforme a determinação das premissas factuais ou de valores sobre em que as decisões se baseiam, conjugados ao conceito de autoridade dos dirigentes sobre os seus subordinados. Assim, fica subjacente a questão de poder e de conflito dentro da organização. Simon apenas admite a questão de conflito na sua teoria, deixando de lado a questão de poder, ou seja, faz uma camuflagem do poder para construir uma teoria da administração de conflitos.

Segundo Prestes Motta, Simon é a expressão de Weber nas teorias organizacionais. Simon transporta a teoria sócio-política do Weber para a teoria organizacional e utiliza-a enquanto técnicas de administração que conduzem também à manipulação, à medida que a motivação para produzir conduz à evocação da "vocação" para produzir.

Desse modo, Simon não vê uma relação necessária entre moral, coesão e produtividade (ou coesão, controle e pressão, segundo a terminologia weberiana).

A teoria formulada por Simon fundamenta-se basicamente, no

fator controle e numa metodologia científica da tomada de decisão fixada pelos limites da racionalidade voltada ao controle, visto que nessa teoria não se controlam os trabalhadores, como na Teorias Clássica, mas, sim, as premissas de decisão dos trabalhadores (64).

É March (65) quem questiona o lugar da racionalidade limitada nas organizações vistas como coalizão política. Se o Modelo Racional não leva em consideração a diversidade de interesses dentro da organização, como ela pode produzir uma intenção unificada e consistente? Se se admite uma coalizão, ela é de natureza política e, portanto, existem então, dentro da organização, grupos de pressão com orientações políticas distintas. E se existe conflito, ele é de natureza política.

A noção de conflito é discutida por ambos os autores, porém, de formas diferentes. Para ambos, o conflito é resultado de falha no sistema de processo decisório. Mas o estudo

(64) March, J. - Handbook of Organizations: decision making

(65) Para o assunto de controle das ações ver Weeks, David R. - "Organizations: interaction and social processes" in Salaman & Thompson (org) - Control and Ideology in Organizations. England, The Open University Press, 1980. pp 105-127, onde o autor discute os aspectos objetivos e subjetivos da organização baseados nas terminologias técnicas de Berger, Weber, para se analisarem os conflitos normativos nas organizações oriundas das ações sociais dos indivíduos.

do conflito entre os grupos diversos dentro da organização e das condições que determinam seu surgimento tornam-se diferentes: para March, essas condições referem-se à diferença de metas como também à diferença na percepção da realidade. Daí March propor um Modelo Político de processo decisório onde visaria primordialmente ao "bem-estar" do grupo político dominante no interior da organização.

Toma como pressupostos desse modelo os seguintes fatores:

- 1) o conflito é visto como natural ou pelo menos costumeiro nas organizações;
- 2) as ações individuais não pressupõem interações gerais e unificadas. Pressupõe-se que existam variedade de ações;
- 3) as organizações são pluralísticas com suas subunidades e subculturas;
- 4) a ação organizacional resulta de jogos entre os indivíduos que percebem faces distintas de um mesmo problema e que diferem acentuadamente nas ações que preferem;
- 5) a ação organizacional resulta, portanto, da barganha e de compromissos, isto é, da questão do jogo de poder.

Segundo March, as teorias administrativas anteriores eram ineficazes em virtude de os seus mecanismos de controle serem falhas. Promessas de recompensas, normas padronizadas, carreiras estabelecidas não são totalmente eficazes no tocante ao controle dada basicamente a característica pluralística da organização.

Um consenso, se é que existe numa organização, será dado

através de negociações entre os grupos de orientações valorativas distintas.

Um conceito fundamental nessa formulação é o de processo cognitivo e de percepção com os quais March visa a explicitar a teoria, tratando-os como fatores dependentes e correlatos possíveis de serem determinados e previstos numa teo-
tização administrativa behaviorista. Para tal, faz uso
aprimorado dos conceitos de Mary Parker Follett no tocante aos métodos de solução dos conflitos industriais: o da força, o da barganha e o da integração (66). Os principais
conceitos fundamentais da Follett são resumidos por Guida
(67) como sendo:

- a) análise e formulação dos conceitos de "conflito" e "autoridade" como processos básicos da dinâmica organizacional, dando lugar à emergência dos princípios da integração ou unificação e da unidade funcional;
- b) análise e formulação do conceito de processo decisório assentado no princípio de "lei de situação";
- c) análise do conceito de liderança e de controle, originando os princípios da responsabilidade acumulada e da motivação circular;
- d) formulação dos princípios básicos e universais de administração: coordenação pelo contato direto dos responsáveis pelo assunto, coordenação dos níveis mais baixos, coordenação pelo correlacionamento de todos os fatores de uma situação e coordenação como um processo contínuo.

(66) Prestes Motta & Bresser Pereira - Introdução à organização burocrática, pg 190.

(67) Guida, F.A. - Panorama geral da administração, pg 145.

Tanto Simon quanto March concebem a organização como um sistema cooperativo racional porém diferem em grau e forma de cooperação. Para Simon, a razão que leva os indivíduos a cooperarem com a organização é certa identidade entre os seus objetivos, ou seja, os indivíduos cooperam intencionalmente à medida que suas atividades dentro da organização contribuem direta ou indiretamente na satisfação das metas ou objetivos individuais. É o ato ou intenção consistente e determinada.

Para March, além dessa cooperação intencional, existe o fator controle (poder administrativo) das ações não unificadas.

Mas, em linhas gerais, a concepção da natureza humana em ambos é a de homem com racionalidade limitada pois ele só "se comporta racionalmente apenas com relação a um certo conjunto de dados característicos de uma determinada situação que compreendem o conhecimento de eventos futuros, ou das distribuições de probabilidades relativas a eles, o conhecimento das alternativas de ação disponíveis e o conhecimento das consequências dessas alternativas que pode ser mais ou menos completo, além de regras ou princípios segundo os quais o indivíduo estabelece uma ordem de preferência para as consequências ou alternativas" (68). É o chamado Homem Administrativo, por Prestes Motta.

oOo

(68) Prestes Motta, F.C. - Teoria geral da administração: uma introdução. SP, Brasiliense, 10ª ed., 1982, pp 40-41.

* HOMEM ORGANIZACIONAL

Uma outra contribuição relevante na concepção humana dentro das teorias das organizações vem dos funcionalistas (69).

O enfoque funcionalista surge como uma manifestação em oposição ao conceito de classes sociais que predominavam na década de trinta em ciências sociais.

A tendência funcionalista trata de interpretar cada elemento em particular dentro de uma estrutura maior na qual estaria implicada. Ela tende fundamentalmente a interpretar o mundo em termos de interconexão operativa, antes que em termos de unidades substantivas separadas. Robert King Merton é o porta-voz dessa metodologia. No seu texto "Funções manifestas latentes" (70) mostra referências aos passos lógico-científicos necessários para uma interpretação funcionalista. Do autor, se a lógica da concepção funcionalista se enuncia em seus termos gerais, se obtém a seguinte seqüência de passos lógicos:

- 1º) estabelecimento de certos requisitos fundamentais dos organismos, requisitos que devem ser satisfeitos para que o organismo subexista, ou para que opere com algum grau de eficácia;

(69) Prestes Motta, F.C. - TGA: uma introdução, pp 53 a 72. O autor denomina-os como sendo o enfoque estruturalista.

- 2º) uma descrição completa e detalhada das providências (estruturas e processos) por meio dos quais estes requisitos são satisfeitos comumente nos casos "normais" ;
- 3º) se são destruídos alguns dos mecanismos típicos para preencher tais requisitos, e ocorre que o mecanismo funciona de maneira inadequada, o observador fica alertado com respeito à necessidade de descobrir mecanismos com pensadores (se é que existem) que realizem a função necessária;
- 4º) de modo implícito a tudo o que precede, descreve-se detalhadamente a estrutura, à que se aplicam esses requisitos funcionais, assim como as providências através das quais a função se realiza.

Assim, Merton estrutura um paradigma, com caráter de guia codificado para análises funcionais que, bem utilizados em administração, poderão ordenar de forma adequada as etapas a que, na solução de um problema organizacional, se poderá chegar com uma coerência técnica apreciável num resultado eficiente.

A aplicação do método funcionalista no estudo das organizações deriva-se da concepção weberiana de estrutura social e de seus tipos puros de representação. Porém, é uma derivação parcial tendo em vista, em primeiro lugar, a sua concepção de História e perceber como ela se separa da concepção funcionalista cíclica, acumulativa e, em segundo lugar, a sua construção do tipo ideal de representação.

O tipo ideal weberiano visa a retratar a realidade pois nenhum sistema conceitual pode reproduzir na íntegra o real e, ainda, nenhum conceito consegue tratar da diversidade de um fenômeno particular. Em Economia y Sociedad (71) diz Weber que " não é possível encarar um problema histórico como se nele estivesse já configurada a época seguinte, seja em termos de progresso ou qualquer noção similar que pressuponha a presença das mesmas causas operando", ou seja, não há um curso objetivo e determinado de processos históricos onde já estaria configurada a presença de elementos comuns agindo ao longo do tempo histórico.

Weber procura o que é peculiar, o que é particular de cada fenômeno para compará-lo a outra configuração histórica. É por isso que em sua análise é importante o conceito de agente da ação social (72) que é sempre individual; o objeto da análise social nunca é uma "entidade coletiva".

Nessa rápida apresentação, vemos os pontos-chave posteriormente utilizados pelos analistas funcionalistas: o método analítico comparativo, a construção do tipo ideal e objeto de análise. Este último, para os funcionalistas, em termos

(71) Weber, M. - Economia y Sociedad. México, Fondo de Cultura Económica, 1964.

(72) Não que Weber trate de um agente histórico em particular. Na análise histórica weberiana, não figura nenhum agente histórico e sim, uma apreensão do que se conservou do trabalho dos homens (ou grandes figuras da história) nas ordens institucionais e na continuidade da história.

do agente, pode ser uma entidade coletiva quando, por exemplo, for examinada a função do Estado que adquire, neste caso, uma realidade substantiva.

Uma das críticas ao estruturalismo fenomenológico (73) de Weber no âmbito de ciências sociais é feita por Lukács quando diz que a concepção weberiana dos processos sociais deriva da sua situação de classe. Para Lukács não existe visão de mundo "puramente subjetivo", individual, psicologizado; o que existe é uma "consciência de classe" (74).

(73) Prestes Motta em TGA: uma introdução apresenta quatro grupos de tradição estruturalista: estruturalismo abstrato, concreto, fenomenológico e dialético. No estruturalismo abstrato, a estrutura é vista como uma construção informadora do objeto, não relacionado com a realidade empírica mas com os modelos construídos em função da mesma, por exemplo em Lévi-Strauss; no estruturalismo concreto, a estrutura é a própria definição do objeto, por exemplo, o conjunto de relações sociais, num dado momento constituiria uma estrutura para Radcliffe-Brown e Gurvich; no estruturalismo fenomenológico, a atitude de voltar ao mundo antes que ele seja submetido à determinação da ciência sem no entanto colocar a existência do mundo em si como objeto tomando a própria compreensão do observador como sendo sempre uma objetivação do significado das intenções do outro a partir de suas condutas; no dialético, a análise que descobre as partes, força-as a preparar seu surgimento ao longo do desenvolvimento de todo, como um episódio de sua análise. Ver pp 54-55.

(74) Ver mais adiante, Capítulo 5 da Parte III, "teoria da estratificação social".

Adotando a linha weberiana de análise, poderíamos responder tal crítica distinguindo o conceito de juízos de valor do de conhecimento empírico (75). Os primeiros estariam na escolha do objeto de conhecimento que seria construído. Esta escolha é condizente com o significado cultural que atribuímos a ele, pois, em primeiro lugar, há uma variedade de fenômenos sociais que podem ser pesquisados cabendo ao pesquisador, de acordo com seu interesse e de acordo com peculiaridade do objeto, escolher um. E, em segundo lugar, esta escolha não é única. É apenas uma escolha entre a multiplicidade delas. Nesta escolha fica clara a "adesão a determinados valores". A análise em si, entretanto, será totalmente despojada de valores. O cientista se torna "neutro" diante de seu objeto e a sua meta é a realidade concreta segundo seu significado cultural e suas relações causais, pois não há concepções de mundo de validade universal, não há ciência livre de pressupostos. O que existe são "conexões" conceituais entre os problemas". O que significa é que existe uma luta constante para a atribuição de um sentido aos fenômenos e a sua sustentação frente a outros sentidos que são alternativas tão válidas quanto a esta. Há então dois confrontos que dizem respeito à validade da ciência: um, com a realidade empírica e outro, com as idéias de valor.

(75) Weber, M. - Ciência e Política: duas vocações, in Gerth & Wright Mills (org) - Max Weber: Ensaio de Sociologia. RJ, Zahar, 3ª edição, 1974, pp 97-186 ou, Weber, M. - O Político e o cientista. Lisboa, Presença, 1973.

Dessa forma, apesar de a "ciência não poder propor fim para as ações práticas" e "não poder dizer a ninguém o que deve fazer mas apenas o que pode fazer", de não ser livre de pressupostos, apesar de tudo, a ciência tem um compromisso com a realidade, não sendo esta, a realidade, "puramente subjetiva".

Assim, os mecanismos conceituais de Weber são o método comparativo, a série tipológica decorrente desse método e a construção do tipo ideal. Mas o principal em todos eles é a sua consideração sobre a unidade básica desses conceitos. O seu ponto de partida e a sua unidade final de análise são sempre a pessoa individual, o indivíduo e seu ato como a unidade básica, como o átomo social dos processos analíticos.

Para verificar em que meio institucional está inserido o agente individual, Weber focaliza os sistemas e constata que os sistemas institucionais, sejam de ordem militar, religiosa, política ou jurídica, todos eles estão fundamentalmente relacionados com a ordem econômica sob várias formas. O peso determinante das bases ou ordem econômica revela-se inclusive no título do seu trabalho considerado como um dos mais importantes: *Economia y Sociedad*.

Focalizando as diversas instituições em diversas épocas históricas, constata a tendência geral subjacente de burocratização. Os diversos exemplos históricos de burocracias bem desenvolvidas e quantitativamente grandes vão desde o

Egito, durante o período do Novo Império, até as grandes empresas capitalistas modernas que quanto maiores e mais complexas se tornarem se aproximam da proporção burocrática. Os pressupostos sociais e econômicas da moderna estrutura burocrática são, primordialmente, o desenvolvimento de uma economia monetária, "na medida em que uma compensação pecuniária aos funcionários é possível" (76), ele é um pressuposto da burocracia.

Esse pressuposto é fácil de verificação: segundo a experiência histórica, sem uma economia monetária a estrutura burocrática dificilmente evita as mudanças internas substanciais ou a transformação em outro tipo de estrutura. Além disso, se aos seus olhos, as instituições do capitalismo moderno lhe parecem como a "materialização da irracionalidade", nada é mais eficiente e mais preciso do que o controle burocrático.

Weber identifica, desse modo, a burocracia como a racionalidade, burocracia como a racionalização das organizações das instituições. E mais, o processo de racionalização identificada com o mecanismo de despersonalização e de rotina opressiva. Nesse contexto, a racionalidade é vista como sendo contrária à liberdade pessoal, individual (77).

(76) Weber, M. - Economia y Sociedad, pg 723.

(77) Ver o capítulo 2 da Parte I do presente.

Dadas as funções específicas da burocracia moderna (78), a eficiência racional se dá dentro de instituições administrativas nas quais, combinando funções especializadas com a racionalidade, impulsiona a sua estrutura a um dinamismo próprio. Esse dinamismo é exterior à instituição formal que pela sua anonimidade transforma o indivíduo em uma figura "profissional" preparada para uma carreira dentro de canais pré-estabelecidos pela instituição, ou, segundo Weber, a posição interna e externa do funcionário burocrático.

Para se precaver contra um desequilíbrio ou de uma desarmonia no interior das instituições, Weber adota o conceito de carisma como uma concepção equilibradora da burocracia. Se "a burocracia e outras instituições, especialmente as da família, são consideradas como rotinas da vida cotidiana de trabalho, o carisma se opõe a todas as rotinas institucionais, as da tradição, e as sujeitas ao controle racional" (79). Assim, segundo Gerth & Mills, a teoria-chave de Weber é a rotinização do carisma.

(78) Weber, M. - Economia y Sociedad, pp 716-719 do item III: "essência, pressupostos e desenvolvimento da dominação burocrática".

(79) Gerth, H.H. & Mills, C.W. (org) - Max Weber: Ensaio de Sociologia, pg 70.

Essa rotinização, sob certos aspectos essenciais, é idêntica às rotinas efetivas da vida de trabalho diário. É por esse motivo que a análise weberiana se fixa em tipos 'ideais, criados a partir da percepção dos momentos históricos, com o intuito de facilitar a compreensão teórica da realidade. Seus estudos, na verdade, são o desdobramento' de uma "ação afetiva" de dominação separando característi-cas diferentes da mesma e desejando chegar a tipos puros , genuínos. Pois Weber propõe não uma descrição empírica 'das variações históricas mas, sim, uma especificação de tipos de dominação, com o intuito de esclarecer e facilitar' a compreensão dessas mesmas relações.

Basicamente, numa análise funcionalista, são quatro os elementos componentes principais. Trata-se, na verdade , de componentes que devem ser observados para a realização' de uma análise funcional sistemática, ou seja, saber qua-is os elementos que, por seu caráter intrínseco, desempe-nham um papel relevante no funcionamento do sistema.

O primeiro elemento é a própria função, isto é, a catego-ria explicativa da análise. É a consequência sistemática' da operação de uma ou mais unidades, no interior de um sis-tema, onde a unidade pode ser um subsistema e enfocada nu-ma perspectiva de um sistema mais abrangente que é o ponto de referência para se localizarem os processos os quais possuem pontos principais no interior deste sistema maior, e para reconstituir tais processos de caráter funcional 'que nele ocorrem. Não há necessidade de persistência ou

de manutenção do sistema mais abrangente, no sentido de que a referência à manutenção do sistema não é tão central e sobretudo tão unilateral como se supõe numa análise de caráter mais conservador. Do ponto de vista analítico, há uma perspectiva dinâmica à medida que se enfatizam as consequências para o sistema sem a preocupação da manutenção do status quo.

O segundo elemento é o sistema que tem como referência os elementos vinculados por relações pertinentes, isto é, os procedimentos sociais que se realizam para levar a termo as funções que se desenvolvem no seu interior.

E, o terceiro elemento, a estrutura como a "abstração" desses elementos do sistema. A interdependência entre todos os elementos que compõem o sistema limita a possibilidade de mudança na estrutura. A mudança deve ser aos poucos produzida para atender a essa dependência mútua e tomar o cuidado no fator sobrevivência do sistema. Daí podermos falar do caráter intrinsecamente estático e conservador da análise funcionalista: a mesma interdependência de alguns elementos que compõem o sistema faz com que certas modificações não sejam viáveis já que o fato de tentá-las poderia chegar a abalar a própria sobrevivência do sistema.

A grande pergunta de um analista funcionalista é: o sistema está ou não em equilíbrio? Alguns autores como Merton e Florestan Fernandes têm para si que o fator equilíbrio não é um pressuposto lógico e, sim, um problema. Existe um

conjunto de fatores que geram equilíbrio e conflito num sistema. Assim, esses autores reformulam a pergunta acima para: por que está o sistema em equilíbrio? Como ele se mantém? Estes tipos de perguntas são diferentes da do funcionalista de cunho conservador que toma como pressupostos a coerência, o equilíbrio e a harmonia da sociedade ou do sistema, sendo que, neste caso, a análise se distinguiria por um alto grau de caráter conservador, quanto ao aspecto ideológico de pressupostos, e por um alto grau de caráter estático, quanto ao aspecto analítico em si.

A análise funcionalista de Merton não parte da existência de um equilíbrio "automático" com que o conservadorismo costuma trabalhar. E nem admite como pressuposto indiscutível a harmonia dentro do sistema. Supõe que a nível de disposição subjetiva se pode manifestar o conflito determinado por diferentes circunstâncias. Desse modo, os "dados não são dados, mas devem ser medidos na realidade das situações".

O quarto elemento é o processo, idéia nuclear na análise funcionalista. É o processo que dá conta da passagem de um estado de equilíbrio do sistema complexo para outro. Assim, o equilíbrio é pensado em processo que traz com ele a idéia de tempo, conjunto de ações, etc.. Isto porque a História é entendida de forma não linear e sim "cíclica" ou, numa concepção evolutiva como a idéia de Parsons, como um encaideamento de ações e retomada de ações estabelecendo padrões pelos quais uma certa seqüência de operações se dão. As conseqüências das ações são acumulativas, diferenciadas, tornando-se mais complexas. O efeito acumulativo não é de ma-

nutenção mas, sim, de mudança do sistema como um todo.

A análise funcionalista não dá conta, entretanto, do exame dos processos que ainda não trouxeram conseqüências para o sistema. Também, a "problemática conservadora" aparece na análise de Merton quando o autor centraliza a preocupação ' nos efeitos integradores das funções nos sistemas, chamando-os como disfunções, ou seja, quando as funções deixam de ser conseqüências de processos que aparecem em sistemas mais abrangentes sem a preocupação com a antureza dessa conseqüência. Porém, na referência às conseqüências para a organização podemos observar a distinção entre categorias função e disfunção como resultantes do comportamento individual ou grupal na organização ou de outros elementos componentes da mesma (80).

Assim, as funções são as conseqüências que melhoram o comportamento harmônico da organização, ou seja, são as explictações de comportamento que permitem maior sincronização entre os elementos que compõem a organização e ajudam, consequentemente, o maior alcance se seus objetivos.

As funções podem ser manifestas quando são as intencionais e, além disso, reconhecidas; ou latentes, quando são as não intencionais e sobretudo não reconhecidas. Ou, ainda, numa

(80) Ader, J.J. - Organização Informal. Petrópolis, Vozes , 1974, pg 161.

distinção operacional (81), funções manifestas referem-se 'àquelas conseqüências de um padrão social, isto é, burocracia, que são culturalmente prescritas para ele, e as latentes referem-se às conseqüências concretas do padrão, mas elas não são culturalmente prescritas ou preferidas. Disfunções, por sua vez, são as conseqüências que prejudicam o comportamento harmônico da organização, manifestações que perturbam a harmonia e dificultam o maior alcance dos objetivos organizacionais.

Os principais representantes da abordagem funcionalista dentro da teoria organizacional são Merton, Selznick, Gouldner, Etzioni e Blau. Os três primeiros centram suas análises naquilo que eles denominam de disfunções. Merton (82), quando define o conceito da organização racional, faz uso das concepções de Mannheim e a concebe como sendo um lugar onde todas as séries de ações estão funcionalmente relacionadas aos fins da organização e o tipo ideal dessa organização é a burocracia. Porém, a existência de um nível formal, burocrático, de um lado, e a existência dos laços informais, dos grupos, de outro, geram dificuldades de comando, de comunicação, de funcionamento dessa organização ra -

(81) Gouldner, A. W. - "Conflitos na teoria de Weber"

(82) Merton, R. K. - "Estrutura burocrática e personalidade"

cional, colocando em jogo a racionalidade do sistema. E a própria racionalidade sofre tremores pela imprevisibilidade do sistema.

Assim, coerente com a perspectiva funcionalista de análise, Merton verifica as disfunções da burocracia. Dentre a série de disfunções, podemos destacar as duas mais relevantes: a questão da delegação de autoridade e a questão da im pessoalidade.

É sabido que nenhuma organização funciona sem a delegação de autoridade, porém, essa delegação, somada à im pessoalidade da figura de autoridade gera a adoção, por parte da organização, de uma política im pessoal, e o excesso de im pessoalidade leva à categorização de casos pessoais. Ou seja, não existindo pessoas mas, sim, normas, percebe-se que um determinado grupo detém certas normas no seu interior levando a um aumento e à visibilidade da questão de poder. Com essa visibilidade fica explícito quem é que estabelece essas normas e regras e quem é que apenas obedece a elas. Por outro lado, como a própria função implica em disfunção, fica difícil de se questionar o sistema de normas, não tendo a organização burocrática outra alternativa a não ser, na resolução de tensões, criar novas regras e normas. Os analistas funcionalistas percebem que a resolução do conflito inter-pessoal gera menor tensão do que o conflito entre grupos que legislam ou regulam normas. Assim, o conflito último não é de homem-homem mas, sim, a de homem-norma burocrática.

A organização burocrática sobrevive à medida que serve a uma determinada comunidade sob diversas maneiras, porém, à medida que a organização burocrática lida com generalidades, com padrões, esquece que não só ela mas também os pequenos grupos no seu interior possuem estruturas sociais e de valores, especialmente valores de autonomia e de independência.

Assim, se a organização burocrática visa apenas a corrigir certos defeitos da variação humana, ela gerará frustração e baixo nível de produtividade. Como diz Merton, a falta de flexibilidade de medidas e a própria solidez desta preparação pode conduzir à adoção de procedimentos errados e produzir desajustes mais ou menos sérios. Basicamente, a tendência à ineficiência da organização é levada pela variação humana. O problema, portanto, fica sendo da organização.

Desse modo, os autores acima não fazem uma crítica à organização burocrática mas, sim, à burocracia da própria organização. A eles, a excessiva burocratização acaba gerando a resistência à conformidade (83) e uma forma de solucioná-la é sugerida por Philip Selznick (84), quando faz uma análise do comportamento organizacional e verifica que

(83) Para estas duas questões ver Prestes Motta e Bresser Pereira - Introdução à organização burocrática.

(84) Selznick, P. - "Cooptação: um mecanismo para a estabilidade organizacional"

um dos mecanismos de "defesa" organizacional é a ideologia e, outro, a cooptação entendida como "um processo de absorção de novos elementos na liderança ou estrutura de decisões políticas de uma organização, como meio de evitar ameaças à sua estabilidade ou existência" podendo esse mecanismo adquirir duas formas básicas: cooptação formal e informal. São mecanismos que Hall (85) explica em termos de seu funcionamento como sendo um processo bidirecional, ou a cooptação sendo um processo decisório em duas direções: a organização é afetada pelos elementos novos introduzidos em seu processo decisório (cooptação formal) e, ao mesmo tempo, o processo de cooptação afeta o sistema do qual os elementos foram cooptados (cooptação informal).

Portanto, a questão central dos autores é a do conflito. No âmbito da administração contemporânea, o problema de equilíbrio e de conflito tornou-se o foco principal de discussão. Uma forma técnica de solucioná-los é dado por Amitai Etzioni.

Etzioni, em Organizações Modernas (86), não parte do pressuposto de que existe um conflito inevitável dentro das organizações. O que importa ao autor, do ponto de vis

(85) Hall, R. H. - Organizações: estrutura e processo. RJ, Prentice Hall do Brasil, 3ª edição, 1984, pg 9.

(86) Etzioni, A. - Modern Organizations. NY, Prentice Hall, Inc., 1964.

ta técnico, é descobrir as situações harmoniosas e as situações de fato, a forma de atuação que possibilite a maior eficácia técnica. Desse modo, a racionalidade, do ponto de vista da produção, é tudo que leva à eficiência e a irracionalidade, na mesma linha de raciocínio, à ineficiência.

Num outro livro, Análise comparativa de organizações complexas (87), o autor se preocupa em formular teorias das organizações de nível médio e, utiliza o consentimento como a categoria básica pela qual cria uma tipologia organizacional. Na verdade, a partir da sociologia parsoniana, Etzioni deduz suas tipologias organizacionais, com algumas teorias secundárias específicas. Para ele, o consentimento é uma relação que consiste no poder empregado pelos superiores para controlar os subordinados e a orientação destes em relação àquele poder. E o poder difere segundo os "meios" empregados para fazer os subordinados concordarem podendo esses meios serem físicos, materiais ou simbólicos. De acordo com Etzioni, há três tipos de poder: coercivo, remunerativo e normativo, e três tipos de participação por parte de subordinados: alienativa, calculista e moral.

Na construção da matriz de tipologia das relações de consentimento com seis variáveis (três tipos de poder e três de participação) resultam assim, nove tipos possíveis de re

(87) Etzioni, A. - Análise comparativa de organizações complexas: sobre o poder, o engajamento e seus correlatos. RJ, Zahar, 1974.

lações. Porém, todos os nove tipos não são observáveis no real, eles não existem na sua forma pura. Pode haver, normalmente, as hibridações. Os mais frequentes são os que se enquadram em "tipos congruentes": coercitivo-alienante, remunerativo-calculista e normativo-moral. Os demais são tipos incongruentes que com o tempo tenderiam a deslocar-se para a congruência visto que esse último é mais eficaz do que os incongruentes pois as organizações são pressionadas para serem eficientes.

A partir dessa idéia de consentimentos e suas relações, Etzioni cria três tipos de organizações classificadas de acordo com o padrão "dominante" de consentimento: utilitárias, normativas e coercivas. O tipo fundamental da organização utilitária é a indústria onde o que caracteriza o exercício de poder é remuneração ou recompensa, isto é, a recompensa é o principal meio de controle sobre os membros dos níveis inferiores e, a participação calculista caracteriza a orientação da grande maioria desses participantes.

As organizações normativas são aquelas onde o poder normativo é a principal fonte de controle e, por meios simbólicos, garante o alto grau de engajamento dos seus participantes. Entre as organizações normativas típicas estão as organizações religiosas e universidades.

As organizações coercivas são aquelas nas quais a coerção é o principal meio de controle sobre os participantes dos níveis inferiores e a elevada alienação caracteriza a orientação da maioria deles em relação à organização. As

organizações típicas dessa classificação são as prisões e as instituições correcionais.

Blau e Scott (88) também desenvolvem uma tipologia organizacional, porém, a base de classificação desses autores é nos princípios de benefícios, ou de quem é beneficiado (cui bonum). Desse critério resultam quatro tipos de organização: de associação de benefício mútuo onde o principal beneficiário é o quadro social; de firmas comerciais, onde os proprietários são os principais beneficiários; de organização de serviços, com grupo de classes como o principal beneficiado; e organização de bem-estar público, onde o público em geral é o principal beneficiado.

Quanto ao conflito, Blau e Scott admitem a sua existência, porém, a sua causa é de cunho funcional, ou seja, o conflito do plano organizacional é resultante do conflito humano entre ordem e liberdade, do ponto de vista individual, traduzida ao nível organizacional como tensão entre planejamento e iniciativa, como conflito entre "orientação burocrática" e "orientação profissional".

O paradigma funcionalista lançado pelos autores pode ser sintetizado como, basicamente, o conflito como fonte impulsionadora de mudança social: o sistema (sociedade, numa visão macro, e organização formal, numa visão microsociai)

(88) Blau & Scott - Organizações formais: uma abordagem comparativa. SP, Atlas, 1979.

estando em mudança contínua; conflitos entre os diversos grupos sociais entendidos como um processo social básico, ou como natural ao sistema; esses conflitos tendem ao longo do tempo à institucionalização, isto é, agregam-se à instituição existente ou criam novas instituições; a resolução desses conflitos determina a direção da mudança social, e o bem-estar social está na dependência direta do resultado desses conflitos, na forma pela qual administra o conflito.

O indivíduo inserido nesse paradigma funcionalista, nesses diversos quadros de conflito, tensão, equilíbrio, harmonia é o Homem Organizacional. Como dizem Blau e Scott (89), "o homem moderno é o homem dentro de organizações. A característica mais penetrante que distingue a vida contemporânea é a de que ela é dominada por organizações grandes, complexas e formais". Cada vez mais, os indivíduos se dão conta de que para trabalhar necessitam de uma organização de trabalho, necessitam de organização empregadora visto que não possuem instrumentos e equipamentos de trabalho. Assim, o trabalho é efetuado em organizações, principalmente em grandes organizações. Hall (90) mostra uma tabela onde cerca de 5% das organizações respondem pelos 60% de empregos. Estas organiza-

(89) Blau & Scott - Organizações formais: uma abordagem comparativa, pg 11.

(90) Hall, R. H. - Organizações: estrutura e processo, pp 5-6.

ções pela sua complexidade e tamanho tomam características da organização burocrática. E, enquanto fenômenos burocráticos, as organizações burocráticas possuem níveis de especificidade e, também, níveis gerais; porém, o que vigora é o pressuposto básico da organização burocrática que são as "ações comuns".

O destino do indivíduo nas organizações burocráticas é cada vez mais discutido: de um lado, a alienação do indivíduo empregado nessas organizações é da mesma proporção do postulado marxista ou, talvez, até mais em virtude da alienação sócio-psicológica sentida pelo trabalhador de hoje num emprego de rotina, à medida que, além da separação com o seu instrumento de trabalho, sofre a rotinização do trabalho diário. E, de outro lado, como resultado da sua rotina diária, os indivíduos adquirem preferência ou antipatias por sua função. São tipos de percepções individuais frente ao trabalho que Merton chama de psicose desenvolvida pelas exigências da organização na qual o indivíduo desempenha seu papel ocupacional. São psicoses ocupacionais, em última instância, criadas pelo trabalho rotineiro, repetitivo e enfadonho.

Qualquer atividade desenvolvida pelo indivíduo dentro da organização pode ser considerada tanto da perspectiva do que se consegue como da perspectiva do que não se consegue; porém, o saldo, do ponto de vista individual, conti

nua sendo o de "the organization man" (91), o indivíduo inse
rindo numa sociedade onde o conformismo social é crescente ,
onde a autonomia individual é mínima ou reduzida.

oOo

(91) Para uma descrição do "the organization man" de Willian Whyte Jr, ver Prestes Motta e Bresser Pereira - Introdução à organização burocrática, pp 16-17.

* HOMEM FUNCIONAL

Até o presente foi apresentada a primeira vertente da influência da sociologia estruturalista em teoria das organizações, os funcionalistas.

Na segunda versão do estruturalismo em teoria das organizações, surge a teoria de sistemas abertos.

A teoria geral de sistemas ou a teoria sistêmica origina-se com o biólogo Ludwig Von Bertalanffy (92) que preconizou princípios gerais aplicáveis a todos os sistemas. De acordo com Bertalanffy, existem certos modelos, sistemas que, independente da sua especificidade, são aplicáveis em qualquer área, seja em biologia ou ciências físicas, seja em ciências sociais ou comportamentais. Tais modelos impulsionam uma tendência em direção a teorias generalizadoras. Assim, com princípios gerais que, na verdade, são idéias vinculadas ao desenvolvimento e ao surgimento da automação e da cibernética, propõe uma nova teoria científica (teoria geral de sistemas) que tem leis semelhantes às que governam sistemas biológicas. Nessa formulação teórica, Bertalanffy baseia-se nos postulados anteriores do sistema biológico bem como na instrumentalização das áreas matemáticas correlatas e incorpora seus conceitos fundamentais.

(92) Guida, F. A. - Panorama geral da administração, pp 179 - 182.

A contribuição de Kenneth Boulding na teoria sistêmica provém da sua classificação de sistemas (93). Constatada a existência de vários tipos de sistemas no universo como um todo, deve-se estabelecer uma hierarquia de sistemas, cada nível correspondendo a um grau crescente de complexidade. A sua hierarquização vai do nível mais baixo, o da estrutura estática, até o nono nível, o de sistemas transcendentais.

Churchman, por sua vez, focaliza mais o aspecto da praticidade da teoria sistêmica ao campo administrativo e formula considerações básicas: o objetivo central do sistema, o ambiente, os recursos e os componentes de sistemas e as respectivas medidas de rendimento.

Na formulação da teoria sistêmica na teoria das organizações, frente a essas diversas abordagens e, também, pela influência do estruturalismo, torna-se conhecido o trabalho de Katz e Kahn, Psicologia Social das Organizações, visto mais como uma vulgarização da teoria parsoniana de sistemas (94) e como uma tentativa de se pensar como categoria social as categorias derivadas de sistemas biológicos. As idéias

(93) Kast, F. E. & Rosenzweig, J. E. - Organização e Administração. SP, Pioneira, 1980, pg 122.

(94) Prestes Motta e Bresser Pereira - Introdução à organização burocrática, pp 205-207.

gerais dos autores podem ser sintetizadas da seguinte forma (95):

- a) toda organização implica em importação de energias;
- b) em exportação de energias;
- c) num processamento;
- d) a organização é uma estrutura de ciclo de eventos onde cada estrutura pode tangenciar, intercruzar ou ser paralela com outras estruturas determinando pontos nodais de inter-relação entre as organizações;
- e) entropia negativa;
- f) diferenciação, pois, além de as organizações receberem energias diferenciadas do meio ambiente, também multiplicam essas energias e tendem a criar novos sistemas;
- g) teoria da informação através de idéias de insumo, feed - back e do processo de codificação;
- h) princípio de homeostase dinâmica;
- i) idéia de equifinalidade.

Outro esquema conceitual provém de autores Trist e Rice , ambos membros do Tavistock Institute da Inglaterra, que sublinham a relação meio ambiente e grupos de trabalho e mos - tram a parte formal da organização ("técnica") e aspectos grupais ("sócio"), isto é, vêem a organização como um sistema socio-técnico estruturado. A partir de pesquisas empíri

(95) Prestes Motta, F. C. - TGA: uma introdução, pp 92-95.

cas de Trist e Bamforth (96) sobre a modernização de minas de carvão, verificamos que as tecnologias tradicionais de extração fazem com que os mineiros trabalhem em pequenos grupos coesos e integrados e, as tecnologias modernas mecanizadas chamadas "Longwall Methods" fazem-nos trabalharem individualmente rompendo com o sistema tradicional de operação e resultando na abolição de pequenos grupos de trabalho. Esse novo método de operação, resultado da reestruturação em virtude da mecanização, trouxe diversos problemas tais como absenteísmo, turn-over, queda na produtividade. Mais tarde, de forma gradual e espontânea, o antigo sistema voltou a se implantar. Rice (97) volta a aplicar semelhante método de pesquisa numa organização de grupos de trabalho em tecelagens indianas.

A descoberta desses autores em suas pesquisas foi a existência da relação indissolúvel entre tarefas e pessoas, entre instituições e estruturas, pois, em primeiro lugar, a tecnologia baseia-se nas tarefas a serem executadas pelas pessoas e, em segundo, no fato de que as mudanças determinadas apenas pelos fatores tecnológicos na composição de grupos de trabalho podem resultar na desorganização do sistema social.

(96) Trist, E. L. & Bamforth, K. W. - "Some social and Psychological consequences of the Longwall Method of coal-getting" in Human Relations, Fev. 1951, pp 3 - 38.

(97) Rice, A. K. - Productivity and social organization: the Ahmedabad experiment. Londres, Tavistock Pub., 1958.

O potencial da tecnologia moderna pode ser indiscutivelmente maior que o potencial da tecnologia tradicional; porém, se não houver uma reestruturação do sistema psicossocial da organização a produtividade será menor.

Os autores concluem que, no interior das organizações, as pessoas produzem novas aspirações, novos valores fazendo com que a eficiência de uma organização nunca seja real. Portanto, o que se pode é estimar a sua eficiência potencial.

No tocante a alguns aspectos do conceito de organização como sistema aberto, os autores Katz e Kahn, Trist e Rice formulam a noção de fronteiras. Segundo eles, toda organização tem fronteiras, isto é, determinação do seu campo de ação e, uma organização só pode ser eficaz na medida em que se conhece suas fronteiras, seu limite organizacional. Ligada à essa noção de fronteiras, surge a idéia de grau de abertura : maior ou menor receptividade da organização quanto aos insumos, informações. Portanto, na verdade, é a sua possibilidade de crescimento e desenvolvimento.

Desse modo, a teoria de sistemas possibilita a unificação e a aplicação em diversas áreas de conhecimento, sendo designado como sistema um conjunto de elementos em interação e intercâmbio com o meio ambiente (environment) que pode ser aberto ou fechado.

Para uma melhor compreensão da teoria de sistemas e a sua difusão, deve-se levar em conta duas características: função

nalismo (cada elemento de um subsistema tem um papel a desempenhar num sistema mais amplo) e holismo (os subsistemas e seus elementos estão inter-relacionados).

O conceito de organização como um sistema complexo de variáveis ou, mais especificamente, como sistema sociotécnico estruturado onde os subsistemas psicossociais e técnicos, que devem ser encarados dentro da organização, possuem como básicas as seguintes propriedades: as organizações são sistemas planejadas, possuem fronteiras, são hierarquizadas, tendem à entropia negativa, buscam homeostase ou equilíbrio dinâmico e o mecanismo de realimentação. Ou seja, as organizações são analisadas como sistemas abertos, relacionados com outros sistemas, com os quais trocam informações. São sistemas dinâmicos em constante adaptação e mudança, buscam o equilíbrio, a homeostase. E também, como sistemas, estão sujeitos a receber insumos (inputs), analisá-los e liberá-los (outputs) como resultados (produto) e, dependendo desse produto, o sistema é retroalimentado (por feedback) conforme suas necessidades, estabelecendo-se assim, um ciclo.

Segundo Kast e Rosenzweig, o enfoque sistêmico apresenta algumas limitações. A principal delas é que, por derivar muito das ciências exatas, a abordagem sistêmica trata a organização de forma a criar um modelo; porém, afóra esse aspecto, essa abordagem ainda oferece grande utilidade nos estudos sobre a organização.

Através das conclusões das pesquisas realizadas principalmente pelos quatro autores citados, vemos que na abordagem sistêmica há uma forte tendência a enfatizar as funções (conjunto de atividades) exercidas pelos indivíduos no interior de algum subsistema da organização. Essa tendência faz surgir uma teoria de organização de sistema de papéis. Maynts, Luhmann, Gross, McEachner, Getzels apresentam esquemas conceituais onde a organização é entendida como um sistema de papéis, mediante os quais as pessoas se mantêm inter-relacionados (98).

Se em outras abordagens a questão da produtividade era a ênfase, nesta a questão de papel dos indivíduos é o ponto focal.

Cada indivíduo no seu papel (isto é, o conjunto de comportamento esperado no sistema social, de uma determinada posição social, que se transforma em comportamento esperado na organização) inter-relaciona-se com outros indivíduos nos seus papéis respectivos. É o chamado conjunto de papéis.

O modelo de sistema de papéis é, basicamente, a noção do papel social como fundamental na teoria. É a idéia de que existindo papéis existem também funções na organização. Altera ou reforça o comportamento de papéis conforme a expec-

(98) Prestes Motta, F. C. - TGA: uma introdução, pp 85-86.

tativa de valores percebida (comportamento potencial) ou esperada, onde cada papel funciona como "sistema". Quando a expectativa coincide com o esperado, será obtido o comportamento desejado.

Nessa abordagem, as variáveis organizacionais são as que intervem na relação social: personalidade dos indivíduos e relação interpessoal. São variáveis que se referem a posições, de caráter flexível ou rígido, que na verdade é uma extração do papel independente do papel social onde o indivíduo está inserido. Este indivíduo é o chamado Homem Funcional (99) sobre o qual a administração exerce a influência fazendo com que o seu comportamento real (predisposição de indivíduos a atuarem) se dirija rumo às metas organizacionais, pois o equilíbrio, nessa abordagem sistêmica, está na dependência direta do equilíbrio emocional, dado pelos parâmetros de eficiência, dos participantes.

oOo

(99) Prestes Motta, F. C. - TGA: uma introdução, pp 85-89.